



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**JOSÉ TIAGO MARINHO PEREIRA**

**DA BELLE ÉPOQUE AOS ANOS DOURADOS:  
RASTROS DE MODERNIDADE EM SOLEDADE-PB.**

CAMPINA GRANDE – PB  
2010

**JOSÉ TIAGO MARINHO PEREIRA**

**DA BELLE ÉPOQUE AOS ANOS DOURADOS:  
RASTROS DE MODERNIDADE EM SOLEDADE-PB.**

Monografia apresentada ao Programa de  
Graduação da Universidade Estadual da  
Paraíba, para obtenção do título de graduado  
em História.

Orientadora: Patrícia Cristina de Aragão Araújo

CAMPINA GRANDE – PB  
2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

P436d

Pereira, José Tiago Marinho.

Da Belle Époque aos Anos Dourados [manuscrito]: rastros de modernidade em Soledade -PB./ José Tiago Marinho Pereira. – 2010.  
106 f.: il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) –  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2010.

“Orientação: Profa. Dra. Patricia Cristina de Aragão Araújo,  
Departamento de História”.

1. História da Paraíba. 2. Resgate Histórico. 3. Soledade. I. Título.

21. ed. CDD 981.33

JOSÉ TIAGO MARINHO PEREIRA

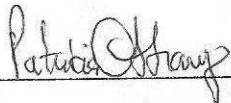
**DA BELLE ÉPOQUE AOS ANOS DOURADOS: RASTROS  
DE MODERNIDADE EM SOLEDADE-PB.**

Monografia apresentada ao Programa de  
Graduação da Universidade Estadual da  
Paraíba, para obtenção do título de graduado  
em História.


Aprovado em: 02/12 /2010

Média: 10,0

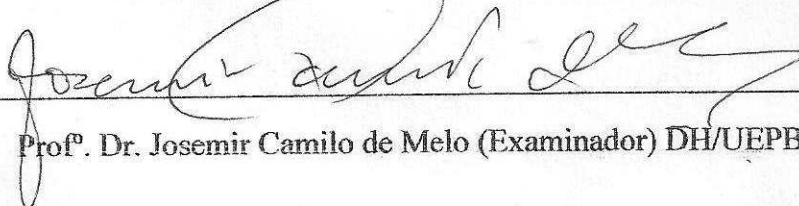
Banca Examinadora:



Prof<sup>ª</sup>. Dra. Patrícia de Araujo Aragão (Orientadora) DH/UEPB



Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria do Socorro Cipriano (Examinadora) DH/UEPB



Prof<sup>º</sup>. Dr. Josemir Camilo de Melo (Examinador) DH/UEPB

CAMPINA GRANDE  
2010

## DEDICATÓRIA

A Deus... que iluminou meus caminhos e deu-me força para superar os obstáculos. Aos homens e mulheres que através de suas narrativas contribuíram para a construção deste trabalho: Sr. Rosil, Joaquim, D. Marluce, D. Hélia, Sr. Natanael e especialmente ao Sr. Israel de Araújo Pereira, meu avô, que nos deixou no último dia 09 de novembro. Aos meus pais, João de Araújo Pereira e Petronila de Fátima Marinho Pereira. A minha esposa Maricelia e minha filha Yasmin Sophia. A meus cinco irmãos: Paula, Cida, Alex, Paulinho e Cláudia. E a todos que torceram por mim ao longo dessa jornada.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente, e acima de tudo a **DEUS**, ser onipresente e onisciente que nos guia ou nos ilumina com o dom natural da vida e nos faz sobreviver ao meio da terrível selva de homens. A esse ser supremo que se esconde na natureza das coisas e dos homens – **DEUS**, por felicitar esse momento demasiadamente importante, não só para mim, mas para todos que estão a minha volta e que sempre torceram por minhas vitórias.

Agradeço por ter a pretensa sensação que ao meu redor existem pessoas que me amam da forma que sou e que penso. Agradeço intensamente aos que me ajudaram a cumprir mais um percurso de uma longa trajetória ainda a ser tracejada. Ajudaram-me os que me amam, os que me são indiferentes e, sobretudo, os que me odeiam. A estes últimos, minha imensa gratidão, pois devido a eles sempre quis mostrar nunca temer, a buscar força para mostrar que quando desejamos, quando de fato queremos, podemos!

Já Sabemos que toda lista de agradecimentos é injusta aos não citados, no entanto compreendam eles, não esquecidos, mas guardados nos recônditos labirintos do coração. Assim, minha mais sincera gratidão a todos a seguir:

A minha bela e amada MÃE, a quem tudo devo, não por ter me posto no mundo, mas por sempre ter amado seus filhos igualmente, a ela agradeço por ter feito de sua vida uma peleja para criar seus filhos, sem que lhes faltassem educação e respeito. Por me ter feito aprender uma das maiores virtudes do ser humano: a humildade, enfim agradeço a minha mãe Petronila de Fátima, por sempre ter incentivado e dado oportunidades as quais ela nunca teve. Igualmente agradeço ao meu querido PAI, João de Araújo Pereira, por possuir em seu espírito, a força, a destreza que só um homem trabalhador do campo que nunca teve tempo para sonhar possui, ao homem que por trás da aspereza da pele e dos gestos esconde sentimentos nobres de amor, alegria e realização ao ver os filhos felizes. Agradeço a eles por tudo que sou, e se hoje cheguei até onde estou, foi por eles.

Agradeço pela força e todo apoio e união de minha família, que nos momentos mais difíceis me possibilitaram ter estudado, família constituída de pai, mãe e de cinco irmãos que tanto amo: Ana Paula (minha segunda mãe, fonte de paciência e compaixão), Maria Aparecida (mulher de pulso e coragem) , Alex Sandro (artista nas artes do fazer rir, sonhar, criação), João Paulo (que tantas histórias temos juntos, “típico Nordestino”: grosso, recalçado, mas lindo), Ana Claudia (espontânea e esperançosa, criança), a todos eles agradeço por tudo que fizeram por mim, pelo amor, carinho e afeto. Eu os amo! Aos filhos de todos eles, meus seis sobrinhos: Walber, Camila, David, Guilherme, Cícero e Eduardo.

A minha esposa Maricelia, digo eterna namorada, por sempre ter me apoiado, e feito com que sempre estivesse com “os pés no chão”, por cobrar de mim paixão e não apenas “sabedoria”, por sua paciência ou impaciência, pelo alento que só uma ninfa apaixonada pode oferecer...

A pessoa que mudou verdadeiramente os rumos de minha caminhada, que me invade de alegria e responsabilidade, me enche de ternura e de sonhos, me fez e me faz a cada dia e a todo momento me sentir mais humano, a desejar viver “*apesar dos perigos*”, das injustiças, ou de um mundo, onde “*tudo que é sólido se desmancha no ar*”. Essa pessoa cujo me refiro se chama Yasmin Sophia, que tanto sentiu a ausência do pai, na qual permaneceu por longos instantes sem sentir os afetos e carinhos de seu Quiago, que embora estivesse tão próximo sempre se encontrava alheio, ocupado em sua viagem nos percursos dessa escrita. Ela que sempre utilizou da arte do fraco, para consumir efêmeras ternuras e breves beijos, fingindo-se uma amante das imagens fotográficas, quando repentinamente chegava à porta do escritório e pedia-me com um delicadamente: “- *quero ver as fotos no compador*”! Onde na verdade ela queria mesmo era desfrutar do colo do paizinho dela, onde me deixava dividido e de coração partido. Esse trabalho vai para você Yasmin Sophia, te amo!

(*In Memoriam*) A Cecília Petronila, Maria Luiza e Severino Tota, avós que tanto torciam por esse momento! A meu avô Israel de Araújo Pereira, que passou a ver em mim uma espécie de super-herói, na qual ele podia gastar horas e mais horas falando do passado, da família...

**A TODOS MUITO OBRIGADO!!!**

**“Assim como o rio, devemos ter sempre a paciência de seguir o próprio caminho de forma constante, sem nunca apressar seu curso e perseverança para ultrapassar todos os obstáculos que surgirem no caminho. O rio sabe aonde vai chegar, não importando o que tenha a fazer para isso.”**

**Sabedoria do povo Munduruku.**



## RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo estudar o espaço citadino de Soledade – PB, desde sua origem que está relacionada à política de higienização e salubridade do Estado Moderno até os ditos Anos Dourados, (1856 – 1950) intervalo de tempo cujo espaço em apreço passou a oscilar em sua paisagística entre o rural e o urbano, mas que os dirigentes e a elite da cidade passaram a desejar imensamente uma Soledade moderna, distante do rural, do atraso. Caminharemos pelo século XIX, cujas cidades desse período passaram a ser problematizadas pelas ciências sociais e pelos historiadores. Analisaremos na cidade de Soledade – PB, as mudanças materiais, e o interesse pela aquisição de aparelhos ditos modernos, as mudanças de comportamento e das sensibilidades dos cidadãos ao entrar em contato com os símbolos e com os ritmos do moderno, portanto nos reportaremos a Soledade no período de sua construção material e simbólica, enquanto cidade. Através da análise de falas, imagens fotográficas e documentos oficiais como Atas, escrituras e obras historiográficas, iremos trazer a luz da História esse período de transformações urbanísticas em Soledade – PB. (Re) colonizaremos histórias oficiais, nos inebriaremos da história oral, a fim de nos apropriar de múltiplos trajetos e trazer a tona uma cidade de pequeno porte do interior da Paraíba permeada de “rastros”, indícios, símbolos da modernidade, para tanto nos apoiaremos em referenciais teóricos propostos por ARANHA (2003), BOSI (1994), BRESCIANI (1992), CERTEAU (1997), GINZBURG (1989) e PESAVENTO (2004, 2007).

**Palavras – chave:** Soledade, cidade, símbolos do moderno e mudanças.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>2. De como se é feita uma urbe: os passos e espaços que deram origem a Soledade.....</b>	<b>22</b>
2.1 A política do estado moderno: a higienização dos espaços e dos passantes.....	27
2.2 As normas higiênicas: os interesses do Estado Moderno.....	31
2.3 Limpeza dos espaços: a origem de uma cidade com o advento de um cemitério.....	38
<b>3. Dos espaços que seduzem à arte de morar na cidade: Os caminhos que levam a Soledade.....</b>	<b>45</b>
3.1 De como a “Princesa do Cariri atraiu seus súditos” .....	48
3.2 Os rastros da modernidade nas rédeas das oligarquias.....	54
3.3 Entre a realidade e a aspiração: a imagem de uma cidade moderna?.....	63
<b>4. Memórias de Soledade: da Belle Époque aos Anos Dourados.....</b>	<b>68</b>
4.1 A modernidade a passos lentos: entre o rural e os desejos pela urbanização em Soledade.....	70
4.2 Seduzindo a visão, irradiando energia: a eletricidade do motor e dos corpos .....	77
4.3 Lugares modernos em Soledade.....	90
Considerações Finais.....	99
Referências.....	101
Anexos.....	106

## 1. INTRODUÇÃO

Abordaremos, nesse trabalho, a cidade de Soledade – PB, no recorte temporal de 1856, a partir do qual constituiu sua origem enquanto espaço de sociabilidade e núcleo de povoamento até os anos 1950, período marcado por otimismo no campo econômico e cultural brasileiro, vivenciado, no setor urbano. Trilharemos um percurso histórico, tomando como referência o passado soledadense, enquanto espaço de sociabilidade, a partir da prática de salubridade pública incentivada pelo Estado Moderno. Percorreremos, logo adiante, pelo passado urbano dessa cidade, para então chegarmos às frestas das memórias e vermos as transformações materiais e simbólicas sofridas nesta cidade.

Ao visitarmos a cidade, ou melhor, o espaço urbano soledadense, mostraremos interesses existentes contidos nas novas linhas de pesquisa – Cidades, que lançam seus olhares sob esse espaço afim de problematizá-lo, cidades estas que se tornam, em pesquisas nas áreas das ciências sociais e para os novos historiadores, um objeto a ser colonizado, consumido, problematizado, tornando-se também arautos da modernidade, espaços receptores das mudanças tecnológicas e dos fluxos populacionais, um lugar das múltiplas diferenças, das polissemias interpretativas, do plural.

Ao refletirmos sobre o espaço urbano, adotaremos, como sugere Bresciani (1992), a cidade como espaço de formação de uma nova sensibilidade, uma reeducação dos sentidos do habitante, sendo ela o espaço ideal para recepcionar o novo, o moderno, que se choca ao entrar em contato com os costumes e normas tradicionais, despertando desejos, ao mesmo tempo em que aciona medo e ojeriza.

Cidade pulsante, vivida, desejada, imaginada, vigiada, transgredida, arcaica, moderna, habitada, enfim contraditória, são esses e muitos outros os elementos que constituem o cenário de uma cidade, pois tijolos e argamassa não são suficientes. Sendo assim, as cidades começaram a ser visualizadas pelas ciências sociais e pelos novos historiadores, desde as primeiras cidades antigas até as cidades do século XIX.

Nosso trabalho começa se direcionando as cidades européias do século XIX, as quais tiveram em seus espaços mudanças nunca vistas. Esse século XIX foi marcado pela crença no conhecimento científico, pelos ritmos das produções tecnológicas, e consequentemente pelos avanços econômicos capitalistas, período denominado de *Belle*

*Époque*, período foi marcado pela prosperidade do conhecimento científico e consequentemente o desenvolvimento tecnológico, período compreendido entre a segunda metade do século XIX e as primeiras anos do século XX, período em que as classes sociais favorecidas economicamente e até mesmo os indivíduos de procedência mais humilde, como os operários, passaram a perceber nas cidades um lugar de promessa, conforto e oportunidades, devido às muitas novidades tecnológicas que elas passaram a acolher.

Enquanto na Europa tinha início à frenética dinâmica da *Belle Époque*, na Província da Parahyba, no norte do Brasil, uma ação da política sanitaria procedente do Estado Moderno, fazia com que, em meio a fazendas de gado, emergisse um cemitério, que passaria a atrair moradores para seu redor, cujo espaço seria batizado com o nome de Soledade.

Sobre a recepção das novidades técnico-científicas e da modernização, enfim da *Belle Époque* no Brasil, quem sempre esteve na vanguarda foi a cidade do Rio de Janeiro, que na época era a sede do governo nacional, e, como afirma Sevcenko (1998), o Rio passou a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas, acima de tudo, os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições que articularam a modernidade como uma experiência existencial e íntima no Brasil.

Soledade passara a sentir essa influência da “*capital irradiante*”, no decorrer do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, através de elementos como a construção de prédios em alinhamento e, seguindo um parâmetro estético, a instalação de um serviço de comunicação como os Correios, a edificação de um mercado público que pudesse oferecer boas condições de higiene para manipulação de alimentos, a oferta de serviços relacionados à própria limpeza social, como a Cadeia pública, o desejo em sanear água com a construção e funcionamento do chafariz, propor a limpeza e a arborização das ruas, preocupar-se com a postura dos habitantes da cidade, desejar imensamente a energia elétrica, enfim fetichizar a modernização da cidade.

Foram, portanto, as aspirações e ânsias dos gestores e outros indivíduos “ilustres” que quiseram, desde antes da emancipação política de Soledade em 1885 até os idos dos anos 1930, ver o espaço citadino soledadense portador de feitos modernos, uma cidade higienizada, com área de lazer, com boa estética, comunicável e disciplinada.

Esses elementos que caracterizaram a *Belle Époque* em Soledade foram constituídos especialmente pela ação de uma elite desejosa de estar em consonância com a modernização, elite proveniente dos latifúndios que cercavam a cidade, desejosos por *status* e *glamour*, e que tornaram essas conquistas possíveis através de atividades como a criação de gado, exploração de minério e a produção e comercialização do “*ouro branco*”. Assim, acumularam capital e geraram um rendimento tributário municipal mais elevado, para que os devaneios da aquisição de determinados símbolos da modernidade pudessem ser realizados.

Nessa perspectiva, nos propomos a configurar o processo de modernização, ou melhor, de capitalização de alguns signos do moderno no Brasil, inferindo sobre Soledade, uma cidade do interior da Paraíba, no recorte temporal iniciado com a política sanitária da qual a cidade emergiu: a construção de um cemitério (1856) até a década de 1950, instante em que a cidade fora congratulada com alguns elementos que deu a ela e a seu pequeno contingente populacional destaque, *glamour*, ritmos, comportamentos e sensibilidades que caracterizaram e fizeram com que a maior parte de sua população experimentasse os efeitos da *Belle Époque* e sentissem leves sensações do dourado dos anos 1950, ainda que num estilo bucólico, provinciano e caipira.

Para tanto, dialogaremos com Aranha (2003) quando ele defende que a experiência moderna não se dava apenas pelo ritmo frenético, dimensões espaciais ou quantidade populacional, mas considerando outros critérios que também validem a presença da modernidade em pequenas e médias cidades do Nordeste, tais como as representações simbólicas e o imaginário urbano contidos nas conquistas materiais, nos símbolos ou rastros da modernidade.

Pretendemos fazer um passeio pelo passado de Soledade, aliás, veremos inclusive o *Apóstolo do Nordeste* santificar um terreno que havia sido doado por alguns fazendeiros das proximidades da propriedade Malhada das Areias Brancas; observaremos, mais adiante, que esse mesmo padre, ao retornar ao local, construiu, junto com os moradores de algumas propriedades da região, um cemitério e uma pequena capela no então espaço que resolveram nomear de Solidão, ou melhor, de Soledade.

Não obstante, ficaremos nesse passado para então podermos ver como aos poucos, aquele lugar lúgubre, espaço para os mortos, dar origem a um povoado que logo se tornou vila, onde seus moradores, em especial os mais “ilustres”, passaram a galgar materialidades

que lhe firmassem como cidade, ao mesmo tempo em que passasse a oferecer conforto e lazer a seus habitantes, além de lhes permitir estar em consonância com as cidades de maior porte.

Sabemos da impossibilidade de nos transportamos materialmente até o passado, mas que podemos o fazer por via das operações historiográficas, na qual teremos diversos caminhos que podemos trilhar. Nosso percurso, além de optar por alguns caminhos historiográficos, faz roteiros que foram conduzidos por dispersos e raros documentos oficiais, como livros de atas da Câmara Municipal, referências historiográficas, dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), memória fotográfica, fragmentos de notícias jornalísticas além de relatos orais.

Faremos uma incursão guiada por discursos oficiais, que por sua vez foram elaborados através da cultura oral, colonizada e subjetivada, mas que se institucionalizaram e constituíram-se como fontes oficiais. Articularemos esses discursos à memória oral de idosos, especificamente de seis antigos moradores (quatro homens e duas mulheres) do município de Soledade, com idades variando entre 64 e 87 anos, através dos depoimentos desses “pedestres”, “indivíduos ordinários”, os quais nos relataram suas lembranças de uma Soledade de outras épocas e agora quase extinta, uma cidade espacializada, transitada, consumida, marcada e redemarcada, cumprida e descumprida por nossos narradores enquanto crianças, jovens e adultos.

Delineamos algumas veredas interpretativas para o passado urbano de Soledade através de lembranças de alguns de seus antigos moradores, acreditando *que nossos habitats sucessivos jamais desaparecem totalmente, nós os deixamos sem deixá-los, pois eles habitam, por sua vez, invisíveis e presentes, nas nossas memórias e nos nossos sonhos* (CERTEAU, 1997, p. 207).

Percorremos ao passado sugerido da cidade de Soledade, por meio das lembranças despertadas, como *um príncipe encantado de passagem, que desperta, um momento, a Bela-Adormecida-no-Bosque de nossas histórias sem palavras* (CERTEAU, 1997, p. 187). Não apenas despertando, mas também colonizando esses relatos orais para transformá-los em fontes de primordial relevância para então constituirmos essa caminhada, compondo assim as possibilidades do uso da história oral, contidas nas experiências individuais e coletivas que foram vividas e agora possíveis de serem recuperadas através das recordações e depoimentos que foram,

Transmitido no presente para aqueles que não tiveram na cidade do passado. Fala-se, conta-se, então, dos mortos, dos lugares que não mais existem, de sociabilidades e ritos já desaparecidos, de formas de falar desusadas, e valores desatualizados. Traz-se ao momento de agora, de certa forma, o testemunho de sobreviventes de um outro tempo (PESAVENTO, 2007, p. 20).

Dessa forma, podemos, *casando citações de passados com extrato de presentes para fazer deles séries (processos gestuais, itinerários narrativos) onde os contrários simbolizam* (CERTEAU, 1997, p. 199-200), constituir fios que nos ligarão ao passado, pontes que nos darão acesso e condições de caminharmos pelo passado do espaço citadino de Soledade.

Inserindo-se em uma perspectiva cultural, intencionamos significar as mudanças ocorridas nos espaços e conseqüentemente nos hábitos, nos comportamentos e no cotidiano dos sujeitos, em decorrência do processo de aquisição dos ditos termômetros do progresso, ou símbolos do moderno. Nesse sentido pretendemos estudar cem anos de Solidão, ou melhor, de Soledade.

A intenção dessa pesquisa que irá remontar desde a possível origem da cidade de Soledade até os “anos dourados” é mostrar uma cidade sempre ligada aos símbolos da modernidade, expondo aos que a julgam como pequena, pacata e desprovida de uma cultura material “adiantada”, uma cidade sempre desejada como moderna. Trabalhamos com os símbolos da modernidade, sua interferência e representações no cotidiano na pequena Soledade. As muitas mudanças pela qual a cidade passou desde sua origem até a década de 1950, na qual quase inexistia uma documentação bibliográfica a respeito dessas tantas mutações, sendo, pois, a cidade carente de qualquer análise histórica a esse respeito.

Limitamos nossa pesquisa a data de 1959, não porque a cidade parou no tempo e nas mudanças, mas porque simbolicamente, para alguns historiadores essa data é o marco final dos “anos dourados”, período que se caracterizou no Brasil pelas transformações principalmente no campo cultural e econômico, transformações estas sentidas também na área de Soledade, representadas, por exemplo, no uso do rádio, de automóveis, nas modas de roupas, calçados, cosméticos, ainda no ritmo frenético de festas em clubes com um caráter extremamente seletivo, comemorações carnavalescas com blocos desfilando pela(s)

rua(s) da cidade, na prática do esporte, enfim nos comportamentos dos indivíduos que moravam na cidade de Soledade.

Procuraremos responder a alguns problemas suscitados ao procurar estudar uma Soledade no recorte temporal trabalhado, dessa forma nossa trajetória nessa escrita será guiada a luz dos seguintes questionamentos: de que forma surgiu a cidade de Soledade? Como e por que Soledade conseguiu se destacar em relação a outras vilas e povoados da mesma região? Quem aspirava ao crescimento e ao progresso de Soledade? Que elementos passaram a denotar os símbolos da modernidade em Soledade? Que mudanças os bens materiais, símbolos do moderno, proporcionava na pequena cidade de Soledade?

Para que a memória não se fragilize ainda mais no decorrer do tempo, para que a História da cidade de Soledade não fique ainda mais ofuscada e abstrata, nossa pesquisa busca percorrer ao período mais remoto de sua história – sua origem, enquanto espaço de sociabilidade, que precisa urgentemente ser estudado. Adicionaremos à escassa produção bibliográfica referente à Soledade mais um registro histórico, portanto iremos contribuir para a constituição historiográfica dessa cidade. Com essa pesquisa somaremos também aos estudos referentes às cidades paraibanas em relação ao período em apreço.

Os desejos por saber das possíveis práticas cotidianas de Soledade em tempos idos, uma cidade que em plenos 2010 comemorou 125 anos de emancipação política, que dispõe de um belo conjunto de prédios centenários em sua avenida central que despertam sensações de encanto em pessoas diversas e apaixonadas pela musa da História, conhecidíssima pelo seu comércio rodoviário e pelas festas públicas realizadas na praça, e sempre aferida de a “Princesinha do Cariri”<sup>1</sup>. Tudo isso se constituiu como fatores subjetivos motivadores para a realização dessa caminhada escriturária.

Ao reportarmos aos estudos sobre cidades e podermos responder as nossas inquietações e tantas outras questões, pretendemos abrir as portas de que fala Bresciani (1992) referindo-se a problemática ou problemas inerentes as cidades industriais, modernas, confortáveis que fazem parte do cenário que começa a se formar a partir do século XIX e contraditoriamente sujas e enfermas que expelem doenças e epidemias, tal como riquezas, cidade que precisava da intervenção policial e panóptica do Estado, a qual a origem do núcleo urbano soledadense está relacionada.

---

<sup>1</sup> Embora seja identificada pela maioria dos sujeitos, principalmente pelos indivíduos mais velhos, como território da microrregião do Cariri, Soledade está localizada no Curimataú Ocidental.



Nessas cidades, encontraremos os “esconderijos” do cotidiano, as cidades invisíveis e imprevisíveis de Calvino (1990), que podem ser sonhadas, vividas, imaginadas e sofridas pelos tantos lugares e poderes sociais que a cidade pode comportar, tais como os administradores, os altos funcionários públicos, comerciantes abastados, além dos tantos pedestres “ordinários”.

Percebendo a cidade como espaço pulsante, e vital, Pesavento (2007) confere a ela uma narrativa a ser lida e dotada de um imaginário, no qual *a cidade se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade no presente* (PESAVENTO, 2007, p. 16).

Conforme expõe Berman (1986), veremos um atrito entre a cultura tradicional e os novos costumes de uma modernidade, que esfacela todas as certezas, no qual até os elementos mais “sólidos e resistentes se desmancham no ar”. Tomaremos de empréstimo a propositura de Falcon (*apud* FONTES, 2007), na qual entendemos o moderno como indicativo de novas experiências nunca antes vividas. Seguindo o prisma de Aranha (2003), apreciaremos como fora possível articular a modernidade, ou melhor, como os símbolos dessa modernidade foram recepcionados nas regiões mais pobres do Brasil, em específico algumas cidades de pequeno e médio porte do Nordeste.

Com Certeau (1997), trabalhamos a cidade na perspectiva de que ela é composta de uma pluralidade de ações táticas dissolvidas em práticas cotidianas, e consumos dos espaços, práticas essas que tornam a cidade o lugar por excelência do múltiplo, assim como do improvável, na qual cada indivíduo consome seu próprio espaço e todos os espaços ao mesmo tempo, além de definirem suas próprias regras por meio de jogos que combinam táticas, estratégias e astúcia.

Esbanjamo-nos no estudo das artes de fazer, nas indisciplinas que os mais fracos empregam diante das estratégias disciplinadoras dos mais fortes. E que, por meio *dessas velharias que parecem dormir, casas desfiguradas, fábricas desativadas, cacos de histórias naufragadas* (CERTEAU, 1997, p. 119), reinventaremos novas histórias possíveis dos habitantes e do espaço urbano em apreço.

Através dos métodos indiciários propostos por Ginzburg (1989), passamos a avaliar os pormenores dos documentos, a capturar pistas, rastros muitas vezes fugidios, detectando indícios de narrativas em vozes silenciadas, e nas imagens fotográficas que parecem nos oferecer uma verdade inquestionável, encontraremos múltiplas histórias da cidade.

Tendo como proposta a utilização da fonte oral, debruçamo-nos nas reminiscências dos habitantes da “antiga” Soledade. Assim, Bosi (1994) nos convida a ir às lembranças de velhos, pois ela é a sobrevivência do passado, é o subsídio da *memória que não se acomoda a detalhes que a conforta; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, articulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções* (NORA, 1993, p. 09).

Fomos a campo a fim de recolher as informações sobre nossa velha Soledade que queremos trazer a luz da História, uma cidade pensada como confortável e moderna. Antes de nos depararmos com as nossas fontes, tivemos nossa passagem barrada, impedida, mas nunca desistida. Nossa escrita foi confeccionada como um quebra-cabeças, nos quais as peças fundamentais foram a história oral, escrituras de casas, imagens fotográficas, jornais escritos e as escassas atas da Câmara Municipal de Soledade.

A fim de alcançarmos nosso intento de mostrar uma Soledade receptora dos símbolos da modernidade e de moradores desejosos por uma cidade com ritos e ritmos modernos, fomos às pesquisas bibliográficas, que foram subsidiadas pelas pesquisas documentais de alguns arquivos da Câmara Municipal, do cartório Civil e da Paróquia de Soledade, documentos escassos e dispersos que trazem em suas amareladas páginas não apenas mofo, mas informações de uma Soledade vivida ou desejada. Com astúcia se tornou possível a construção de nossas histórias.

Utilizando-se da memória oral, poderemos por meio dos relatos de nossos narradores, perceber as mudanças de atitudes e práticas cotidianas da população citadina a partir das políticas de urbanização/modernização vividas em Soledade durante os poucos mais de cem anos propostos pelo nosso recorte temporal.

Empregando o paradigma indiciário, iremos observar fotografias, percebendo-as não como uma verdade em si, mas como uma possibilidade do real, embebida de subjetividades e interesses de quem estava “por trás” da câmera, e que mesmo diante de riscos nos irão subsidiar, para fazermos inclusive um estudo comparativo das políticas de urbanização que tentavam afastar da cidade os ares rurais.

Por meio da representação imagética poderemos perceber as mudanças de comportamento e sensibilidades dos cidadãos. E embora as imagens fotográficas sejam suporte e fonte que nos ofereçam informações, temos que ter a ciência de que ela opera de maneira fragmentária e descontínua e como confere Flusser (*apud* POSSAMAI, 2007) as fotografias,

Devem ser decifradas por quem deseja captar-lhes o significado. Com efeito, são elas símbolos extremamente abstratos: codificam textos em imagens, são metacódigos de textos. A imaginação, a qual deve sua origem, é a capacidade de codificar textos em imagens (POSSAMAI, 2007, p. 58).

Enveredaremos pelos caminhos que nos levarão a uma Soledade só existente em alguns estáticos e desprezados cacos documentais e nas vivas, pulsantes, vicejantes, adormecidas e seletivas memórias de nossos antigos moradores. Para que possamos nos embrenhar pelo passado urbano de Soledade, tracejaremos pelas seguintes vias.

Se as cidades foram símbolos da “sociedade civilizada”, e posteriormente a armadura da modernidade (BARROS, 2007), mostraremos a partir do segundo capítulo desse trabalho, DE COMO SE É FEITA UMA *URBE*: OS PASSOS E ESPAÇOS QUE DERAM ORIGEM A SOLEDADE-PB, veremos a cidade como espaço pulsante e permeado de narrativas, que sofreu estrondosas transformações a partir do século XIX, que embora permeada pela desorganização e caos atraía permanentemente novos habitantes que passaram a compor aglomerações urbanas promiscuas, facilitando a ocorrência tanto de patologias físicas quanto sociais. Desse contexto, mostraremos que emergiu a política desenvolvida pelo Estado Moderno, auxiliado pelo discurso médico-sanitarista, visando vigiar e sanear os espaços citadinos, para afastar das cidades o aspecto doentio e dar-lhe fisionomias agradáveis e sedutoras.

Mostraremos que o sepultamento de corpos em espaços cemiteriais, removendo-os da Igreja ou de lugares considerados de risco a saúde pública, foi uma das políticas de salubridade desenvolvida pelo Estado Moderno, assim nossa primeira caminhada nos fará perceber que foi do artifício da política de modernização e salubridade pública que surgiu o núcleo citadino de Soledade.

No nosso terceiro percurso, DOS ESPAÇOS QUE SEDUZEM À ARTE DE MORAR NA CIDADE: OS CAMINHOS QUE LEVAM A SOLEDADE, discutiremos como em um lugar que havia sido construído um cemitério, pode se tornar em um povoado e no decorrer de pouco tempo elevar-se a distrito e seguidamente estabelecendo-se como vila, adquirindo elementos capazes de lhe oferecer um panorama paisagístico urbano. Veremos como se deu a formação e o domínio da elite oligárquica, da qual a vila e posteriormente a cidade, dependia para se desenvolver e cujos desejos e poder ditavam o

ritmo que a cidade deveria seguir, por quem deveria ser ocupada e como deveria ser habitada.

Através de alguns documentos e principalmente de relatos orais, embrenharemos no nosso quarto e último capítulo, MEMÓRIAS DE SOLEDADE: DA BELLE ÉPOQUE AOS ANOS DOURADOS, para enfim, vermos como se encontrava o desejo da elite soledadense em trazer para sua terra natal os *termômetros do progresso*, assim como fora a recepção dos símbolos da modernidade pelos moradores de Soledade. Visualizaremos uma cidade entusiasmada não apenas pelos símbolos da modernidade, mais pelos ritmos da modernização, dos espaços de lazer e de sociabilidade, despertando novos gostos e novas sensibilidades nos sujeitos que entravam em contato com esses dispositivos.

A partir desses caminhos adentremos num espaço que gradativamente se transformava. Iniciemos nossa incursão em um lugar seco, cercado por plantas desfolhadas, chão vermelho submerso de peles de animais igualmente secas, caveiras bovinas dividindo terreno com urubus famintos que ansiavam a queda dos poucos passantes daquela vereda, antes percorridas pelos bandeirantes que buscavam riquezas nessas áridas terras.

Ao passo de que em pouco tempo demos de cara com paredes do cemitério e da capela, erguidas naquele lugar deserto. Com sorte, nosso passeio foi felicitado com chuvas, que fizeram os rouxinóis, conrizes, rolas e tantas outras aves canoras se despertarem em majestosas sincronias melódicas. Ao som dos pássaros, as folhas reverdejavam, as plantas rasteiras, como fênix ressurgiam literalmente das cinzas. Além de plantas, brotaram ainda daquele árido torrão sinuosas casas. A chuva e o cemitério, aliados, trouxeram vidas para aquele espaço, que se julgava estéril.

Podemos agora se referir a uma cidade, cujas portas de entradas eram por vezes quantitativamente maiores do que o número de ruas, digo, rua. Nela tínhamos duas opções de entrada: seguindo os passos dos retirantes esfomeados que vinham nos períodos das desoladoras secas fugindo do inferno sertanejo e do diabo da fome, ou se acompanhando o roteiro da Vila Nova da Rainha com destino ao sertão. Quem vinha do sertão vislumbraria de longe o florescimento, depois do riacho que chamam do padre, de *uma nova e progressiva rua* (CÂMARA MUNICIPAL, 1922, p. 06-07). E de longe, talvez nas proximidades da residência do coronel “Dino Perna de Pau”, pudessem avistar a cadeia pública que dera nome a rua que ali foi edificada.

Vislumbraremos uma cidade constituída de não mais de três ruas, todas carentes de pavimentação, na qual, em período de chuva, as águas que escorriam misturavam-se as fezes e urinas de animais que eram criados soltos no perímetro urbano, sem nenhum impedimento, ou mesmo ficavam por longo tempo amarrados nos pés de castanholas, enquanto seus donos “faziam a feira da semana” ou apanhavam água no chafariz.

No período do “verão local”, os passos dos pedestres eram gravados em baixo relevo no chão de terra das vias públicas da cidade, que inclusive poderíamos visualizá-los durante as noites, sob o imponente luminar das luzes elétricas, que clareavam e atraíam para a cidade, nos períodos de festas de ano bom, um grande fluxo de pessoas que desejavam habitar, ou mesmo que não desejassem se deparavam com uma cidade de ares modernos, e que glamorosamente bem vestidas conversavam, dançavam e acompanhavam os sons metálicos, enquanto apreciavam ou um refrigerante ou uma cerveja, ambos gelados, enfim que literalmente levantavam poeira, fazendo com que os “foliões” exalasses partículas de terra misturada com maravilhosas fragrâncias das águas de cheiro, na qual os corpos femininos estavam inebriados.

Assim, percorreremos os espaços mutantes, as narrativas históricas da cidade de Soledade. Dessa forma, nos embrenhamos pelos caminhos do passado dessa cidade, visitando suas ruas, seus moradores e suas práticas frente à introjeção dos símbolos materiais e imaginários da modernidade.

Caminheemos e convidamos outros caminhantes, para percorremos pelos fios do passado da *Belle Époque* até os *Anos Dourados* no espaço urbano de Soledade – PB, para, assim como fizemos, outros leitores o façam: experimentem da sensação de embrenharem-se pelos caminhos da aurora de uma cidade tão cheia de histórias, algumas das quais foram tracejadas pelo nosso caminhar indelicadamente seletivo, do qual trouxemos às luzes para que possamos visitar e revisitar quantas vezes quisermos, e sempre que o façamos, que possa ser com humores distintos, e que possamos colonizar e (re)colonizar, transpor, transgredir esses caminhos, essa escrita. Agora vamos a nossa caminhada.

## 2. DE COMO SE É FEITA UMA *URBE*: OS PASSOS E ESPAÇOS QUE DERAM ORIGEM A SOLEDADE-PB

Nossa caminhada tem por objetivo realizar uma excursão, através das fontes e das narrativas históricas, aos espaços de Soledade – PB, desde sua origem, ainda em meados século XIX. Vagando pelos caminhos do passado, desejamos nos estabelecer em seu território urbano até o final dos anos dourados, para então vislumbrarmos as conquistas materiais e simbólicas da cidade.

Para tanto, devemos, inicialmente, trilhar os percursos que nos levam a discussão sobre as cidades e a própria modernidade. Iremos abordar, no transcurso desse capítulo, as cidades constituídas entre os séculos XVIII e XIX: as *urbes* industriais, nas quais se cultivava os símbolos do moderno. Nossos fios condutores serão as narrativas visíveis e invisíveis dessas cidades, seu consumo, as práticas e hábitos desenvolvidos em seu singular espaço. A *urbe* problematizada é o lugar, por excelência, da civilidade, ambiente onde o homem passou a seguir outro modelo de vida, mais organizado e mais complexo do que nas sociedades tribais.

A obra do homem, expressão máxima da civilização [...] cidades são pedras, aço, ferro, vidro, barro, equipamento, traçado. Mas cidades de pedra podem ser lidas [...] e os procedimentos dessa leitura, que fazem da arquitetura uma narrativa (PESAVENTO, 2007, p.22).

Se as Cidades são os lugares onde as coisas acontecem, onde a vida humana ganha um incessante movimentar, torna-se difícil imaginarmos em civilização na concepção Ocidental em sua inexistência, sua forma e sua realidade cotidiana são explicitamente distintas de qualquer outro espaço. Os rastros dos consumos ficam encravados em suas pedras, os passos desenham mapas, as trajetórias são diariamente inventadas, os percursos feitos e burlados exibem as artes de fazer na cidade, bastando-nos astúcias para desvendarmos suas múltiplas narrativas.

Deteremo-nos a apuração da insurgente Soledade, na qual procede da política sanitária apregoada pelo discurso inerente ao Estado Moderno que chegou ao Brasil contíguo aos ideais de modernização. Não visualizaremos, em instante algum, uma

Soledade moderna, mas perceberemos essa cidade sendo “tocada” pelos signos que representavam essa modernidade.

Assim, compactuamos da ideia de que essa modernidade/modernização passou a ser sentida mesmo nos mais distantes povoados, vilas ou cidades, diante do recorrente desejo em adquirir e estar em contato com a cultura material que representava esta dinâmica de inovações, na qual as conquistas materiais, as novidades delineavam a construção *do imaginário urbano como símbolo do moderno* (ARANHA, 2003, p.79).

Traremos a baila uma discussão referente às cidades e aos problemas relacionados a ela. Possuindo símbolos que a particulariza como lugar, a cidade ganha sua estabilidade e assim é demarcada. Nela há o desenrolar de novas relações socioculturais, e, como lugar excepcional que detém dentro de si uma cultura material, que singulariza e molda as formas de agir e de pensar dos indivíduos que vivem nela e é, reciprocamente, (re)pensada por esses mesmos indivíduos.

Não nos limitaremos a entender a Cidade como uma sobreposição de prédios diversos, espalhados num espaço aleatório ou estratégico e que serve de habitat para alguns humanos, ou como simples ponto de referência. Ao contrário, percebemos a urbe como um texto possível de múltiplos significados: como a costura de espaços; dos lugares praticados; como receptora dos símbolos materiais da modernização.

Estenderemos, ao longo desse capítulo, uma discussão que nos leva entender a cidade no mundo que se tornou “*triumfalmente urbano*”, ou seja, no período em que a população citadina engatinhou para superar a população rural: a urbe moderna do século XIX, de difícil compreensão, *a cidade, produto do homem por excelência, fugindo ao seu controle, espaço agigantado cujas dimensões escapam à compreensão humana* (BRESCIANI, 2004, p. 09), espaço de múltiplas significações, construído e reconstruído, por seus praticantes, através do qual passamos a perceber que,

A modernidade urbana é por si só, outra representação que introduz toda outra série de apreciações. Tradução sensível da renovação capitalista do mundo, a modernidade enquanto experiência histórica, individual e coletiva, faz da cidade mais do que um lócus, um verdadeiro personagem (PESAVENTO, 2004, p. 79).

É, portanto, esse novo personagem elucidado por Pesavento (2004) – a cidade moderna, ou melhor, que ao menos possua os rastros dessa modernidade, a que se pretende

abordar nessa pesquisa, para além, desejamos compreender Soledade, uma cidade localizada no Curimataú Ocidental da Paraíba, desde o instante de sua origem, que está relacionada às políticas higienistas do Estado Moderno até os anos 1950, período pelo qual ela passou por significativas mudanças materiais e simbólicas, mudanças essas que ecoaram nos rincões do extenso território brasileiro, onde os emblemas de moderno aos poucos se faziam presentes naquele espaço, moldando a vida dos seus habitantes, que por sua vez passaram a moldar os espaços citadinos.

Se a partir do presente pensamos o futuro da urbe, é também a partir desse presente que inventamos o seu passado, assim como sugere Calvino (1990), no diálogo entre Marco Pólo e Kublai Khan:

as cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nenhum nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá as nossas perguntas (CALVINO, 1990, p. 44).

Dessa forma, chegaremos a descobrir uma cidade vivida, e obteremos as respostas de acordo com as questões formuladas, podendo deixar tantos outros assuntos sem serem questionados. Logo, obteremos as respostas (não conclusivas) sobre o espaço em apressado, situando-lhe em um recorte temporal, destarte entendemos a cidade como uma excelência da Civilidade, símbolo do desenvolvimento técnico humano.

Sendo assim, um aglomerado de pessoas em um espaço ocasiona as necessidades de consumo e de organização espacial/temporal, por exemplo, fazendo surgir uma cultura particular, ímpar a cada cidade em uma determinada época. E que pensadores/estudiosos passam a problematizar a cidade de maneiras específicas àquele momento.

Embora consideremos importante remontar uma possível origem do espaço citadino, tentando entender desde as primeiras cidades antigas e as mutações desse espaço no decorrer do tempo, não constitui em nossa pesquisa tal preocupação, o que muito faremos nesse sentido é mencionar algumas inquietações pioneiras contidas nas obras de alguns pensadores ou estudiosos, engendradas com as transformações das Cidades.

A exemplo, podemos mencionar modelos urbanos idealizados por pensadores Antigos e Modernos, tais como os existentes em: a *República* de Platão, a *Utopia* (1516) de



Thomas Morus e a *Cidade do sol* (1602) de Campanella, sugeridas por Barros (2007), ou ainda sob as luzes dos pensadores do século XVIII, como a *Nova Luiza* de Rousseau.

Segundo Barros (2007), percebe-se, nessas quatro clássicas obras, as pioneiras inquietudes por conta das mudanças ocorridas nos núcleos citadinos, além do choque e da busca por resoluções frente aos problemas nascidos em especial a partir do século XVIII, conforme afirma Bresciani (*apud* LONH, 2005):

as cidades modernas aparecem como catalisadoras de idealizações, desde pelo menos o século XVIII, que as remetem tanto às virtudes do progresso e da civilização quanto aos vícios provenientes da concentração populacional e do desenraizamento (LOHN, 2005, p. 171).

Mesmo que essas inquietudes tenham aparecido desde o período que remonta as cidades antigas, elas se tornaram mais intensas a partir da Revolução Industrial no século XVIII com a acentuada concentração populacional, a falta de estrutura das cidades para atenderem a grande demanda demográfica e o ritmo imposto pelas novidades, proporcionando nas grandes e modernas cidades um verdadeiro *frenesi*.

A preocupação desses pensadores consistia, até então, em relatar o progresso material cujas cidades vinham passando no decorrer dos séculos, e conseqüentemente as transformações comportamentais e sociais da população urbana. Esses teóricos tentavam propor soluções viáveis para haver a possibilidade de socialização entre os grupos humanos habitantes das cidades e dos moradores de suas adjacências na tentativa de garantir maior conforto aos cidadãos que viviam na urbe ou que com ela se relacionava.

Mas é no século XIX, sobretudo, que a cidade é problematizada. Esse século seria o filho herdeiro dos sonhos iluministas com as ilusões revolucionárias. Foi no seu interior que a Revolução Industrial e o capitalismo amadureceram. Conforme Barros (2007), o mundo moderno e do capital encontraram na cidade uma verdadeira armadura da modernidade.

A concentração populacional devido à busca por trabalho nos aglomerados urbanos fez com que passasse a existir cada vez mais o crescimento desordenado das cidades, esse acentuado crescimento passou a ser visualizado como uma patologia, pois viria causar o “inchaço” demográfico, ficando o corpo urbano vulnerável a outras mazelas ainda piores,

tais como, o aumento do índice de violência, “vagabundagem”, poluição, proliferação de doenças, prostituição, e uma das maiores contradições do sistema fabril, o desemprego.

As cidades, desde o século XIX, mesmo não possuindo condições estruturais suficientes para recepcionar tanta matéria humana e com uma dinâmica de vida regida pela fábrica e pelo capitalismo, passou a sofrer com tais empreendimentos capitalistas industriais. A alusão feita por Hobsbawm (2009) a Tocqueville, quando esse se referia a uma cidade inglesa em meados do século XIX sinaliza bem os nascentes problemas das cidades modernas:

Desta vala imunda a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem (HOBSBAWM, 2009, p.57).

Observamos nessa referência, portanto, a formação das grandes contradições provocadas no espaço da cidade moderna: capaz de desenvolver equipamentos e técnicas nunca experimentadas, facilitando a vida do ser humano, ao mesmo tempo em que passa a destruir excessivamente a natureza; produz riquezas e fortunas ao mesmo tempo em que gera a miséria, ou seja, na medida em que “cada vez mais se torna civilizado, o ser humano fica mais selvagem”.

Percebemos que foi nesse contexto que teve início uma problematização referente à cidade, momento que Bresciani (1992) convencionou chamar de seis primeiras portas das cidades, instante em que teve início a preocupação com o presente e o futuro das urbes que se industrializavam e necessitavam cada vez mais de um contingente maior de mão-de-obra, as quais passaram a crescer desordenadamente.

De acordo com Aranha (2007), antes de 1850, nenhum país do mundo havia tido uma população majoritariamente urbana, as cidades inglesas foram as pioneiras a experimentarem essa sensação, Londres chegou a abrigar, em meados do século XIX, uma cifra de mais de dois milhões de almas, causando esplendor e mal estar ao mesmo tempo.

A cidade passou a atrair, como um grande imã, os indivíduos, que visualizavam o espaço urbano como lócus de oportunidades. Essa foi a impressão que se teve com as recorrentes mudanças da cultura material, ou seja, da modernização, e das urbes como receptora dessa cultura material. O espaço citadino passou a ser tido, portanto, como sinônimo de modernização e habitá-lo seria encontrar-se em um ambiente que prometia aventura, poder e alegria.

Durante parte do século XIX, a cidade era, embora catastrófica e dotada de contradições, a terra da promessa, onde os desejos estavam todos voltados para ela. Esse é o problema fundante de uma nova abordagem sobre as cidades com um olhar voltado para a partir do século XIX,

na medida em que todas essas questões vão sendo identificadas, não como problema em si, mas como conseqüências da vida urbana, ganham estatuto de uma problemática específica, a exigir uma maneira nova de ser conhecida, de ser abordada, de ser olhada (PECHMAN, 1994, p. 5).

A cidade se tornou, por excelência, espaço da civilidade e receptora dos maiores impactos de selvageria humana, se não o mais grandioso, a mais impactante das obras humanas, pois no seu “útero” passou a ser nutrido quase que todas as grandiosas materialidades modernas, que por sua vez buscavam propiciar o bem estar, o conforto e o glamour dos cidadãos.

## **2.1. A política do Estado Moderno: a higienização dos espaços e dos passantes**

Que a estratégia norteadora da intervenção dos higienistas sociais na remodelação das cidades consiste, então em separar os corpos, designando a cada um deles um lugar específico. O enquadrinhamento científico rigoroso da população trabalhadora facilita a empresa de desodorização das casas e das ruas, interdita os contatos estreitos, permite exercer um controle científico-político do meio. Destruir os miasmas é também destruir os odores da corrupção moral (RAGO, 1985, p.165).

Essa epígrafe traduz de forma concisa a proposta para nosso traçado daqui por diante, pois ela se refere a políticas higienistas articuladas pelo Estado Moderno durante o século XIX para disciplinar as práticas e os passos dos sujeitos ordinários nos espaços cidadãos, visando controlar as doenças físicas e morais que circulavam nas cidades.

Entre os séculos XVIII e XIX, as grandes cidades européias foram vitimadas por surtos epidêmicos em decorrência das transformações ocorridas em seu seio. As péssimas condições sanitárias predominantes nas cidades provinham de uma aglomeração urbana promíscua. A catastrófica segmentação social, as fábricas despejando impurezas em todos os ambientes e o escoamento dos dejetos humanos em lugares indevidos ocasionaram a proliferação de doenças.

Diante de abruptas transformações, as autoridades administrativas e científicas começavam a pensar a cidade frente a essa nova realidade que vinha se definindo “dentro

das muralhas cidadinas”, uma sensação como a descrita por Marshall: *de experimentar a existência social como um torvelinho, ver o mundo a si próprio em perpétua desintegração e renovação, agitação e angústia, ambigüidade e contradição* (BERMAN, 1986, p. 328).

A cidade deixou de ser, nesse contexto, um ambiente de “tranquilidade” e de promessa, tornando-se um ambiente de ir e vir sem precedentes, *locus* que abrigava a toda sorte, seres de todas as espécies, espaço que passou a infligir o medo, e como lugar do sonho, adquiriu *status* de pesadelo, desmoronando, assim, a ideia de cidade como virtude,

nasce o que chamarei medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais da população numerosa demais: medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade: medo dos esgotos das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo perigo de desmoronar (FOUCAULT, 1987, p.63).

A partir da ideia de contradição recorrente, específica da cidade moderna: maior geradora de riquezas, mas que possui uma população majoritariamente miserável, milhões de pessoas se defrontam em turbilhões pelas ruas todos os dias, mantendo-se em constante anonimato.

Essa seria a cidade segundo a égide do capitalismo industrial gerada no século XVIII e parida no século seguinte, não é mais aquela vista como um ambiente gerador de virtudes e de estímulos. Talvez não seja nem mais aquela da novela “A Nova Heloisa de Rousseau” *onde tudo é absurdo, mas nada é chocante, porque todos se acostumam a tudo* (BERMAN, 1986, p.17), mas, a descrita acima por Foucault (1987), uma cidade dos horrores.

Essa nova fama para a cidade era preocupante, fazia-se preciso uma tomada de atitude urgente, redesenhar uma nova imagem da cidade, recuperar seu *status* anterior, e *provavelmente, foram várias as cidades a se preocuparem com o assunto a ponto de formarem comissões de especialistas para levantarem suas condições sanitárias*. (BRESCIANI, 1992, p. 02). Dessas preocupações emergiu o poder médico-sanitarista que visava curar as moléstias cidadinas por meio de uma dupla acepção, a física e a moral.

O controle de doenças epidêmicas teve grande importância para o processo de urbanização da cidade. Tais ações foram sustentadas pela criação de um conjunto de instituições definidas, sobretudo, pelo combate a doenças, com fim último de proteger a produção de riquezas e recuperar a glória do espaço citadino, que proporcionava o conforto e o bem-estar das pessoas que nela vivia ou que com ela se relacionava.

Para o êxito da cura de tão grave enfermidade que adquirira a cidade, fazia-se necessário, nesse ambiente, delimitar os espaços circundantes, restringir, proibir os passos, os andantes, as práticas. Vigiar os deslocamentos, os usos, constituiu-se como fundamental nessa cidade moderna, punir as indisciplinas, os corpos indóceis, os meliantes, os marginais. Mais do que isso, construir uma segregação social do consumo dos espaços citadinos.

Para o êxito dessa prática, o discurso médico-higienista do século XIX ganhou o poder, que tão logo se tornou o que passamos a conhecer como medicina social, que, de acordo com Vieira (2000), passou a defender que deveriam ser tomadas providências no sentido de combater a doença e promover a saúde, cujas atuações deveriam ser tanto no campo social, quanto médicas: aplicar serviços públicos de higienização, medidas de prevenção e combate de epidemias, assim como se fazia necessário tomar medidas urgentes em civilizar os “semibárbaros”, adestrar os hábitos rurais desses indivíduos ordinários.

Após a discussão referente à problematização das cidades a partir do século XIX, tal como consideremos nesse trabalho, seguimos a premissa de alguns teóricos, exibindo-as como modernas, pois são dotadas de diversas fisionomias, entre elas, a cidade do capitalismo, do trabalho, do progresso, do lazer, cidade higiênica etc.

Temos por necessidade contextualizar, ou melhor, situar as pertinentes transformações ocorridas nos núcleos urbanos, tais como, meios de transportes e de comunicação, pavimentação, rede de esgotos, sistema de iluminação, consumo, moda, atividades artísticas entre outras atividades, como sendo essas práticas e essas tecnologias vestígios de uma cultura moderna.

Essa experiência que passou a se viver a partir do século XIX e intensificada no século posterior com a introjeção de novas materialidades e as mudanças de comportamento tornaram-se elementos de uma etapa de desenvolvimento urbano que se fez conhecida como modernidade, que é na verdade a época que está sendo moderno, e, como indica Falcon (*apud* FONTES, 2007), o moderno por sua vez *indica novas experiências nunca antes vividas da mesma maneira* (FONTES, 2007, p. 08, 2007).

Foi por meio das frequentes inovações da cultura material que as cidades europeias retomaram sua notoriedade anterior, mas através do auxílio das imposições das emergentes redes de saberes-poderes,

A cidade é, portanto, o ponto de convergência de uma multidão de olhares que irão fundamentar a constituição de uma nova forma de dominação apoiada no

conhecimento científico, na intervenção espacial e na disciplinarização das mentes e do corpo (PECHMAN, 1994, p 05).

O marco inaugural da modernização urbanística se deu pelas reformas empreendidas na França pelo Barão Hausmann que começou a pensar a cidade como o espaço de implantação de novidades, lembrando que *as palavras, novo e nova foram exaustivamente utilizadas para dar forma ao que chamaram no século XIX, homem moderno sociedade moderna* (BRESCIANI, 1992, p. 04), sendo, portanto, Paris a cidade pioneira na modernização/urbanização de seus espaços, tornando-se espelho para as diversas cidades do mundo ocidental.

A partir daí, se articulam e se intensificam, até nos mais distantes rincões, os desejos e os fetiches pelo moderno e pela modernização, assim como pontua Falcon (*apud* QUEIROZ, 2009), *não existe uma época que possa ser considerada, por definição, moderna, ou seja, que retire a todas as outras o direito de também se sentirem modernas à sua maneira, no seu próprio tempo* (QUEIROZ, 2009, p. 55), sendo possível, portanto, a qualquer espaço, ter a sensação de estar diante de algumas conquistas materiais que representavam o moderno.

Por vezes, essas materialidades, símbolos da modernização para serem introduzidas nas cidades, requeriam diversas mudanças de hábitos e comportamentos dos indivíduos, os quais habitavam a cidade ou se relacionavam com ela. Essas práticas seriam impostas pelo discurso científico médico-higienista e por decorrência policial, as quais objetivavam disciplinar o consumo dos espaços citadinos.

A segregação social insinuaria quem seriam os consumidores das novas tecnologias e, portanto, dos espaços consumidos. Atravessar essa fronteira proibida indicaria um indisciplinamento; desejar consumir toda a aparelhagem moderna tornar-se-ia constante, assim como frequente seria o estranhamento de muitos diante desses símbolos que passariam a invadir não só as cidades europeias, mas ecoar em maior ou menor grau em grande parte do globo, em especial no Ocidente.

Ainda assim, nos direcionamos aqui de acordo com a assertiva de Certeau (1997) que considera a cidade como o espaço que possui movimentos contraditórios que vão além dos poderes estabelecidos. Tal assertiva considera que as práticas dos habitantes comuns da cidade são produtoras de espaços e brincam com a disciplina imposta pelos organizadores desses espaços. A cidade, nesta perspectiva, é ambiente de múltiplas significações construídas pelos habitantes comuns, consumidas individualmente de maneira quase invisível, por meio das artes do fazer ou das práticas cotidianas.

## 2.2. As normas higiênicas e os interesses do Estado Moderno

Viajando percebe-se que as diferenças desaparecem: uma cidade vai se tornando parecida com todas as cidades, os lugares alternam formas ordens distâncias, uma poeira informe invade os continentes. O seu atlas mantém intatas as diferenças: a multiplicidade de qualidades que são como as letras dos nomes (CALVINO, 1990, p. 125).

Através da materialidade, reconhecemos estar, instantaneamente, diante do espaço citadino. Para entendermos o intento de Calvino (1990), é preciso nos apropriarmos da ideia de que a cidade é espaço, por excelência cultural, que contém um *modo vivendis* singular, próprio da sua territorialidade. A *urbe*, como espaço, é detentora de problemas, de defeitos e virtudes, possui elementos que lhes são particulares, embora as proporções desses problemas, defeitos ou virtudes dependam da proporção territorial, demográfica, além das tramas políticas e sociais engendradas.

Desse modo, poderíamos aqui discorrer sobre qualquer cidade, utilizando-se da mesma problemática, pois todas elas possuem espaços de transgressão, espaços populares onde a “peleja” da sobrevivência desfaz os poderes disciplinares e abrem espaços para a ousadia, traços e características que lhes são comuns.

A partir da seguinte descrição – casas comerciais, ruas, residências particulares, prédios públicos, homens embriagados, mulheres sendo desposadas, meretrizes e gatunos que se despertam pela noite, particulares em espaços públicos trocando confidências – construímos mentalmente uma cidade, não havendo a necessidade de nomeá-la, pois são esses e muitos outros os elementos através dos quais uma cidade é feita.

A cidade recebe atores diversos com múltiplos papéis, diversos cenários que são usados e reutilizados como convém ao ator e ao papel que será exercido, e que, de acordo com Pesavento (2007), a cidade passa a apresentar um pulsar de vida, sendo impossível subjugá-la ao fazer individual, mas só é pensável como produto coletivo, de relações sociais, tecida por desejos pulsantes de quem se relaciona nela e com ela.

A *urbe* não pode deixar de ser concentração populacional, espaço, por excelência, acolhedor da cultura material como já afirmamos, e vale ressaltar que a modernidade encontrou nela sua armadura, nela foram instaladas as máquinas, nela se construiu redes de esgoto, se convencionou iluminar e fazer traçados de ruas planejados, construiu-se espaços para o comércio de variadas mercadorias, ergueram praças e outros espaços de lazer, bares, igrejas, cemitérios, mercados, entre tantas outras materialidades e serviços relacionados a essas obras, as quais compõem a cenário urbano, e como sugere Pesavento (2007), o espaço

citadino é um construir que revela sentimentos, desejos, utopias, medos e esperanças dos sujeitos sociais que nela habitam e que a constroem.

A origem da cidade de Soledade está relacionada à política higienista, estratégia do Estado Moderno emergente do século XIX. O estudo de caso, do local não implica o isolamento do nosso objeto de estudo, ao contrário, através dele podemos abordar algumas possibilidades da história nacional:

Em outras palavras, as especificidades ou singularidades que compõem um perfil identitário local ou regional têm como referência uma alteridade, composta por outras micro-unidades de sentido ou por um conjunto simbólico global, sancionado como padrão de coesão social macro (PESAVENTO, 2004, p. 183).

Dessa forma, é importante a análise das tramas que vinham sendo tecidas no Brasil em meados do século XIX e início do século seguinte no que se refere à modernização e à própria política do Estado brasileiro para a recepção em terras tupiniquins desse fenômeno, além de todas as diretrizes que a modernização requeria para então entendermos nosso estudo.

De acordo com Aranha (2007), algumas cidades europeias tinham mudado por completo seu ritmo, como por exemplo, Paris e Londres, que foram as cidades centro dos acontecimentos, das Revoluções Burguesas, emergindo, nessas metrópoles, um verdadeiro turbilhão de pessoas e problemas oriundos principalmente da Revolução Industrial e das fantasias e ilusões depositadas nas materialidades produzidas por essa revolução e que eram acomodadas nas cidades. O frenético ritmo de uma multidão de pessoas consumindo os espaços, mesmo marcados pela pressa, deixaram seus rastros na metrópole, a qual oferecia uma cultura material que tornava a vida de quem a habitava mais confortável e mais agitada.

A partir dessas conjecturas sobre *urbes* do “Velho Mundo”, podemos nos questionar se no Brasil as cidades passaram por alguma mudança análoga a das cidades europeias, uma vez que o restante do mundo passou a ter essas cidades como modelos a serem seguidos.

Tendo o Brasil uma extensão continental e com regiões, embora não definidas, mas contrastantes, sem muitas artérias de ligação, as benesses da modernização ecoou em todo território e com a mesma intensidade? A Paraíba foi contemplada com a avalanche tecnológica da modernidade? Soledade já existia? Há indícios de modernidade nesse torrão na temporalidade questionada?



A primeira consideração que devemos fazer é que para ser avaliada como uma cidade moderna não precisava ser igual às que eram, mas, ao menos aproximar-se do que elas eram ou possuíam. Dessa maneira, somos isentos de fazer qualquer analogia entre a modernização das cidades brasileiras e as *urbes* europeias, somos convictos de que nossos espaços urbanos passaram a receber, ainda no século XIX, os produtos das revoluções técnico-científicas, no entanto sem compararmos com a intensidade em que isso ocorreu nas cidades europeias.

Conforme Aranha (2007), se fizéssemos essa comparação, veríamos que, quando em meados do século XIX, Londres tinha uma população urbana de, aproximadamente, dois milhões de pessoas e Paris já ultrapassava a cifra de um milhão de cidadãos; a cidade brasileira mais expressiva, o Rio de Janeiro, atingia um quinto do número da população parisiense.

Pior do que essa estatística é comparar o ritmo frenético daquelas cidades com o compasso provinciano da capital do Império, e, se fizermos essa mesma comparação com qualquer outra cidade brasileira, a discrepância será ainda maior. Dessa maneira, rumamos aqui, como atenta Aranha (2003), para a defesa de que as experiências do moderno não foram sentidas nas pequenas cidades e distantes povoados do Nordeste com o ritmo frenético como nas principais cidades europeias, mas através da catalisação das simbologias ligadas às conquistas materiais que denotavam o moderno.

Se as benesses tecnológicas estavam sendo introduzidas em algumas cidades brasileiras, em especial na capital do Império, as políticas de salubridade coroavam as mudanças dessa inovação tecnológica, tanto nas *urbes* de maior porte, como, principalmente, nos distantes povoados, vilas e pequenas cidades do interior brasileiro.

As parafernalias da modernidade – pavimentação de ruas, saneamento, iluminação, transportes de cargas e coletivos (trem e bonde), meios de comunicação e tantos outros ícones de menor ou maior expressão – imprimiram outras mudanças nas cidades e nos cidadãos: as relações com as reformas urbanas que, concomitantemente, estão ligadas à estética e à higienização, práticas estas que têm o objetivo de racionalizar, ordenar, classificar, higienizar, planejar, disciplinar e deixar a cidade de acordo com as políticas de modernização, preparado-a para receber ou acomodar as tecnologias da modernidade.

De acordo com Aranha (2007), Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife e outras cidades receberam, ainda no final do século XIX, muitos indícios da modernização, mas, nem por isso, pode-se afirmar que elas se tornaram cidades modernas, pois, embora absolvessem os símbolos da modernidade, não eram marcadas pelo ritmo

frenético das grandes cidades europeias, principalmente, no que se refere às cidades da região Norte, pois,

Trata-se de considerar que a idéia de modernidade, no espaço regional em apreço, se configura menos por cenários urbanos marcados pela agitação frenética no cotidiano das ruas com sua hora do rush característico, e mais por uma ou outra novidade vinda do estrangeiro, a exemplo das que remetem a idéia de conforto e/ou rapidez e que passam ao imaginário como signos modernos por excelência. A cidade que se quer civilizada ou que estaria a civilizar-se deveria contar ao menos com um desses signos (ARANHA, 2001, p. 87).

Não basta a aquisição da cultura material para considerar uma cidade como moderna, relações sociais e sensibilidades tinham que ser moldadas, os sentimentos e as condutas deveriam ser marcadas pela pressa, pelo ritmo das máquinas, tinha-se que abandonar a passividade.

Nesse contexto do século XIX, como se encontravam as províncias da atual região Nordeste, especificamente, a Paraíba? Com relação à província da Paraíba, ela era, com freqüência, arrasada por longos períodos de estiagem; possuidora de uma renda tributária minguada, recebia do governo Imperial poucos recursos, tal como é citado por Vieira (2000) o discurso do presidente da Paraíba Sá e Albuquerque, em mensagem proferida no ano de 1852:

Tenho vivido em perfeito martírio neste ramo de serviço público. Homem de movimento, entusiasta de benefícios materiais em seu paiz, tendo no espírito largo projetos de obras públicas tão necessárias em vossa província, tenho sido obrigado a permanecer quase inato, adiando sempre a realização de meus cálculos. Os vossos cofres constantemente exaustos furtam-se enexhoráveis à protéica de meus pensamentos, e infelizmente sem esta proeza coadjuvação o governo nada pode fazer (VIEIRA, 2000, p. 23).

As cidades paraibanas eram o reflexo dessa situação descrita por Sá e Albuquerque. Tinham pouca ou nenhuma estrutura, e os escassos recursos que obtinham sequer amenizavam um problema ainda mais gritante naquele instante, os males ocasionados pela fome: fraqueza dos organismos, doenças, miséria e mortes, isso em decorrência das prolongadas secas e pela deficiência de recursos hídricos na Província.

Creio que a causa eficiente dessa notável perturbação do estado sanitário é a fome, conseqüência da terrível seca que tem devastado a província. É de primeira instrução que a alimentação insuficiente e de má qualidade enfraquecendo o organismo constitui não só uma moléstia, como também o predis põe a contrair outras (VIEIRA, 2000, p.107).

De acordo com relatório de 1887 da Inspetoria de Saúde da Paraíba, mencionado por Vieira (2000), fica difícil pensarmos em desenvolvimento técnico em lugares dessa estirpe, no entanto os dirigentes e outros homens letrados não se abstinham em cobrar a cultura material para as suas cidades, além de reivindicarem uma purificação estética e social para as *urbes* onde viviam, lembrando que muitas vezes as benesses modernas era uma forma de o próprio Estado camuflar tão devassas condições ao mesmo tempo em que promovia conforto e *glamour* a suas elites.

Na Paraíba, quem sempre estava à frente no processo de obtenção das materialidades estigmas da modernização era a capital da Paraíba, a então Parahyba do Norte e algumas poucas cidades litorâneas e do brejo, além de Campina Grande, contudo vejamos como Irineu Joffily descreve a capital paraibana já em meados do século XIX:

até agora o seu crescimento tem sido lento, e no prazo de trezentos anos que tem de existência não conta de nenhuma época de notável prosperidade, que a fizesse sahir da tutela em que sempre se achou e acha-se da vizinha praça do Recife (JOFFILY, 1977, p. 251).

Ou ainda a cidade da Parahyba, já no início do século XX, sentida de maneira negativa por um viajante francês, mesmo quando já contava com inúmeros símbolos da modernidade,

É que, naquela cidade triste e inanimada, também se viu obrigado a conviver com ruas e praças pessimamente iluminadas, “trêmulas luzes” de alguns “lâmpioes [a querosene] denegridos pelo fumo”. De resto uma cidade marcada pelo silêncio quase religioso, sem a ruidosidade de vida moderna. Mas o que esperar daquela cidade de apenas 25 mil habitantes? (ARANHA, 2007, p. 100).

Ocorre aí o que propomos em linhas anteriores quando abordamos que não adiantava possuir os signos da modernidade, era mister que a população, por menor que fosse, se adequasse ao ritmo ditado pelas novidades (ARANHA, 2001). Frequentemente, essa ou aquela cidade absorvia algum símbolo da modernidade, de acordo Aranha (2007), essas cidades tornavam-se, inclusive, dignas de serem reconhecidas pela população como “moderna”, que era um motivo de orgulho para seus mais ilustres habitantes e referência para todas as outras cidades de porte ainda menor.

Ainda como sugere Aranha (2007), podemos expor que a principal cidade paraibana nunca experimentou, por exemplo, do benefício do gás carbônico para efeito de sua iluminação pública. Esse tipo de serviço de iluminação era frequente em outras capitais, e,

quando a energia elétrica começou a ser instalada em idos de 1912 nesta cidade, eram os lampiões a querosene que prestavam esses serviços na capital da província.

Essa consideração revela como era o atraso não apenas da capital da Paraíba (possuir até 1912 uma iluminação a querosene, enquanto que outras capitais eram contempladas com o gás carbônico) em relação a outras capitais, mas de todas as outras cidades e vilas dessa Província que se encontravam em situação ainda mais difícil do que a Paraíba do Norte, o que nos leva a compreender que a urbanização da província da Paraíba se deu, como sugere Aranha (2007), em clima de profunda lentidão. Os vestígios da modernidade também foram intensos na Paraíba no que confere às políticas sanitaristas que visavam à erradicação dos miasmas e as próprias enfermidades sociais.

Se a cólera-morbo, a varíola e outras doenças infecto-contagiosas ceifaram vidas de milhares de indivíduos na Europa por conta da falta de estrutura da cidade para receber tanta gente e mudanças ao mesmo tempo, esse fato também ocorreu em cidades brasileiras, a exemplo, o Rio de Janeiro, que em decorrência do seu crescimento, devido ao aumento do contingente populacional, fez com que se precipitassem mudanças, tendo que ser estabelecida novas práticas sanitárias, exigindo novos usos dos espaços e novas posturas dos habitantes da cidade.

No Nordeste, em específico na Paraíba, essas epidemias também foram atuantes na dizimação de um bom número de viventes, mas neste caso os fatores preponderantes para a proliferação desses miasmas foram a fome, a ausência de reservatórios d'água e a falta de hábitos de higiene pessoal.

Ao que parece, na Paraíba o governo não teve condições financeiras suficientes para agir contra as epidemias e erradicá-las ou mesmo minimizá-las, tendo que contar com o auxílio, por exemplo, de pessoas vinculadas às Igrejas católicas, da população civil ou mesmo da sorte.

Segundo Vieira (2000), as políticas higiênicas eram aplicadas tardiamente, ou seja, só quando ocorria algum surto epidêmico era que os poderes públicos apareciam de maneira aleatória sem nenhum tipo de planejamento, portanto não conseguiam sequer minimizar os efeitos das epidemias, uma vez que as próprias estratégias do Estado eram muitas vezes burladas pela população de hábitos contrários a política de salubridade do Estado Moderno.

Os grandes núcleos urbanos se diferenciavam, portanto, pelo fato de que neles as epidemias foram intensificadas devido ao crescimento desordenado dos espaços citadinos e pelo grande contingente populacional, mas também só existente devido aos hábitos e

condutas ainda rurais que evadiam para as cidades com seus praticantes, os quais tinham a ilusão de melhores condições de vida, embora, como se refere Costa (*apud* Vieira, 2000),

a má qualidade das habitações e a superpopulação nas moradias, a ausência de serviços de abastecimento de água e de meios para remoção de objetos, além do crescimento desordenado dos distritos operários causados pela imigração, fizeram com que ocorressem alterações nas taxas de mortalidade (VIEIRA, 2000, p. 58).

Esse aumento das taxas de mortalidade ocorreu por conta do surto de epidemias, que o Estado Moderno tentou controlar através de políticas higienistas para o combate epidemiológico, procurando disciplinar e normatizar principalmente os bairros populares, os quais, devido às péssimas condições em que se encontravam, eram mais propícios para se engendrar e disseminar enfermidades.

Na Paraíba, houve a imigração da população interiorana ou rural em direção às cidades mais desenvolvidas, mas nesse caso foi mais em busca de escapar da fome e da cede do que procurar melhores condições de vida. Se a Parahyba do Norte e outras cidades do brejo paraibano, a exemplo, Areia, que eram as mais desenvolvidas não possuíam condições para receberem uma população numerosa, foram obrigadas a ver, em períodos de estiagem, “a invasão” cotidiana de levas de retirantes famintos em busca de água e alimentos, população essa que não possuía nenhuma noção de higiene, somando-se as próprias condições sanitárias precárias dessas cidades, tornavam-nas lugares extremamente propícios para o surto de epidemias.

Ressaltando que as estratégias do Estado para higienizar e disciplinar as cidades eram esbarradas nas tradições e hábitos dos indivíduos que não se submetiam ou que burlavam o poder e as decisões do Estado, utilizando-se dessa maneira da arte do fraco: a astúcia, ou seja, pode ser confirmado que “*há aqui a refutação das teses comuns sobre a passividade dos consumidores e a massificação dos comportamentos*” (CERTEAU, 1997, p. 27). Desse contexto de miséria e epidemias, e a partir de práticas microbianas de transgressões de normas foi que emergiu a cidade de Soledade.

### 2.3 Limpeza dos espaços: a origem de uma cidade com o advento de um cemitério

Falta de recursos financeiros do Estado e da grande parte da população, secas prolongadas, improdutividade e exploração deixavam o espaço vulnerável para a propagação de epidemias que agravavam ainda mais a situação de atraso econômico e administrativo da Província da Paraíba, causando-lhe estagnação.

Diante do aludido panorama sobre a Paraíba em meados do século XIX, durante o desencadeamento da modernização pelo “mundo a fora”, como se encontrava, portanto, a cidade de Soledade?

Apenas podemos fazer alusão a um espaço com a denominação de Soledade a partir 1856. Nos caminhos que nos levam a origem da cidade de Soledade, nos deparamos com veredas díspares e conflituosas, nos apropriamos desses documentos e fizemos a nossa própria colonização, ou seja, transformamo-los em nossas fontes. Ao que sabemos é que até antes de 1856 não havia referências em relatos de viagem ou qualquer outra documentação sobre o território da jurisdição de São João do Cariri denominado de Soledade, mas apenas se referindo aos nomes das fazendas ou propriedades que deram origem a esta.

Embora a origem de Soledade date apenas de 1856, a povoação desse território fora iniciada ainda no século XVIII por empreendimento das bandeiras singulares desse interior paraibano, a família Oliveira Ledo, requerentes de quase todas as propriedades sertanejas. A data requerida pelos bandeirantes, Teodósio de Oliveira Ledo e Brás de Oliveira com a denominação de Riacho do Padre é onde mais tarde se encravará a cidade de Soledade:

Riacho do Padre, assim conhecido lembrando a batalha travada, nesse local, pelo padre Sebastião da Silva Pessoa contra os Tapuias Pegas. Na sesmaria de 8. 3. 1723, como justificativa disseram seus requerentes, Theodósio de Oliveira Ledo e Braz de Oliveira: porque elles supplicantes os querião povoar com gados, pedião para cada um três léguas de terras em quadro, começando do lugar donde o supplicante Theodósio de Oliveira Ledo dêo batalha com os tapuias Pegas, com grande destruição e mortandade, no riacho que chamão do Padre”(NÓBREGA FILHO, 1974, p. 22).

Podemos perceber o argumento dado pelos suplicantes para receberem do rei de Portugal a propriedade, aliás, argumento que era pouco variável: o aproveitamento produtivo da terra na criação de gado. Terras que por vezes não eram ocupadas por seus primeiros requerentes, destarte, ficavam devolutas, e acabavam sendo requeridas por outras pessoas, caso que ocorreu com a sesmaria do Riacho do Padre, requerida mais uma vez em 1735, como descreve Nóbrega Filho (1974):

Francisco de Arruda Câmara, Francisco de Oliveira Cruz e Francisco da Silva Pessoa, descobriram umas terras devolutas, situadas no sertão dos Carirys, entre os provindos do mesmo sertão e Seridó em um riacho chamado do Padre, com risco de sua vida e dispêndo sua fazenda, para crear seus gados; pelo que requerirão três légoas, nas ditas terras confrontadas onde melhor capacidade tiver para cada um fazer sua situação com todas as sobras delles mesmos supplicantes, até topar nos providos. Fez a concessão de três léguas de terra a cada um, no governo de Monteiro de Macedo (NÓBREGA FILHO, 1974, p. 22).

Além desses, solicitaram também para si e suas famílias um “quinhão” de terras nessa localidade Domingos de Faria Castro, José e Manoel da Costa Ramos, os Freire Mariz, Thomaz Diniz da Penha, José Nunes Collar e os Sousa Gouveia, entre outros que vieram requerer terras posteriormente (NÓBREGA FILHO, 1974).

Dessa forma, os arredores da futura cidade estavam sendo colonizados através das fazendas de criação de gado e de plantio de gêneros alimentícios. Propriedades (fazendas) isoladas e distantes uma das outras, desprovidas de um núcleo de sociabilidade, de um espaço para praticarem o comércio, ou para obterem o conforto religioso, além de outras atividades coletivas.

Na época da “primeira cólera” (1856), por exemplo, essa região não contava ainda sequer com um cemitério, e no caso de mortes, os familiares teriam que se deslocar até o cemitério mais próximo para sepultar seu ente, nesse caso o cemitério mais próximo era o do povoado de São Francisco com mais de 20 quilômetros de distância.

A carência de uma necrópole nas adjacências da futura Soledade não era nenhuma novidade, pois, segundo Vieira (2000), esse déficit cemiterial era invariável em todo o território paraibano e só ganhou sua devida importância e utilidade com as novas políticas de salubridade e de combates endêmicos.

Foram justamente por meio das políticas higienistas de combate a epidemias desenvolvidas pelo Estado Moderno que foram estabelecidas normas voltadas para a salubridade dos espaços, onde sepultamentos no interior de Igrejas não seriam mais admitidos nem em espaços que não fossem devidamente cercados, sendo necessária a construção de cemitérios, e estes, por sua vez, deveriam ser construídos em lugares adequados, seguindo as normas higienistas da época.

A construção de cemitérios se dava pela importância da manutenção da salubridade pública, discurso modernizante, mas havia outro fator até mais preponderante que tornava essa prática ainda mais preocupante e urgente para as autoridades políticas da Paraíba, desprovidos de recursos financeiros: a cólera-morbo, que ceifou vidas em quase todos os aglomerados humanos da Paraíba, espalhando medo e terror, em diversas localidades, *a cólera provocou a fuga de pessoas que abandonavam os cadáveres daqueles que haviam sido acometidos por essa moléstia sem serem devidamente sepultados* (VIEIRA, 2000, p. 86).

A existência de um núcleo denominado provavelmente de Solidão está relacionada à construção de um cemitério nas adjacências da propriedade Malhada das Areias Brancas, Malhada das Vacas ou Malhada Vermelha, essa construção visava atender uma demanda necrológica nunca experimentada naquele local, mortandade causada pela dita cólera-morbo, que vinha arrasando a população da Paraíba, provocando medo e mortes em toda a Província. A data sugerida para a origem de Soledade em linhas anteriores, 1856, é precisamente o ano da primeira cólera, que matou cerca de 10% da população paraibana.

A edificação desse cemitério devido ao estado de calamidade que se encontravam os habitantes daquele lugar, não foi uma obra erigida pelo Estado, mas pelo sacerdote Antônio Maria Ibiapina<sup>2</sup>, a origem da futura cidade de Soledade foi anunciada pelos passos desse tão devoto padre ainda no ano de 1856, seus passos moldaram os espaços, *o ato de caminhar parece, portanto encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação* (CERTEAU, 1997, p. 177). Anunciava-se, portanto, um novo espaço, que deixaria de ser simplesmente mato, definia-se através dos passos do padre Ibiapina um lugar mais visível a qualquer olho: a edificação de um cemitério e, posteriormente, ao redor da necrópole e da capela nascia um povoado.

A afirmação da passagem do pároco Ibiapina na data sugerida é considerada polêmica para os biógrafos desse padre, devido ao fato de não constar em nenhum relato a presença desse sacerdote em terras paraibanas antes de 1860. Ainda assim, Araújo (1996) assegura que a construção do Campo Santo naquele lugar ermo se deu por obra do “Apóstolo do Nordeste”, no ano de 1856, sendo nesse ano que ele havia iniciado sua

---

<sup>2</sup> Advogado, deputado pela Província do Ceará e posteriormente ordenado Padre, Antônio Maria Ibiapina, percorreu grande parte do interior de Províncias do Nordeste que foram castigadas por longas estiagens e por epidemias, organizava por onde passava mutirões para construir cemitérios, açudes e casas de caridade.



missão religiosa e social, na qual fez sua primeira viagem de reconhecimento de algumas regiões.

A primeira viagem é de reconhecimento. Vai a Pilar, Ingá, Campina Grande e chega até a fazenda Malhada Vermelha [...] pelos caminhos semi-desertos, o missionário encontra vários cadáveres humanos devorados por urubus[...] essa tétrica situação não pode continuar. O mínimo que poderia fazer, no momento, seria construir cemitérios para guardar dignamente os corpos humanos [...] sabe-se que os proprietários da fazenda Malhada Vermelha ofereceram-lhe o terreno destinado ao campo santo, mas a construção não foi logo possível por falta de mão de obra. A epidemia abalara o ânimo da população, que não dispunha de coragem para o trabalho. O missionário delimitou o terreno [...] fincou uma cruz de madeira em sinal de posse e inumou alguns cadáveres (ARAÚJO, 1996, p. 451-453).

Possivelmente o Padre Ibiapina tenha feito de fato um roteiro que não foi mencionado pelas Crônicas das Casas de Caridade, pois estas falam apenas sobre o segundo período de suas viagens pelo interior nordestino. E essa referida visita a Pilar faz muito sentido, pois de acordo com Vieira (2000) foi essa vila a mais atingida pela cólera, tornando-se quase que uma cidade fantasma, necessitando, portanto de conforto espiritual e de pessoas para sepultar os corpos.

Essa colocação feita por Araújo (1996) diverge de afirmações antes feitas por Nóbrega Filho (1974), que alega que antes da passagem do Padre Ibiapina por aquelas terras, no ano de 1856, havia sido erigida uma pequena e acanhada capela com leves traços barrocos no lugar onde tinha sido sepultada Ana de Farias Castro, a Aninha, acometida pela cólera.

O corpo da jovem Ana foi impedido de ser sepultado nos cemitérios de São Francisco e de São João do Cariri, devido aos riscos de contágio da cólera. Dessa forma, a inumação deveria ser feita em lugar distante e isolado, onde não houvesse risco de contágio, assim a sepultaram em terras da Malhada das Areias Brancas.

A afirmação sustentada por Nóbrega Filho (1974) demarca os passos do sacerdote Ibiapina em terras da futura Soledade apenas no ano de 1865, quando esse havia saído resignado com a atitude lastimável de um ilustre capitão do povoado de São Francisco, chegando então a capela de Aninha, onde, recebendo de doações algumas braças de terras e com auxílio da população das redondezas, deu início a construção de um Campo Santo, na qual, após cinco meses de trabalho, concluíram a obra. A data proposta por Nóbrega Filho

(1974) torna-se pouco provável pelo fato de que no ano sugerido por ele já havia passado inclusive o ápice da segunda cólera, que fora menos mortífera na Paraíba.

Depois de concluído o Campo Santo, começou-se a refletir sobre a denominação para aquele lugar, segundo Nóbrega Filho (1974) o nome fora escolhido pelo Padre Ibiapina, o qual batizou aquele lugar ermo de Solidão, o que não foi muito acatado pela população, onde democraticamente optaram por mudar ao menos o idioma da palavra, e o chamaram de Soledade.

Se considerarmos os lugares sociais a que o padre Ibiapina se fez presente e atuou, iremos saber que este pároco teve toda sua formação intelectual na cidade do Recife e que talvez tenha mantido algum contato (intenso ou não) com um Bairro de Soledade, espaço de destaque daquela cidade, e que o padre em apreço era devoto de Nossa Senhora da Soledade.

Podemos, daí, chegar a concluir sobre a denominação de Soledade àquele lugar vazio, desabitado e ermo; e o que houve de democrático foi apenas a aceitação da toponímia por parte da população que vivia em proximidade daquele mais novo cemitério, despertando *as histórias que dormem [...] num simples nome* (CERTEAU, 1997, p. 201).

De acordo com Araújo (1996), o prenúncio da construção cemiterial que viria a dar origem à vila de Soledade começou em 1856, com a passagem do apóstolo Ibiapina pelas adjacências da propriedade Malhada das Areias, e o corpo de Ana de Farias provavelmente havia sido sepultado no lugar já abençoado pelo padre Ibiapina para a inumação dos coléricos, e que em uma segunda passagem pelo lugar Malhada das Areias Brancas ergueu com a ajuda de devotos um cemitério. Esse fato também pode ser percebido na exposição feita por Irineu Pinto (*apud* RIETVELD, 2009):

No corrente ano de 1856 o padre Ibiapina na sua missão apostólica pelo interior da província bense um terreno e funda cemitério para enterrar os coléricos ao qual deu o nome de Soledade. Mais tarde levanta o mesmo sacerdote uma capella anexa, sob a invocação de Santa Anna, começando a construir-se no lugar algumas casas, povoando no correr dos annos (RIETVELD, 2009, p. 151).

O surgimento desse povoado se deu pela necessidade de um espaço de sociabilidade para as pessoas que habitavam as cercanias daquela necrópole, e também pelo fato de que

vinham pessoas de diversas localidades e de todas as distâncias sepultar seus parentes nessa nova necrópole que talvez não tendo mais força para retornar a seus lugares de origem acabavam permanecendo naquele ambiente, construindo seus nichos próximos a morada dos parentes que já se encontravam sem vida.

No ano da proclamação da República brasileira, Irineu Joffily, em visita ao interior paraibano, descreve a situação deste povoado:

Soledade – esta villa, cuja fundação data de 1856 acha-se 14 léguas a O. de Campina e 12 ao N. de São João do Cariri. É situada em terreno arenoso e algum tanto elevado, na distância de um kilometro do riacho Quichady, que impropriamente chamão de Macacos. A Villa é ainda pequena, mas possui igreja soffrível, filial da matriz de S. João do Cariri; mercado onde se faz a feira semanal e algumas casas particulares de bella apparencia (JOFFILY, 1977, p. 296).

Se em 1885 esse povoado já deixara de ser uma freguesia da vila de São João do Cariri, trinta e três anos após a benção do terreno para a construção do cemitério aquele local já havia se tornado uma vila, pequena, mas bem povoada, com boas casas e feira semanal, essa era a vila de Soledade que surgiu a partir de um cemitério para os coléricos, através de políticas de salubridade pública.

Essas colocações nos levam a conclusões ao menos provisórias em relação aos questionamentos antes feitos, sobre a situação da Paraíba e da cidade objeto de nossa pesquisa – Soledade, no contexto da modernização. Vimos que a modernização da Paraíba se dava pelas conquistas materiais de algumas poucas cidades que portavam indícios de novidade, no qual o contato com esses símbolos da modernidade deixava o espaço que lhe recepcionasse em sincronia com o novo mundo “civilizado”. Mas, nem por isso, essa espacialidade pode ser tida como Moderna, pois para isso ela deveria possuir outras dezenas de fatores que a tornasse rumorosa.

Já para a vila de Soledade no contexto em que surgiu, seu nome poderia muito bem ser a toponímia de uma metrópole moderna, pois caracterizaria a situação do sujeito desse tempo moderno, um indivíduo que, mesmo no meio de milhões, se sentia só e anônimo, e que, segundo Baudelaire (2002), era um homem solitário dotado de uma imaginação ativa sempre viajando através do grande deserto de homens.

O deserto que havia na espacialidade onde se constituiu a cidade de Soledade não provinha da sensação de solidão no sentido moderno como propõe Baudelaire, mas no sentido de que a territorialidade era desabitada por seres humanos detentores de vida, lugar deserto, estéril, lúgubre e triste.

Tanto a metrópole moderna quanto a insurgente vila do interior paraibano – Soledade – partilhavam da solidão; parecem-me análogas as vivências dos personagens da obra Cem Anos de Solidão de Gabriel Garcia Marques, onde todos estavam condenados a cem anos de solidão, os incluídos da modernidade e aqueles que parecem ter ficado excluídos dela.

Soledade, terra que só ganhou vidas quando se convencionou construir um espaço para os mortos. O cemitério que se construiu nesse lugar era parte de uma política moderna para combater as epidemias “miasmáticas”. Moldar os indivíduos dos mais longínquos torrões de acordo com que exigia as autoridades políticas higienistas da época era um indício da presença da normatização e do disciplinamento requerido pela modernidade.

Antônio Maria Ibiapina não foi, nem um sacerdote, nem político, muito pelo contrário, foi um agente do Estado Moderno que levou para o interior de muitas províncias nordestinas os rastros da modernidade, contidas, indubitavelmente, nas políticas de salubridade da qual emergiu a cidade de Soledade.

O cemitério construído seria, pois, uma normatização do Estado Moderno, Antônio Maria Ibiapina, o agente saneador e os proprietários das terras doadas para a construção da necrópole, agenciadores de uma futura cidade. O espaço era para permanecer lúgubre e isolado, uníssono para os mortos, no entanto da indisciplina surgiu um povoado, os poderes sem identidade, os silenciados vivos burlaram as normas e deram origem ao que viria a ser a futura cidade de Soledade, de um lugar que representava justamente a ausência de vida e de pulsar nasceu um espaço que representa vida. Houve, portanto, como propõe Certeau (1997) na origem de Soledade, um desvio da prática no uso do produto.

### 3. DOS ESPAÇOS QUE SEDUZEM À ARTE DE MORAR NA CIDADE: OS CAMINHOS QUE LEVAM À SOLEDADE - PB

O despertar desse capítulo surge a partir da pretensão de inferir sobre o contexto que possibilitou a instalação dos aparelhos modernos em Soledade, o espaço que foi preparado por sujeitos com interesses diversos, que propiciaram o crescimento demográfico daquela insurgente vila e conseqüentemente tornaram seu espaço habitável e “sedutor”, possível de atrair os recursos para a melhoria de sua infra-estrutura, oferecendo maior conforto e dando novas perspectivas a seus habitantes.

Em nossa caminhada pelo passado dessa *urbe*, iremos visualizar os ritmos das mudanças organizacionais e funcionais da cidade, acompanharemos o compasso do seu desenvolvimento econômico, populacional, político e cultural. Um núcleo de povoação que se formou e logo passou a galgar o estatuto de distrito, que através de conquistas de uma materialidade, “imobiliário” urbano alcançou rapidamente a emancipação política.

Daí por diante, perceberemos o desejo da elite soledadense em adquirir com determinada frequência, os signos da modernidade para o espaço citadino em apreço, nas quais esses emblemas propiciaram mudanças espaciais ao mesmo tempo em que alterava o cotidiano dos moradores da *urbe*.

Esses dispositivos modernos vieram dar a Soledade uma dinâmica, novos ritmos, num período que até parece improvável, mas que, de uma forma ou de outra, garantiu para esta cidade estar em consonância com alguns espaços citadinos que vinham adquirindo os símbolos da modernidade, além de lhe reservar um lugar de destaque em relação às outras *urbes* ou povoados ciclo vizinhos, no entanto sem, em momento algum, lhe tirar o *status* provinciano, na qual as relações de seus moradores com o campo permaneceram fortes e ainda muito intensas.

A relação íntima com as práticas e hábitos rurais serão visíveis em qualquer época, principalmente em se tratando de uma cidade demograficamente pequena que possui, como principal fonte de renda da população, atividades relacionadas ao campo, assemelhando-se, inclusive, a cidade medieval sugerida por Le Goff (1992), na qual o espaço citadino permanece mesclado ao campo.

Sendo assim, podemos falar que a construção de uma necrópole para o sepultamento de vítimas da cólera-morbo fizera surgir, naquele lugar ermo, um rumor de gente, onde nas proximidades desse cemitério foram erguidas casas para abrigar entre outros, parentes dos próprios vitimados pela cólera, que não tinham mais força e ânimo para voltar aos seus lugares de origem. E foi com essa situação de permanente calamidade ocorrida durante os últimos decênios do século XIX que o povoado de Soledade continuou recebendo novos habitantes.

Sertanejos pobres e desnutridos que se arrastavam com seus trapos pelas estradas a fora, tentando escapar da fome, tinham como destino, se a vida não lhes escapasse, o brejo ou litoral paraibano. De acordo com Câmara (2000), as estradas oficiais que ligavam o sertão ao litoral acompanhavam as margens dos grandes rios, o que aumentava as distâncias para esses retirantes, o caminho mais viável seria pela vereda ou “brenhas” quase fechadas, antiga rota por onde passaram os primeiros colonizadores, que diminuía as distâncias e tinha como passagem obrigatória o povoado que surgiu de um cemitério – Soledade.

Muitos dos retirantes morriam durante as viagens, não suportavam a fome e a fraqueza, outros com a energia que lhes restava acabavam ficando no meio do caminho, faltava-lhes força para concluir a viagem pretendida. Soledade mostrou-se nesse momento um espaço auspicioso para os indivíduos que não tinham mais destreza para seguir viagem, pois, quando não oferecia trabalho ou qualquer expectativa de melhores condições de sustento, dispunha de uma capela para orar e clamar a Deus as desgraças ocasionadas pela seca, além de dispor de um cemitério caso ocorresse alguma “eventualidade”.

Foi com essa dinâmica do flagelo dos retirantes sertanejos mais a astúcia dos *eupátridas*<sup>3</sup> daquelas terras que o povoado começou a insurgir ao redor da obra edificada pelo padre Ibiapina. Alguns dos “homens-bons” daquela região construíram suas residências a poucas braças da necrópole, lugar que aos poucos foi recebendo novos passantes, patrícios decadentes de outras terras e sujeitos esfomeados, fazendo parte de um mesmo cenário. Era a oportunidade para as famílias “nobres” disporem do comando e do poder, que talvez nunca tenham tido ou que o haviam perdido, como sugere Cardoso (2006), em relação à obtenção do poder de algumas famílias no arranjo político coronelístico do Brasil.

---

<sup>3</sup> Indivíduos descendentes dos primeiros habitantes da região, tornar-se-iam os latifundiários e passaram a promover a constituição do povoado, que em poucos anos tornara-se vila, indivíduos dessas famílias achavam-se no direito de terem em seu domínio as decisões políticas da vila por serem descendentes das primeiras famílias ocupantes do território.

De acordo com os dados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1960), o povoado de Soledade pela lei Provincial de nº 682 de 1879 tornar-se-ia Distrito da vila de São João do Cariri. Passados seis anos, o Distrito de Soledade foi elevado à categoria de Vila pela lei nº 791 de 24 de Setembro de 1885, cinco anos depois se tornou sede da Comarca.

Mais do que uma evolução política, percebe-se que a vila de Soledade havia se tornado habitável, que ganhara uma materialidade que lhe garantiu compor mesmo em uma paisagem que oscilasse entre o rural e o urbano, o estatuto de cidade, adquirindo *status* políticos merecíveis para aquela época, destacando-se, por exemplo, de outros povoados que há tanto tempo se encontravam estagnados.

Na obra *Através do Sertão*, escrita por Celso Mariz, quando inspetor regional de ensino em idos de 1909, há relatos sobre o desenvolvimento dos municípios do Sertão paraibano, inclusive ele descreve Soledade da seguinte maneira:

A vilasinha que se fundou em 1856 tem certa beleza e movimentação no commercio. Foi creada por lei nº 791 de 24 de Setembro de 1885. Teve a distincção de séde de Comarca no governo do dr. Venancio Neiva. A sua sociedade é de alta cotação moral, dirigida pelo digno Prefeito do Municipio, o coronel Claudino Nóbrega, da elevada estirpe que o nome indica (MARIZ, 1999, p. 79).

Apreciamos a descrição da forma proposta por Certeau (1997) como ato além da fixação, um ato culturalmente criador e fundador de um espaço. Entendemos ainda, na mesma óptica, que o relato tem o poder de autorizar, de defender ou de fundar. As demarcações feitas na descrição de Celso Mariz dão vida e autorizam o poder exercido e as práticas das oligarquias e das elites de Soledade, defendem as ações e os posicionamentos dos Edis do município e do governo Estadual.

Há, nessa escrita, sinais que denunciam o posicionamento político de seu autor e a proposta da obra. Um poder que dá estabilidade e funda um lugar: Soledade habitável, que oferece certo nível de conforto, dispendo de beleza e bom comércio em plenos 1909, dirigida por gente de alta estirpe. Indícios de interesses que querem se sobrepor demarcar espaços e autorizar poderes.

Seguindo rastros, ainda conseguimos recolher vestígios de elementos que o texto de Celso Mariz traz apenas nas entrelinhas, examinando, como sugere Ginzburg (1989), os pormenores, as minúcias imperceptíveis para a maioria, não podemos conceber o discurso como algo verdadeiro ou total, nos preocupamos mais pelo que deixou de ser dito e que estão suspensos no texto a espera de alguém para dizê-los.

Assim, ainda percebemos que a cotação moral de seu povo e a nobreza da família que a governa é um emblema de que os munícipes de Soledade estavam de acordo com a oligarquia que se encontra no poder governamental, um sinalizador positivo para os chefes políticos locais atraírem benefícios para Soledade.

### 3.1 De como a “Princesa do Cariri atraiu seus súditos”

Como já tínhamos dito, Soledade teve seu crescimento inicial por conta de que, naquele espaço adjacente ao cemitério edificado em 1856, grandes proprietários de terras daqueles arredores construíram algumas residências próximas a necrópole:

em alinhamento construíram três casas, a de Manoel Maria de Miranda Henriques; a segunda uns quinze metros avante, pelo Capitão André de Sousa Gouveia e a terceira, a uns setenta metros ao poente do Cap. Silvino Nóbrega (NÓBREGA FILHO, 1974, p. 24).

Ao que se somou com os forasteiros retirantes que tentando fugir da miséria acabavam se estabelecendo em qualquer parte menos árida. Em Soledade, os que ficavam, provavelmente, se estabeleciam em terrenos da capela e, posteriormente, eram levados para trabalhar nas propriedades dos “homens-bons” das redondezas.

Foram ouvidos relatos orais de que o Padre Ibiapina, em suas missões, construiu um açude em uma segunda visita que fizera ao povoado de Soledade. Nóbrega Filho (1974) cita tal episódio no seu livro. O autor de *Um Apóstolo do Nordeste* certifica que o padre Ibiapina em 1872, mês de Julho, fazia um açude em Soledade (MARIZ, 1997, p. 75). Esse episódio teria sido, sem dúvida, um fator que propiciou ainda mais a migração de indivíduos para as proximidades do povoado.



Açudes funcionavam por aquela época como uma espécie de oásis, nada era mais atraente quanto um ambiente que acumulava e guardava um bem tão valioso como era a água. Ninguém mais que o sertanejo e o caririzeiro para saberem do seu inestimável valor, pois eles sentiam na própria pele o mal que se assolavam quando a água escasseava.

Se as prolongadas estiagens em todo o sertão paraibano não foram os fatores preponderantes na aquisição de súditos para tornar Soledade a futura Princesa do Cariri, foram as obras contra elas que lhe propiciou crescimento e destaque em relação a tantas outras vilas e povoados, tal como se refere o Historiador pocinhense Roberto Ribeiro Silva: *Pocinhos não só estava politicamente isolada, mas também fora ofuscada por Soledade, que, desde a construção do Açude Maior, em 1895, passara a ser a principal vila do Cariri* (SILVA RIBEIRO, 2003, p. 75).

A referência feita por Silva Ribeiro (2003) sinaliza a disposição que Soledade possuía para atrair obras de construção de açudes, assim como por intermédio dessas obras contra as secas a vila estava sempre disposta a recepcionar novos moradores, a crescer e, conseqüentemente, se destacar em relação a outras vilas da região.

No livro *A Paraíba e seus problemas*, de José Américo de Almeida (1980), há diversas páginas dedicadas às questões relacionadas às calamidades causadas pelas longas estiagens nas diversas Províncias da dita região Norte. Assim, o Sertão da Paraíba era um dos mais atingidos por esse fenômeno natural, que, quando ocorria, causava prejuízos e miséria a toda Província. Nesse contexto, o sistema Monárquico nunca interveio com frequência e rigidez.

O máximo que se percebe em relatos bibliográficos sobre o assunto era que existiam pesquisas sobre as secas; engenheiros eram enviados, realizavam levantamentos e outros estudos e, quando o governo Imperial se projetava a realizar de fato alguma obra, as verbas iriam parar na conta de alguns poucos chefes políticos locais ou o benefício público era simplesmente convertido em benefício privado.

Conhecedor de grande extensão do território paraibano em época de Monarquia e em véspera de República, Irineu Joffily se mostrava inquieto com o descaso dos governantes em relação a amenizar os problemas causados pela seca na vasta região do Norte e em especial da Paraíba, argumentando que,

o homem não póde ter acção sobre o sol, sobre os ventos, que produzem as seccas, mas póde, até um certo ponto, diminuir seus inconvenientes, mesmo suspende-os completamente em um espaço de terreno mais ou menos extenso, por um grande número de meios (JOFFILY, 1977, p. 181).

Joffily (1979) mostra que secas eram mais do que flagelos naturais. Era a incapacidade política de sanar os males sociais e coletivos. O descaso com a região foi permanente mesmo depois de proclamada a República, pois uma “coisa pública” mal gerada e desvinculada da participação popular, onde o único roteiro que o povo foi incluso era, como sugeriu Carvalho (1990), a ocasião de pagar a conta. O Estado, ou os representantes deste, não se ocuparam em tentar sanar o problema dos flagelados das secas, vítimas de um mal público e coletivo.

Se as secas foram sempre as responsáveis pelo retardamento da organização social e econômica da Paraíba (ALMEIDA, 1980), os recursos para amenizar os males ocasionados pelas longas estiagens sempre foram tardios e minguados. A solução para esse mal natural era, se não outro, a construção de barragens e açudes para represar água de rios e riachos. Acreditava-se que era com o represamento da água de qualidade o caminho mais viável para erradicar os problemas das estiagens. Todos os esforços se voltaram, principalmente, para essa obra.

Embora a política Imperial não tenha se abtido das calamidades que acometiam as Províncias do Norte, não conseguiram sanar problema algum. Com a República instaurada, perceberam-se os continuísmos, a região permanecia no abandono e, o pior, quando as minguadas verbas vinham, eram entregues e *dirigidas pelos chefes políticos locais e, por isso, além de consumirem avultadas quantias no interesse partidário, não obedeciam às necessárias condições técnicas. Desapareciam aos primeiros invernos* (ALMEIDA, 1980, p. 305).

São emblemas do que Holanda (2004) chama de neoportuguesismo, responsável pelo atraso social e econômico do Brasil, que nasceu e se consolidou no colonialismo, intenso durante o Império e persistente durante a República. Estão aí presentes os símbolos da cordialidade<sup>4</sup> brasileira, apropriação do público pelo privado, inexistente o interesse pelo público, pois a preocupação gira em torno das questões pessoais e afetivas, é a lógica do

---

<sup>4</sup> Conceito utilizado por Sergio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil para se referir a dificuldade ou impossibilidade na política brasileira em separar ou distinguir os assuntos pessoais, privados, dos interesses coletivos ou p.

clientelismo, tornando-se, portanto, *a gestão pública assunto de interesse privado das famílias*. (REIS, 2000, p. 133).

Segundo Almeida (1980), o orçamento federal de 1895 destinado a construção de açudagens no Estado da Paraíba foi de 200 contos. Dessa verba destinada à Paraíba, Soledade foi uma vila beneficiada, na qual foi construído, ainda nesse mesmo ano, o *Açude Maior*, o que hoje conhecemos por *Estado Velho*; a edificação desse açude atraiu para a vila mão-de-obra e consecutivamente novos moradores.

Os rastros das águas redesenhavam novos rumos para a recém emancipada vila, que era apresentada não apenas com um grande açude, mas pela geração de emprego, uma nova opção de reservatório de água, além de novos moradores que eram atraídos por tudo que o açude representava: riqueza e principalmente vida.

É provável que a construção do Açude Maior no ano de 1895 em Soledade tenha sido possível devido tanto à localização geográfica central da vila, quanto à aproximação política dos chefes políticos locais com a situação partidária do governo do Estado, além das amostragens dos baixos índices pluviométricos da região. Oito anos antes da construção do Açude Maior, quando ainda era distrito de São João do Cariri, haviam sido instalados em Soledade os serviços da Agência Postal, sinalizando as condições demográficas e estruturais já possuídas pelo distrito para receber tal benefício.

No ano de 1909, no governo federal de Nilo Peçanha, foi criada a Inspeção de Obras Contra as Secas<sup>5</sup>, na qual constataram que o Açude Maior, em Soledade, era o único existente para estudos relativos à açudagem na Paraíba. Nove anos depois, por iniciativa do governo Estadual, a vila de Soledade estaria adquirindo um bem inestimável e primordial para seu desenvolvimento, uma estrada de rodagem que a ligaria a Campina Grande e tornava mesmo as viagens para o sertão paraibano “menos distante”.

Quando, a nível mundial, as discussões relacionadas a transportes giravam em torno de construções de linhas ferroviárias, sendo o trem o maior artífice civilizador e símbolo do progresso, a Paraíba ainda tinha seu território quase que completamente isolado e inacessível, ou seja, não possuía sequer estradas rodoviárias suficientes e as artérias existentes não tiravam o seu povo do isolamento e do atraso.

---

<sup>5</sup> Como primeiro foi chamada a agência Federal responsável pelas problemáticas relacionadas ao semi-árido.

Se ainda no século XIX a Paraíba ganhou alguns ramais ferroviários, grande parte do seu território permanecia carente de vias de comunicação. Campina Grande, a maior cidade do interior paraibano só foi prestigiada com esse benefício no ano de 1907, a qual, inclusive, tornou-se ponta de trilho. Fazia-se necessário, ao menos, abrir estradas de rodagem que ligassem o sertão ao litoral.

O governo federal aproveitara a ocasião da desoladora seca de 1915 para tentar sanar os problemas relacionados às artérias de comunicação entre povoados, vilas e cidades da Paraíba. O objetivo dessas obras eram, além de reduzir as distâncias e a incomunicabilidade, socorrer os flagelados das secas, dando-lhes trabalho e fazendo com que os lugares beneficiados pelas construções passassem a recepcionar novos consumidores.

O projeto inicial era que houvesse a construção de um ramal rodoviário que ligasse Campina Grande a Patos, uma estatística equivalente *a 168 quilômetros de distância entre essas duas localidades* (ALMEIDA, 1980, p. 364), no entanto inicialmente só foi possível a construção do trecho Campina Grande a Soledade, contabilizando 61,4 quilômetros de estradas abertas.

Antes da abertura da estrada que viria a se tornar a artéria principal que ligava o litoral ao sertão paraibano, e que beneficiaria Soledade em vários sentidos, inclusive ficou conhecida como estrada do fio<sup>6</sup>, a rodovia oficial que ficava mais próxima dessa vila era a que cortava o atual distrito de Bonsucesso, que tinha sua origem em Campina Grande ou mesmo São João do Cariri, passava pelo povoado de Boa Vista até chegar ao ramal nas adjacências do Zumbi<sup>7</sup>.

Esse trajeto inclusive concorreu ao benefício de 1915, sendo uma das propostas do IFOCS<sup>8</sup>. Em viagem ao sertão paraibano no ano da proclamação da República brasileira, o deputado Irineu Joffily fez uma narrativa do roteiro desse caminho que, poderia ofuscar o futuro da vila de Soledade:

Eram quatro e meia horas da madrugada quando montamos a cavalo [...] **Campina** ainda repousava [...] em poucas horas chegamos à povoação de

---

<sup>6</sup> De acordo com relatos orais a estrada oficial que ligava o sertão ao litoral paraibano e que hoje é a BR 230, era conhecida como estrada do fio, devido o fio do Telégrafo ter sido instalado as margens dessa rodovia, seguindo de Campina Grande a Patos.

<sup>7</sup> Como era conhecido o povoado do Bonsucesso, atual distrito de Soledade.

<sup>8</sup> Sigla do Instituto Federal de Obras Contra Secas, antiga IOCS: Instituto de Obras contra Secas.

Pocinhos [...] Dali por diante, tomamos a direção sudoeste [...] os zig-zags que fazia o trilho, levou-nos à fazenda **Malhadinha**, onde atravessamos o rio **Santa Rosa** [...] Penetrando no município de Soledade, o primeiro lugar que nos deparou foi **Bom-Sucesso**, ribeira muito habitada, onde existe um cemitério [grifos nosso] (JOFFILY, 1977, p. 409 – 410).

Embora a vereda dos Oliveiras Ledo<sup>9</sup>, posteriormente conhecida como rodagem do fio, fosse utilizada com frequência por retirantes ou outros viajantes, a estrada oficial que se tinha ligando o litoral ao sertão paraibano e que estava situada mais próxima a vila de Soledade era a que passava contígua ao povoado do Bonsucesso, futuro distrito da cidade.

Essa distância da estrada, que simbolizava a comunicabilidade e a troca de experiências culturais e econômicas, viria a incidir como dispositivo do atraso para a vila de Soledade, pois, como destaca Monteiro Lobato em *Cidade Mortas* (2004), essa ocasião consistia em um desvio da civilidade, uma vez que as estradas eram os rastros da comunicação e do acesso entre os povos que habitam territorialidades distintas e distantes.

O órgão federal responsável pelo projeto da construção da estrada de rodagem era o IFOCS, havia duas propostas para a abertura dessa rodovia, eram elas: a primeira a que faria o roteiro Campina Grande, Boa Vista, Santo André, Taperoá, Passagem até chegar a Patos, a que prejudicaria eternamente o crescimento de Soledade; e a segunda proposta era a que partiria de Campina Grande, seguia por Soledade, Juazeirinho, Junco, Santa Luzia, São Mamede e Patos. Se esse segundo projeto fosse condenado, Soledade seria bruscamente ofuscada, perdendo seu brilho e poder de atração.

Segundo Câmara (*apud* RIETVELD, 2009), a aproximação política entre os Nóbregas de Soledade e o prefeito de Campina Grande, Cristiano Lauritzen, foi fator incisivo para a proposta vitoriosa, ou seja, ganhou a proposta que beneficiava a vila de Soledade. As obras começaram ainda no ano de 1915 e segundo Almeida (1980) só foram concluídas em Junho de 1918.

Se Soledade não fora beneficiada, seja em “*fin de siècle*” ou mesmo no começo do século XX pelos tão desejados “trilhos do progresso”, ao menos foi presenteada com um similar, pois como diz o adágio popular, dos males o menor, e Soledade não ficaria diante do contexto paraibano incluída como uma cidade morta, com o advento da construção da estrada de rodagem oficial que ligaria o litoral ao sertão paraibano.

---

<sup>9</sup> A partir de 1919 se tornou a estrada rodoviária oficial que ligava o sertão ao litoral paraibano. Foram vias percorridas pelos primeiros colonizadores ainda no período colonial.

Se o serviço para a construção dessa estrada atraia trabalhadores de diversos lugares, o futuro fluxo de passantes por essa rodovia tornaria o comércio de Soledade próspero, atraindo para seus limites novos moradores, dando a cidade novos rumos e ritmos, ainda seria pela estrada que a cidade seria visualizada e apreciada pelos passantes.

Pela estrada de rodagem, chegariam homens e máquinas, a cultura material, os símbolos da modernidade começariam a ecoar nesses rincões através da famosa estrada do fio, seria o caminho para o crescimento, para o despertar de desejos sob uma cidade que viria a ser pensada, arranjada, e sentida por sujeitos diversos.

Nos anos de 1930, passaram pela estrada de rodagem automóveis carregados de soldados que iam combater a revolta de Princesa, assim como chegaram, nesse mesmo ano, as notícias da construção de outro açude em Soledade. Dessa vez, um reservatório ainda mais potente, na qual foram abertos os caminhos para a entrada da água e para trabalhadores diversos que vieram para Soledade prestar seus serviços, dos quais muitos resolveram permanecer na cidade, ou em suas adjacências.

### 3.2 Os rastros da modernidade nas rédeas das oligarquias

Não há homem influente que não tenha parentes e amigos ocupando cargos de Estado; não há doutores da lei que não se considerem no direito de deixar aos filhos, netos, sobrinhos e primos gordas pensões pagas pelo Tesouro da República<sup>10</sup>. Somos impelidos a falar das práticas oligárquicas, uma vez que não podemos dissociar o processo de introjecção das materialidades, símbolos da modernidade na *urbe* de Soledade, dos interesses dos grupos políticos locais dominantes.

O caminho que optamos para caracterizarmos e exemplificarmos a República brasileira, cujos *partidos políticos eram vistos como “famílias políticas”, onde vínculos afetivos e pessoais uniam chefes e demais membros* (REIS, 2000, p. 128), foi através dos elementos tão fortemente presente nas críticas e escárnios das crônicas do literato carioca

---

<sup>10</sup> Essa menção exhibe os interesses pessoais sobrepostos aos interesses coletivos da nação, são características inerentes aos grupos oligárquicos brasileiros. Para tanto ler BARRETO, Lima. Bruzundangas: <http://www.culturabrasil.org/zip/buzundangas.pdf>. acessado em 05 de novembro de 2010.

Lima Barreto, que evidenciam os usos políticos predominantes no Brasil, exibindo a invasão do público pelo privado e a forte presença do caudilhismo que inibiu a modernização da política brasileira.

Portanto, oligarquias podem ser aqui entendidas, de acordo com Gurjão (1994), como grupos que controlavam determinados setores da economia e exerceram o controle ou influência sobre esse comando da política local, fazendo parte dessa composição grupos de parentes consanguíneos, que podiam ser unidos por laços de matrimônio ou compadrio, e ainda por identidade de interesses econômicos ou políticos.

Esses grupos políticos predominaram até os idos de 1950, embora estejam inseridos na ideia de Gurjão (1994), a qual defende que a trajetória do poder das oligarquias demonstra uma estrondosa sagacidade de mudar as aparências para conservar a essência do arbítrio, e, dessa maneira, poderem se perpetuar no poder. Assim passando o correr dos anos, encontramos as mesmas oligarquias escondidas em novas roupagens.

Essas oligarquias sofriam alguns reveses e tinham que se reordenar de acordo com as exigências do poder central, e, no confronto entre as forças denominadas de cesarismo e caudilhismo (GOMES, p. 495, 1998), o segundo fora derrotado, a exemplo de 1930, tendo *as oligarquias locais de subordinar ao novo esquema de articulação com o poder central* (GURJÃO, P. 197, 1994), isso no plano mais geral. Se localizarmos mais essa prática, as oligarquias das pequenas cidades ou povoados tinham que, a todo instante, se adequar aos interesses dos políticos mais patenteados, para então se manterem no poder e continuarem usufruindo dos recursos possíveis.

No contexto político de Soledade, a oligarquia dominante, influente, era a Nóbrega. Desde a fundação da cidade, os Nóbregas seriam, pois, os eupátridas soledadenses, presentes nos interesses políticos da cidade desde o período Monárquico. Atuantes após a Proclamação da “artificial” República brasileira, fizeram de seus desejos os anseios da cidade, tentaram constituir de acordo com seus interesses e dentro das possibilidades uma cidade habitável, mas acima de tudo ordeira.

Em uma carta, o ex-edil, o Dr. Trajano Nóbrega, responde às críticas, as de, certa vez, a tradicional família Nóbrega ter sido acusada de nada ter feito pelo bem coletivo de Soledade no período em que a oligarquia esteve à frente do poder político do município: *a maior realização dos Nóbregas foi a manutenção de uma Soledade ordeira, pacata,*

*honesto com o pudor das pessoas de bem. Um lugar modesto, mas sem escândalos. Esta foi a maior realização dos Nóbregas* (TRAJANO NÓBREGA, 1959).<sup>11</sup>

A população ordeira, descrita na carta de defesa do Dr. Trajano Nóbrega, pode caracterizar mais do que virtudes do povo soledadense, podendo ser, por exemplo, a ausência de liberdade para se opor, ou a apatia de uma população comandada por coronéis e submissa ao seu comando, um povo majoritariamente sem instrução, esses relatos são indícios de autoritarismo disfarçado de democracia, característica da república coronelística. Como mostra Lobato (1994),

nota-se aqui a diferença entre os ominosos tempos medievos e os sobreexelentes da democracia de hoje. O absolutismo agarrava as brutas a vitima e, sem tir-te nem habeas-corpus, trucidava-a; a democracia opera com manhas de Tartufo, arma, arapucas, mete dentro de rodela de laranja e espera aleivosamente que, sponte sua, caia no laço o passarinho. Quer vitimas ao acaso, não escolhe. Chama-se a isto – arte pela arte (LOBATO, 1994, p 72).

Na justificativa do ex-prefeito, ainda há indícios do atraso material que Soledade vivenciava até os anos 1960. Pois, antes de beneficiar a coletividade, era necessário certificar que as culturas materiais ou as mudanças de hábitos proporcionados por elas não iriam pôr em risco o domínio da oligarquia no município.

As melhorias materiais realizadas eram benfazejas a elite, e antes de servir a coletividade (caso viesse ocorrer), ela teria que servir aos interesses das oligarquias. A exemplo disso, podemos elucidar a inserção de estabelecimentos de instrução escolar na cidade e, em contraste com a preocupação com a educação, predominava o discurso das próprias autoridades políticas de que *estudo de pobre era na enxada*<sup>12</sup> (MARLUCE FERREIRA DO NASCIMENTO, 2010).

Educar pobres denotava ter que trazê-los a cidade, ou melhor, à Rua, e abrir-lhes um horizonte e perspectivas de mudanças. Educar filhos de agregados pobres significava tirá-los do trabalho diminuindo o ritmo da produtividade. Ao contrário, a elite letrada desejava conter a população pobre no campo, trabalhando para ajudar a manter a família, a grande propriedade, as injustiças e a ordem na cidade.

<sup>11</sup> Trata-se de um fragmento de jornal, cujo ignoramos a origem, encontramos-lo exposto no museu municipal Expedito Figueira de Góis. Obtivemos apenas um recorte, cujo único dado que temos é que foi escrito pelo Dr. Trajano Nóbrega no ano de 1959.

<sup>12</sup> Entrevista concedida por Dona Marluce Ferreira do Nascimento, quando essa se referia à pronúncia do coronel Claudino Pires da Nóbrega sobre instrução da população pobre.



Temos como propósito observar e avaliar a introjecção da cultura material moderna e, por conseguinte, as mudanças provocadas no pulsar da cidade por essas materialidades. Obrigatoriamente, devemos fazer enxergar como a introdução desses símbolos da modernidade se tornaram possíveis dentro de um contexto político e econômico vivenciado em Soledade, assim não podemos dissociar aqui os números demográficos.

Considerando que a conquista, ou melhor, a aquisição de qualquer bem de uso coletivo dependia muito dos interesses oligárquicos locais, mas que por seu turno a família que governava uma determinada localidade estava encarcerada aos interesses políticos mais gerais daquela região ou mesmo do Estado, a obtenção de privilégios ou benefícios geralmente variava de acordo com o “curral eleitoral” possuído pelas oligarquias de cada cidade. É desse pressuposto o interesse pelo número populacional de Soledade, pois eram as manifestações eleitoreiras e os acordos políticos que proporcionavam o advento das modernidades em qualquer espaço, em Soledade não fora diferente.

Assim, precisamos ter a noção do tamanho do número de eleitores de Soledade, e, para tanto, fomos subsidiados pelo censo demográfico citado por Almeida (1980) feito em 1920, no qual o município de Soledade possuía uma população aproximada em 10.065 pessoas. Para termos uma ideia da dimensão desse número, vejamos, de acordo com o mesmo censo, a população dos municípios da Paraíba mais povoados naquele instante: Campina Grande com 70.806 pessoas seguida da então capital Paraíba do Norte com 52.990 habitantes. Não tendo os dados referentes ao número de eleitores do ano de 1920, Nóbrega Filho (1974) aponta que, em 1912, Soledade possuía 227 eleitores, já, em 1926, havia 302 votantes, enquanto que, em 1933, esse número atingia 474 eleitores.<sup>13</sup>

Pelo censo de 1920, o estado da Paraíba contabilizava com 961.106 habitantes, a população de Soledade representava em termos percentuais quase 1,2% da população paraibana, sendo preciso lembrar que toda a territorialidade composta pelos hoje municípios de Juazeirinho, Olivedos e Seridó eram partes integrantes do município de Soledade até a década de 1960.

Já de acordo com o censo demográfico de 1950, a Paraíba tinha 73% da população vivendo na zona rural. Se considerarmos apenas os números referentes à atual área do

---

<sup>13</sup> Os dois primeiros apontamentos foram telegrafias enviadas nas respectivas datas para candidatos a senado e governo, respectivamente unanimemente votados na comarca de Soledade, enquanto que o dado de 1933 é um dado estatístico da Primeira Entrância. Ver FILHO, Inocêncio Nóbrega Malhada das Areias Brancas. Fortaleza. Tipográfica São Francisco, 1974.

município de Soledade, esse município contava, em 1950, com uma população aproximada em 5 103 habitantes, da qual apenas 16% moravam no perímetro urbano.

A aquisição de benefícios públicos para o território dos soledadenses não seria alçados facilmente, uma vez que nas tramas políticas não poderia deixar de se considerar que o número de eleitores era de estrondosa importância, além de que a cidade crescia “preguiçosamente”.

Essa dimensão numérica explicita o tamanho da cidade de Soledade que contava, nos anos 1920, com apenas três pequenas e pouco povoadas ruas:

Padre Ibiapina [...] a rua principal em que estão localizadas o Paço Municipal, Igreja matriz, Correio, Telegrápho e as duas escolas públicas estaduais; a Quinze de Novembro, aquela que está situada a Cadeia pública; a de Major José Bethanio, o largo que liga estas duas ruas e finalmente a Sete de Setembro a nova e progressista rua em que estão situados o Mercado público e a Meza de Rendas (CÂMARA MUNICIPAL, 1922, p. 06 - 07).

Segundo relatos, mesmo depois de passados 30 anos, a cidade ainda estava reduzida as mesmas três ruas, e embora essas se encontrassem mais povoadas que dantes, a população soledadense ainda estava concentrada majoritariamente na zona rural, tirando o sustento de atividades agrícolas ou da criação de animais, ou seja, ainda estava diretamente vinculada a estrutura fundiária. Essa situação nos faz levantar questões, tais como: por que a cidade passou tanto tempo sem crescer? Quem afinal habitava a cidade?

A cidade crescia a passos lentos. A cultura material, os símbolos da modernidade eram adquiridos com mais rapidez do que o crescimento da cidade. Para respondermos as perguntas antes feitas, recorreremos aqui a uma mescla de falas de dois de nossos entrevistados:

você só podia construir uma casa se ela tivesse tanto de altura e modelo tal, você não podia chegar e fazer uma casa marcar uma casinha e fazer de qualquer jeito, que num podia fazer não, fazia não, é tanto que essas casas da rua principal é tudo com altura só, você num podia chegar e fazer uma casinha baixinha (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010)<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Recorreremos com frequência as reminiscências do Sr. Manoel Caetano de Souto Neto, que popularmente é conhecido pela alcunha de Sr. Rosil, portanto quando formos nos referir a ele e as suas lembranças, preferimos referenciá-lo pelo apelido de Sr. Rosil.

E, *em cidade não se faz casa de taipa*. (MARLUCE FERREIRA DO NASCIMENTO, 2010). As falas de nossos (reme) moradores exibem bem que, no espaço citadino de Soledade, a rua era um ambiente seletivo, pois para residir nela era preciso apresentar condições financeiras suficientes para erguer residências dignas de uma cidade que se desejava moderna, prédios que seguissem um modelo padronizado de arquitetura e estética.

O sujeito que pretendesse morar na cidade tinha que comungar da arte de morar, dispor, portanto de boa situação financeira. A arte de morar na cidade era restrita a população mais humilde, isso era mais do que uma mera vaidade de quem quer que fosse, era uma lei, oral como no medievo, mas lei, ditada pelos *manda chuvas*<sup>15</sup>. Eram as normas disciplinadoras e coercitivas do coronel e seus “homens”, assim desenvolvia-se uma filosofia cotidiana em Soledade de que em rua não se faz casa de taipa e que cidade não era lugar de pobre, a não ser de vez em quando para visitar a rua em dia de feira.

A cidade era assim habitada pelos latifundiários, por homens de negócios: comerciantes, e alguns poucos funcionários públicos federais, estaduais e municipais. Não cabia nas pequenas ruas habitações por demais modestas. Como sugere Certau (1997) na arte de morar, o habitat nada tem de discreto, e logo exhibe o nível de renda e as condições sociais de seus moradores. Assim, a zona urbana crescia a passos de lesma. Habitat de “cidadãos mais ilustres”, a cidade de Soledade recepcionava com mais frequência os símbolos da modernidade, do que aparentava crescer, aliás, conforme os relatos a cidade parecia ter congelado no tempo.

A aquisição dessa cultura material moderna estava relacionada não apenas ao tamanho do “currículo eleitoral”, mas também aos interesses do grupo político dominante, além dos recursos financeiros municipais, que, diga-se de passagem, eram extremamente poucos.

Com relação aos recursos financeiros eles eram procedentes dos tributos municipais, que, por sua vez, eram escassos. A circulação comercial local era tímida, e com a produção agrícola pouco era retido, não porque essa fosse escassa, mas por falta de estatuto que cobrasse rigidamente impostos referentes à área produtiva rural, a não ser

---

<sup>15</sup> Expressão utilizada por Lima Barreto, em sua obra *Brunzudangas*, ao se referir aos chefes políticos locais – os coronéis.

quando a produção e comercialização do algodão na cidade se tornaram mais visíveis a partir da década de 1920.

dinheiro num se tinha, era a coisa mais difícil do mundo, tinha cota, a cota vinha de ano em ano, vinha aquele tiquim, quando chegava agente pagava os funcionários[...] quando entrava algum tustão agente pagava, aí tinha as prestações de luz, deixava quase nada, recebia a luz e pagava o querosene, o dinheiro que juntava era de algum imposto que tinha (HÉLIA ALBUQUERQUE NÓBREGA, 2010).

O dinheiro arrecadado através dos impostos era muito ralo, então como poderia o poder público municipal viabilizar obras ou adquirir novas materialidades para a cidade? Mesmo limitados, os investimentos nas melhorias da cultura material, o interesse e o desejo da elite soledadense não eram neutralizados, nada freava os anseios de tornar Soledade uma cidade portadora de aspectos modernos, higiênica, com área de lazer, com boa estética, comunicável e disciplinada. Tendo vista o presente ideal de embelezar a cidade e de fornecer-lhe uma paisagística urbana, as autoridades políticas agenciavam as construções públicas e normatizavam as obras particulares.

As “marcas do mundo civilizado” eram requisitadas para a espacialidade urbana de Soledade, essas “marcas” não se resumiam apenas a culturas materiais, mas na própria atitude dos indivíduos que aspiravam ou que passariam a viver em volta dessa modernidade, daí alguns vereadores terem empreendido projetos de lei mencionando a realização benéfica à postura em relação aos *bonas civitis*<sup>16</sup>, no espaço temporal de 1920 ao final da década de 1950, embora não se tenha encontrado discriminação alguma referente a essas posturas que deviam ser praticadas pelos moradores do município diante do novo modelo desejado de cidade e dos novos espaços da mesma.

Para poder almejar as novidades, a elite dirigente de Soledade já devia ter conhecido, tivera contato ou no mínimo ouviram falar dessas benesses, e conscientizaram-se de que a cidade a qual dirigiam ou habitavam precisava portar algum dispositivo moderno, para não ficar ainda mais aquém do que já se encontrava, valendo-se do conceito de como era percebido os indivíduos que moravam em cidade com uma população inferior a 20 mil pessoas:

---

<sup>16</sup> Bens urbanos, prédios ou espaços públicos contidos na cidade.

matutos, caipiras, jecas: certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de cidadãos brasileiros viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo, nos vilarejos e cidadezinhas de menos de 20 mil habitantes. Olhos, portanto, de gente moderna, “superior”, que enxerga gente atrasada, “inferior” (MELLO e NOVAIS, 1998, p. 574).

Se essa era a concepção que se tinha dos indivíduos que viviam distantes dos grandes centros urbanos e civilizados em plenos anos 1950, em décadas anteriores esse (pré)conceito talvez fosse menos intenso pelo fato de que o atraso tecnológico seria mais aturado em centros urbanos maiores, ainda assim a discriminação com as cidades pequenas era forte devido ao fato de, na maioria dos casos, elas não disporem de benesses símbolos da modernidade.

Possivelmente, diante desse pressuposto mais os já mencionados frequentes “*banhos de civilização*”, ou seja, o contato com outras cidades portadoras das “*marcas da civilidade*”, como Campina Grande, João Pessoa, Recife e outras cidades menores do brejo paraibano, a elite dirigente de Soledade começou a entender que era essencial para a cidade a aquisição e usos desses *termômetros da modernidade*.

Mas assim como em qualquer rincão do Brasil, os indivíduos protagonizadores das mudanças materiais em Soledade não foram sensíveis o bastante ou não quiseram perceber que é desinteressante e sinônimo de atraso *gozar dos resultados materiais do capitalismo sem liquidar o passado, sentir-se moderno mesmo vivendo numa sociedade atrasada* (MELLO e NOVAIS, 1998, p. 604), onde não só as fronteiras físicas da cidade estão próximas a zona rural, mas as próprias práticas cotidianas estavam enraizadas aos costumes ruralistas.

Os dirigentes da cidade de Soledade outorgavam as normas e o disciplinamento que deviam ser obedecidos para então tornar a cidade mais agradável e moderna, mas contraditoriamente, escondia-se como, afirma Certau (1997), algo fantástico no cotidiano da cidade. Por mais varridos e rechaçados que fossem, os hábitos rurais permaneciam morando na cidade, ainda que invisíveis eles habitavam nas arte de fazer dos cidadãos.

Assim, as donas de casa cozinhavam com a lenha, disseminando a fumaça de madeira queimada pelas ruas; as mesmas donas de casa baniam, a pauladas ou a gritos, porcos, bodes, galinhas ou equinos das calçadas das residências que sequer eram pavimentadas.

Compadres gastavam horas de conversas ainda montados no lombo de seus transportes, falavam da vaca que havia parido ou do bezerro que estava doente, como se nada tivessem a fazer, como se a pressa fosse de fato inimiga da perfeição. Nas bodegas, os produtos mais comercializados ou encomendados eram cordas, lamparinas, chapas de fogão e querosene. O cotidiano denuncia os hábitos dos cidadãos caipiras.

Tanto é que no espaço temporal proposto por essa pesquisa a principal fonte de renda da população soledadense provinha da produção agropastoril, da propriedade fundiária, destacando-se entre as famílias mais pobres a produção de legumes como feijão, milho, além de verduras, e ao que chamaríamos hoje da agricultura familiar, predominando ainda a criação de animais.

Detentores de grande parte das terras, a elite política de Soledade incidia dos latifúndios locais, eram os proprietários de grande parte das propriedades do município, os grandes produtores de algodão<sup>17</sup>, que possuíam uma massa de agregados trabalhando em suas fazendas. O exército de trabalhadores desprovidos da posse da terra compunha os pototorados dos coronéis, que compunham inclusive uma espécie de milícia em defesa do coronel, dos seus bens e de sua moral.

Se a Paraíba poderia ser considerada uma potência desde o início do século XX na criação de animais, o município de Soledade dava sua contribuição para esse status, de acordo com ALMEIDA (1980) em 1920 foi registrado no município de Soledade aproximadamente 15.223 cabeças de gado bovino, números mais elevados do que de cidades como, Pombal, Ingá, Sousa, Santa Luzia, Catolé do Rocha. Para o gado cabrum (caprinos), o cariri era tido como o “paraíso das cabras”, nesse contexto Soledade contava em números aproximados 18.147 caprinos.

A partir dos anos 1940, teve uma profícua produção da fibra do agave que se somou a próspera produção e beneficiamento do algodão, oferecendo trabalho para agregados e outros sujeitos e proporcionando muitos lucros aos donos das desfibradeiras. Segundo alguns documentos e através de alguns relatos orais, tivemos conhecimento de que a renda ou o sustento advindo do funcionalismo público era muito pouco entre as décadas de 1920 e 1940, mas que, ao longo das décadas subseqüentes, foram se avolumando, somando-se ainda a prática de algumas outras atividades liberais.

---

<sup>17</sup>As propriedades de terras que foram captadas no decorrer da colonização da área requerida pela Bandeira de Teodósio de Oliveira Ledo, tornaram-se no período do Império e da República nos latifúndios pertencentes as descendências das famílias colonizadoras.

Na rua principal da cidade se encontrava as residências da elite edificadas majestosamente, as casas comerciais, a maior parte dos prédios públicos, que seguiam um padrão estético como narra o Sr. Rosil:

ali era o coração da cidade, as casa de primeira classe de Soledade, você veja até na frente na fachada fazia aquelas partizinha e colocava aqueles detalhezinhos, tinham uns que tinha uns abacaxi de bolsa, cheio de louça com um desenhinhos, aquilo ali era uma grande finagem (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010).

Dessa forma e diante do aludido panorama que temos exposto, seria leviandade afirmar que Soledade entre as décadas de 1920 e 1940 fosse uma mera extensão da zona rural? Apesar do predominante mandonismo, do autoritarismo coronelístico, elementos esses que caracterizam atraso, além da cidade oferecer feítios rurais, na qual a população urbana mantinha suas condutas tradicionais, Soledade recebera, na última década do século XIX, dispositivos que lhes deu funcionalidade de vila. Nas duas primeiras décadas do século XX, a condição de vila foi consolidada, e então a cidade começou a receber de fato os *louros da modernidade*, dando-lhe destaque sob seus distritos e outras cidades ciclo-vizinhas do seu mesmo porte.

### **3.3 Entre a realidade e a aspiração: a imagem de uma cidade moderna?**

Para concluirmos esse capítulo, pretendemos expor uma imagem fotográfica que aqui operará com efeito verossímil, portanto possível da realidade de Soledade. Tendo como orientação o paradigma indiciário, iremos nos deparar com símbolos específicos desse real representado e escolhido, a Rua Principal da cidade, batizada no centenário da Independência do Brasil (1922) de Rua Padre Ibiapina, fotografia tirada possivelmente entre meados e final da década de 1920.



Fonte: Arquivo do Museu Municipal Expedito Figueira de Góis.

Considerando inicialmente a dimensão epistemológica da fotografia, nada sabemos sobre sua procedência, ela foi encontrada nos arquivos do museu municipal de Soledade. Percebemos que foi tirada na década de 1920, devido à segunda casa do lado esquerdo da imagem ter sido concluída especificamente na data acima sugerida. O autor da fotografia ficou concentrado no lado leste da cidade, na saída de Soledade para Campina Grande; tirada diurnamente, tinha como possível intento captar toda a extensão da Rua Padre Ibiapina, centro de Soledade.

De acordo com Cabral Filho (2009), a imagem pode nos informar sobre objetos, lugares e pessoas, o que nos permite imaginarmos o passado que ela representa, assim confirmando os traços já descritos para Soledade. Podemos perceber através da leitura da imagem fotográfica em apreço a presença de apenas dois transeuntes na rua, seja pelo fato de ter havido um ajuste entre o contratante, o comprador da fotografia e o fotógrafo, ou pelo fato de que a cidade se encontrasse impelida na maior parte do ano pelo clima bucólico, na qual nem mesmo o centro da cidade apresentava alguma fluidez de pessoas.

Extremamente notória é a largura da Avenida, que exhibe como a cidade começou a ser edificada, provavelmente já seguindo um plano político urbanístico, visível, por exemplo, na preocupação com o alinhamento das residências e demais prédios, na disposição espacial para o tráfego de pessoas e automóveis, ou para que fosse possível fazer reformas e construções que viabilizassem o crescimento e embelezamento da cidade. Desde sua origem, Soledade estava de acordo com a estética das grandes e modernas



idades, possuindo avenida larga como as de Paris do Barão de Hausmann ou as do Rio de Janeiro de Pereira Passos.

As árvores no centro da avenida não estariam ali por causalidade, mas porque sua introdução nesse espaço havia sido tema de discussão em plenário municipal, quando determinados vereadores, em 1925, haviam autorizado e incumbido ao poder executivo, ao recém empoçado prefeito Claudino Pires da Nóbrega de *arborizar as ruas desta Villa* (CÂMARA MUNICIPAL, 1925, p. 26). Percebe-se também que a disposição da arborização projeta um embelezamento ao espaço urbano, além engendrar uma via com mão dupla, que visava facilitar um possível tráfego de automóveis, uma vez que essa avenida era parte da estrada de rodagem que ligava o sertão ao litoral paraibano. Ainda na divisória da avenida, notamos a presença de dois artefatos dispostos no chão e em linha reta, os quais, supostamente, acreditamos se tratarem dos postes da rede de telégrafos, que fez com que dessem a essa rodovia o alcunha de estrada do fio .

Logo notamos a explícita carência de pavimentação das ruas de Soledade, que inclusive intensifica os ares rurais da cidade, na qual há a padronização de um modelo estético para as residências, visível na fotografia e presente nos discursos das autoridades políticas da época quando defendiam que, *em cidade não se faz casa de taipa*.<sup>18</sup> Essa padronização tenta não apenas afastar a população pobre dos perímetros urbanos, mas também amenizar a carência da pavimentação. Ainda assim, as residências não dispunham de calçadas, quando muito, tinham meios fios.

Na parte baixa do lado esquerdo da foto, observam-se troncos de árvores na parte central da rua, deflagrando a falta de uma postura urbanizada dos cidadãos soledadenses, pois lançavam toda sorte de objetos na rua, ou podendo ser um presumível recurso para a combustão das cozinheiras. Uma ou outra, essas plausíveis práticas se confundem com os hábitos dos moradores da zona rural, ao mesmo tempo em que denunciam o cotidiano na cidade.

Embora desde meados da década de 1920 em Soledade já existisse alguns automóveis das marcas Ford e Chevrolet inclusive destinados a aluguel, de propriedade, dentre outras, do Major Inocêncio Nóbrega (NÓBREGA FILHO, 2010) a imagem parcial de uma carroça pode inferir sobre as categorias de transportes predominantemente

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida por Dona Marluce Ferreira do Nascimento, quando essa se referia à pronúncia do coronel Claudino Pires da Nóbrega sobre as residências da cidade.

existentes na cidade: transportes de tração animal; automóveis só quando remotamente passava para o sertão ou vindo de lá com o destino ao litoral,

quando chegava um carro antigo, Ave Maria quando chegava um carro antigo aqui em Soledade todo mundo queria conhecer o carro, os Nóbregas só andava em cabriolé, quando coroné Dino vinha de Santa Teresa, quando vinham pra missa ficava tudo olhando a “lordesa” dele com a família, no cabriolé (MARLUCE FERREIRA DO NASCIMENTO, 2010).

Para finalizarmos a análise da fotografia, podemos destacar a fachada de uma das casas mostrada na imagem, a primeira residência de baixo para cima, localizada no lado esquerdo, a que se encontra carente de reboco. A carência de reboco talvez seja porque ela ainda estivesse em construção, inclusive podemos enxergar um indivíduo em cima de seu telhado que pode se tratar de um pedreiro cumprindo com seu ofício, imagem não muito recorrente no cotidiano de Soledade: pedreiros trabalhando. Podemos, ainda, concluir que, por outros motivos, o reboco ainda não havia sido empregado, mas que de uma forma ou de outra, a casa atua na imagem desfigurando a estética da rua principal, que, diga-se de passagem, além de esburacada parecia suja e mal conservada.

A falta de conservação das vias públicas foi fator preponderante que levou um parlamentar a discutir, em assembleia, já em meados de 1948, um projeto visando à manutenção e conservação das ruas da cidade, e que a limpeza<sup>19</sup> das residências fosse determinada à população cidadina: *que Sr. Prefeito mandasse tapar os buracos das ruas e mandasse determinar ordens para a limpeza nas casas dessa cidade* (CÂMARA MUNICIPAL, 1948, p. 09). E, em 1950, foi mencionada uma possível elaboração do Código de Posturas da cidade.

Visualizamos, em tudo isso, indícios de prerrogativas que tentavam sanar os problemas relacionados aos hábitos e práticas dos habitantes que ainda estavam arraigados à zona rural, de extrair da cidade de Soledade tantos aspectos que lhe denunciavam como uma cidade desprovida de atrativos, de beleza e de conforto, portanto atrasada e antiga. Uma mera cidadezinha do interior, daquelas descrita no poema de Drummond,<sup>20</sup> e que não passavam de *mera extensão das zonas rurais [...] e que caracterizava-se por um aspecto*

<sup>19</sup> A limpeza sugerida refere-se nesse contexto a cair as casas, fazer ou conservar calçadas e mesmo não jogar lixo defronte as residências.

<sup>20</sup> Trata-se do poema Cidadezinha qualquer: Casas entre bananeiras/ Mulheres entre laranjeiras/Pomar, amor, cantar/ Um homem vai devagar/Um cachorro vai devagar/Um burro vai devagar/Devagar as janelas olham/ Éta vida besta meu deus.

*descuidado, sendo imprecisos os limites entre a zona rural e a urbana* (COSTA, p. 243, 2007).

Destarte, destacaremos as mudanças urbanas presenciadas até o final da década de 1950, *as maravilhas da modernidade local*, das quais podemos elencar o interesse pelo requinte da arquitetura nas vias principais da cidade, além da disposição de aparelhos tecnológicos de particulares e ainda a Agência de Correios e Telégrafos, o Mercado Público, o chafariz para distribuição de água, a instalação do motor de energia, a edificação do primeiro prédio público educacional da cidade para o funcionamento da Escola padre Ibiapina, a rápida edificação da efêmera pista de pouso, a instalação dos trilhos do “vapor de terra”, além da construção de hotéis, a edificação de clubes e outros espaços para práticas de lazer, espaços esses que passaram a explicitar um novo padrão de consumo urbano, tentando seguir as tendências das cidades modernas.

Somados a tudo isso, estavam, claro, os desejos pulsantes dos cidadãos de ver Soledade com elementos que só cidades de porte maior e modernas possuíam, mesmo convictos de que nenhuma dessas benesses modernas arrebataria de Soledade e de seus habitantes o caráter bucólico, mas precisos de que sua cidade iria ganhar novos ritmos e os soledadenses ganhariam *glamour* e ostentação com os símbolos da modernidade em seu espaço de vivência.

#### 4. MEMÓRIAS DE SOLEDADE: DA *BELLE ÉPOQUE* AOS ANOS DOURADOS

O passado está contido nas paredes da cidade, na reminiscência dos seus moradores, portanto nos espaços e nos passos que circunda e circundaram a *urbe*. Iremos despertar, nesse capítulo, uma cidade vivida, que só existe nas lembranças de alguns de seus mais antigos habitantes e em documentos da época. Assim, podemos começar essa tessitura a partir da referência da “exótica” cidade de Leônia de Calvino (1990):

Quanto mais cresce em altura, maior é a ameaça de desmoronamento: basta que um vasilhame, um pneu velho, um garrafão de vinho se precipitem do lado de Leônia e uma avalanche de sapatos desemparelhados, calendários de anos decorridos e flores secas afunda a cidade no passado que em vão tentava repelir com o das cidades limítrofes, finalmente eliminada – um cataclismo irá aplinar a sórdida cadeia montanhosa, cancelar qualquer vestígio da metrópole sempre vestida de novo (CALVINO, 1990, p. 106-107).

Dessa metáfora, sobre as constantes mudanças que ocorrem no espaço citadino, presentes na introdução das culturas materiais, nas reformas e nos constantes novos hábitos, que não anulam nem podem apagar as marcas do passado, pode ser indicado nosso interesse em fazer ver uma Soledade invisível, mas sensível e pulsante que ainda existe nas lembranças de seus antigos moradores e nos poucos e avulsos documentos encontrados.

Uma Soledade que apresentava requisitos para recepcionar os serviços da Agência Postal (1883), do Telégrafo (posterior a 1918), uma vila que aos poucos adquiriu consistência com materialidades primordiais para o bem comum de uma comunidade que desejava viver em um ambiente citadino.

Mercado Público (1919), cadeia pública (1919), automóveis (meados da década de 1920), o chafariz para distribuição de água (1921), a instalação do motor de energia (1927), a instalação dos trilhos do “vapor de terra” (1956), além da construção de hotéis (entre as décadas de 1940 e 1950), a edificação de clubes (entre os anos 1940 e 1950) e outros espaços para práticas de lazer, além da disposição de aparelhos tecnológicos de particulares são signos da modernidade que aflora, inconscientemente, nos citadinos o desejo de “progresso”.

Recuaremos, com a contribuição dos (reme)moradores, a uma Soledade anterior a década de 1920 e chegaremos até o final dos anos 1950. Não foi possível despertar o século XIX por via dos nossos narradores. E, por vezes, não nos foi possível demarcar datas precisas aos eventos narrados, pois nossos narradores não tinham a preocupação em firmar datas, geralmente se apoiavam em eventos como nascimento de alguém da família ou outros tipos de eventos marcantes para sua trajetória.

Para o desenvolvimento desse trabalho, recorreremos à memória oral, cujo narrador, ao vencer distâncias no espaço e no tempo, volta para contar suas proezas, experiências que foram vividas. Concebemos a ideia de memória como algo individual e coletivo, pois entendemos aqui, como defende Halbwachs (2006), a memória individual como sendo um ponto de vista sobre a memória coletiva. E, como propõe Bosi (1994), as lembranças/falas dos idosos podem ser trabalhadas como testemunhas do passado.

Portanto, nossa inquietação consiste em mostrar uma *urbe* receptora dos louros da modernidade, uma cidade em mudança, cujos moradores mais ilustres rezavam por uma Soledade moderna, organizada, bela, higiênica e confortável, no entanto sempre referida pelos entrevistados com a seguinte expressão: - Ah! Era muito atrasada!<sup>21</sup>

A recordação de uma Soledade muito atrasada no discurso dos narradores pode ser compreendida na afirmação de que *lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado* (BOSE, 1994, p. 55). Portanto, o sujeito que lembra e narra suas lembranças adquiriu durante o percurso do evento vivido ou presenciado ao instante da narração, através da experiência, novas reflexões, ele amadureceu suas ideias, portanto *aquele que lembra não é mais o que viveu*. (PESAVENTO, 2004, p. 95).

---

<sup>21</sup> Expressão invariavelmente utilizada pelos nossos entrevistados, quando a eles era questionado sobre como era a cidade de Soledade anterior aos anos 1950.

#### **4.1. A modernidade a passos lentos: entre o rural e os desejos pela urbanização em Soledade**

Ainda como distrito de São João do Cariri, o povoado de Soledade havia adquirido bens inestimáveis para a edificação de um próspero núcleo de povoamento daquela época, tais como pequenos açudes, casas comerciais, feira semanal, entre outros atrativos, a exemplo da Agência Postal, que embora funcionasse ainda de maneira precária e não atendesse aos anseios de todas as classes sociais, contribuiu como meio de comunicação mais ágil e viável, uma vez que o sistema de comunicação era extremamente precário em todo território nacional.

Talvez, a carta enviada pelo Coronel Claudino Nóbrega ao seu amigo Carlos Castor, dando a notícia da emancipação política de Soledade em 1885, só tenha, provavelmente, chegado ao destinatário em “pouco tempo” devido ao serviço prestado pela Agência Postal. Por meio desse estabelecimento, era ainda possível que os indivíduos letrados do povoado adquirissem semanalmente ou quinzenalmente jornais para ficarem a par das diversas notícias sobre a política ou economia do Estado e do país, sem contar que, com o funcionamento dessa Agência na vila, houve a oferta de emprego público federal, fato inusitado para qualquer espacialidade desse território.

Os serviços prestados pela Agência Postal viriam aumentar com a instalação da rede de Telégrafos. Inaugurado no Brasil na década de 50 do século XIX, o Telégrafo, provavelmente, tornara-se uma realidade em Soledade em idos de 1918, ano em que foi inaugurada a estrada de rodagem. A rede telegráfica só atingiria os povoados que foram atravessados pela estrada de rodagem. Mais benefícios seriam somados à cidade com o Telégrafo, Soledade contaria, a partir de então, com o sistema mais rápido e mais sofisticado que existia em termos de comunicação.

Com a comunicação mais dinâmica, notícias de outras cidades e das novidades, os desejos dos dirigentes de Soledade eram aguçados, que passaram a ter o interesse em deixar a vila com ares urbanos. Basta-nos reportar, por exemplo, à edificação do mercado público e à cadeia pública de Soledade nos anos de 1918<sup>22</sup> e 1919 respectivamente.

---

<sup>22</sup> Ano em que teve início à construção, sendo inaugurado apenas em 1919.

A construção de um mercado onde se pudessem comercializar itens produzidos no próprio município ou mercadorias trazidas de outras regiões, produtos de primeira necessidade que raramente seriam encontrados em outro dia da semana nas bodegas, era uma tentativa de garantir a higiene e ao mesmo tempo um ajuste estético no propósito de afastar os rastros de ruralidade tão intensos no perímetro urbano, uma vez que *antes do mercado a feira se estendia a começar de uma bonita gameleira, a entrada do antigo 'Beco do Fuso', no marco inicial do patrimônio da paróquia, até defronte do hoje Correios e Telégrafos* (NÓBREGA FILHO, 1974, p. 24). Espacializada no meio da rua, a feira municipal certificava ainda mais a visualidade para a cidade como espaço rural, pois desorganizada, não possuía a mínima condição estrutural e higiênica, onde gêneros alimentícios diversos poderiam ser comercializados.

A edificação do mercado público na parte leste da cidade, espaço ainda pouco habitado, possivelmente teria como proposta torná-lo atrativo, dessa forma seria uma estratégia de promover sua povoação, ao mesmo tempo em que tinha um caráter higienizador, onde seria promovida a instalação de dispositivos para sanear os costumes e práticas anti-higiênicas nas relações comerciais e manipulação de alimentos, deixaria a cidade com uma fisionomia mais urbana, colocando-a de acordo com os padrões de higiene urbana moderna da época.

Para entendermos a atitude ou a ação de construir-se uma obra que resultaria em tantos gastos, temos que perceber que o desejo da elite da cidade era tornar Soledade um espaço sempre em consonância com os padrões estéticos e higiênicos urbanos, na qual essa elite dirigente, por diversos meios, tinha conhecimento das mudanças que vinham ocorrendo em muitas cidades do Brasil, e que, dessa forma, poderia dar resolução, na medida do possível, *aos seus devaneios modernos e projetar mentalmente* (CABRAL FILHO, 2009, p. 44) um arquétipo de modernização para Soledade.

Vale ressaltar que, com na nova e moderna estrutura, os feirantes ou comerciantes teriam que pagar tributos mais elevados que antes para, então, se apropriarem do conforto oferecido pelo novo mercado. A indisciplina era constante, animais e outras mercadorias eram vendidos distantes das belas e limpas paredes do mercado. Alguns criadores matavam seus animais em suas propriedades para vender a carne já encomendada, portanto pouco ou nada se serviam dos serviços prestados pelo novo patrimônio.

Ao que consta, não houve nenhuma providência por parte das autoridades para inibir o comércio fora das adjacências do novo ponto comercial, lembrando ainda que este só tinha suas suntuosas portas e janelas em forma de arcos abertas na segunda-feira, dia da

feira semanal, sendo, pois, esse um dos motivos para a recorrente comercialização fora do mercado público sem a repreensão das autoridades.

Só funcionava de oito em oito dias, num tinha esse negocio de ficar aberto não, foi construído eu acho que por Major Inocêncio, tinha umas casa comercial, tinha Filinto, tinha Julio Ferreira e tinha uns bazim até minha sogra chamada Biluca teve um barzim por lá, também as casa só era até ali, pra baixo não tinha nada, tudo era mato, tudo era mato (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010).

O discurso de Sr. Rosil exhibe a predominância das características rurais na fisionomia da cidade, mesmo depois de construído um Prédio para o funcionamento padrão de um Mercado Público, havia algumas poucas casas comerciais, com pequena variedade de produtos a quem a população da cidade ou mesmo da zona rural recorria quando a “arrumação” feita na segunda-feira esgotava.

A imagem fotográfica abaixo mostra a solenidade de inauguração do mercado público de Soledade no ano de 1919. Nela percebemos não apenas o prédio do mercado, mas também a ausência de outros prédios e a carência de pavimentação.



Fonte: Malhada das Areias Brancas, 1974, p. 89.

Cumprindo seu ofício, o fotógrafo registra os munícipes prestigiando a primeira feira daquele recinto. Indivíduos diversos: homens, mulheres e muitas crianças, todos limpos e bem trajados, um ensejo para o correto uso das benesses promovidas pela estrutura do mercado, supõe-se indivíduos com bons hábitos e boas condutas higiênicas,



que irão fazer jus ao tão majestoso mercado público, que trazia consigo duplo benefício para a cidade: saúde pública e beleza.

Segundo Nóbrega Filho (1974), o funcionamento da feira de Soledade nesse prédio foi, até o final dos anos 1940, quando foi construída uma nova estrutura na parte oeste da cidade, inclusive promovendo a povoação das adjacências desse mais novo mercado público da cidade.

Esse Mercado representaria um espaço onde deveriam ser despertadas novas sensibilidades higiênicas salutaras ao bem público: não estacionar carnes, frutas, verduras e legumes no chão; separar o comércio desses produtos, lugar específico para jogar cascas de frutas e outros desperdícios etc, tudo isso *como resposta à perda da identidade rural e de suas raízes socioculturais, substituídas nas cidades modernas pelas novas idéias de progresso, transformação e melhoramento* (SILVA, 2007, p. 244).

A feira agora era em um espaço fechado, vigiado e limpo, isso não significa dizer que as práticas comerciais e hábitos convencionais deixassem de ser usados pelos homens ordinários que amarravam suas galinhas e bodes onde melhor conviesse, ou que preferissem comprar a carne ou outro produto ao ambulante que andava com suas mercadorias acomodadas em um saco que ele transportava pendurado nas costas.

Sobre a edificação da cadeia pública, nada encontramos, somente a data em que fora erguida, mas de acordo com Ginzburg (1989), o historiador, como o caçador primitivo, aprende a capturar – a partir de pistas, rastros muitas vezes fugidios, os fios de uma narrativa.

Percebemos, na edificação da Cadeia pública, uma narrativa que nos evidencia a necessidade de tal aparelho de coerção nos perímetros dessa cidade, fosse por conta de seu desenvolvimento, que suporia o aumento nos índices de criminalidade e de violência, ou também pela ausência desse instrumento nas proximidades, e como sendo Soledade um lugar central e de bom acesso e comunicabilidade, tornar-se-ia o lugar mais auspicioso para a elevação da cadeia, que viria a atender aos povoados ciclo-vizinho, conferindo mais temor aos sujeitos desordeiros das proximidades.

No ano de 1921, Soledade passou a contar com o abastecimento de água por meio de um chafariz. A água que chegava até a fonte provinha do Açude Negrinhos. Com este tipo de abastecimento, seria evitado o contato direto dos indivíduos com o açude, diminuindo o índice de contaminação e mau uso da água daquele reservatório. Ao que parece, o Paço Municipal, assim como residências de algumas autoridades da cidade, receberam extensões das tubulações e foram favorecidas com o abastecimento de água.

Nos períodos de estiagens, quando o nível da água baixava e, portanto, a pressão dessa diminuía, o chafariz perdia sua funcionalidade, pois a água do açude só chegava até a fonte por meio da pressão. Havia ocasiões em que eram cobradas pequenas taxas pelos serviços públicos prestados pela fonte de água, existia também uma quantidade determinada de água que cada indivíduo poderia pegar diariamente.

Mesmo com essa fonte, tinha-se como paisagem frequente as extensas filas de pessoas com seus “burros pipas”, latas ou ancoretas para poderem pegar a água que iria ser consumida durante o dia. Os hábitos de higiene dos indivíduos eram barrados diante da escassez de água, ao mesmo tempo em que paisagem urbana se confundia com espaço rural e assim a fragrância de urina e de fezes de animais era injetada nas ruas desprovidas de calçamento.

Embora resolvesse alguns problemas em relação ao cuidado com a água para o consumo humano, evitando sua contaminação e conseqüentemente o contágio de doenças, além da racionalização da água e embora tenha passado a abastecer as residências dos ilustres soledadenses, a fonte não conseguiu dar a Soledade aparência moderna, não tirando do cotidiano da cidade a tradição rural.

Mesmo diante desses problemas, os “homens cultos” da cidade não se curvavam e se convenciam de que era possível, mesmo diante de tantos obstáculos, copiar das cidades mais importantes alguns de seus aspectos, embora esses dispositivos tivessem acesso restrito à classe com maior poder aquisitivo.

Tanto é que no ano de 1922, em comemoração ao primeiro centenário da Independência do Brasil, na tão afamada e divulgada Exposição Nacional no Rio de Janeiro, ao que se refere Almeida (1980), Soledade fora uma das cidades a representar o Estado da Paraíba em amostras de produtos agropecuários e minerais. A elite soledadense se fez presente junto com outras autoridades estaduais e nacionais, recebendo títulos e menções honrosas de grandes produtores. De acordo com Almeida (1980), tivera destaque nessa exposição nacional os quartzos róseos e os chloritosos explorados no município de Soledade.

No dia sete de setembro deste mesmo ano, ainda em festejos comemorativos da Independência do Brasil, houve, no Paço Municipal de Soledade, uma sessão solene, marcada pela presença de um bom número de soledadenses, *alunos das escolas publicas e particulares, grande numero de famílias e a massa popular* (CÂMARA MUNICIPAL, 1922). Esse evento predominante em muitas cidades brasileiras serviria para ensinar os jovens, os estudantes o que é ser brasileiro e conseqüentemente para louvar os heróis da

nação. Assim, foi entre pronúncias e homenagens ao centenário da independência do Brasil que as autoridades políticas soledadenses aproveitaram para nomear as três únicas ruas da cidade.

As ruas de Soledade, que até então não possuíam uma nomenclatura oficial, seriam naquela tarde de 1922 batizadas com alcunhas funcionais e modernas, que sedimentariam as invenções heróicas e mitológicas da cidade. Homenagearam episódios – “Quinze de Novembro” e “Sete de Setembro” – e homens ilustres da nossa História – Padre Ibiapina e Major Bethamio. As ruas Quinze de Novembro e a Sete de Setembro eram comuns nas mais diversas cidades do Brasil. Era comum encontrar ruas de algumas cidades do Nordeste com o nome Padre Ibiapina e finalmente Major Bethamio, o que seria uma homenagem a um ilustre pároco e um filho natural de Soledade.

Os espaços praticados pelos homens comuns ou ilustres deram nomes e localizaram lugares. Assim, para as autoridades políticas de Soledade, as toponímias como Rua da Igreja, Rua da Cadeia, Rua de Baixo, perderam sua significância diante dos desejos abrasadores de tornar a cidade mais moderna possível. Dessa forma, as toponímias deveriam ser suprimidas, dando lugar às novas nomenclaturas que representassem a grandeza da cidade e de sua elite.

Ainda assim, os homens ordinários continuaram demarcando seus territórios de acordo com suas práticas, constituindo uma espécie de transgressão por meio da ação de demarcar os espaços que giram em torno do que tem significação para cada grupo, *segundo seus interesses próprios e suas próprias regras* (CERTEAU, 1997, p. 40). Ou seja, para a maior parte dos soledadenses, as “antigas” denominações para as ruas da cidade ainda eram utilizadas da mesma maneira.

Embora não haja nenhum relato sobre os festejos de inauguração da estrada de rodagem, do mercado público, do chafariz ou mesmo da comemoração cívica do sete de setembro de 1922, é possível que nesses momentos a cidade se manifestasse em festas e que a orquestra de nome Sociedade Filarmônica Soledadense fundada em maio de 1917 se fizesse presente nesses momentos festivos, animando a população da cidade.

Percebemos, em todos esses relatos sobre Soledade, o interesse pela mudança. Orquestra, música, festas, *glamour*, grandeza, bons hábitos eram os novos ritmos que estavam sendo assimilados por uma boa parte dos habitantes da cidade de Soledade já desde a década de 1910.

Considerando que, na década de 1920, a população urbana de Soledade não ultrapassava a cifra dos 500 habitantes<sup>23</sup>, como era que essa população (minoria) percebia os moradores da área rural do município? Primeiro, sabemos que a maioria dos moradores da cidade era indivíduos com boa situação financeira, basta nos reportarmos à fala do Sr. Rosil:

você só podia construir uma casa se ela tivesse tanto de altura e modelo tal, você não podia chegar e fazer uma casa. Marcar uma casinha e fazer de qualquer jeito que num podia fazer não. Fazia não, é tanto que essas casas da rua principal é tudo com altura só, você num podia chegar e fazer uma casinha baixinha, com Inácio Claudino foi que teve abertura e, e podia construir as casinhas de taipa, pois as que já tinha era fora do centro dentro dos matos (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010).

Temos visto que, para morar na cidade, era preciso ter, no mínimo, condições para erguer residências seguindo um determinado padrão, era preciso se utilizar da arte de morar. Majoritariamente, as pessoas que residiam na cidade tinham um padrão de vida mais elevado do que a maioria dos habitantes da zona rural. Se o estudo de pobre era na enxada, casa de pobre era no sítio, escondidas entre os matos.

Se a população citadina era, em sua maioria, indivíduos de boas condições financeiras, geralmente os latifundiários, mesmo dispendo de grandes ou médias propriedades de terras, preferiam morar na cidade, onde podiam desfrutar de maior conforto e comodidades, além de direcionar suas ordens e comandos. Nem todos os moradores da zona rural eram bem vistos pelas elites urbanas, a maioria era vista como atrasada e matuta, que pouco ou nada sabia a respeito das novidades que frequentemente chegavam à cidade e eram de uso recorrente dos moradores dela.

Quando, em meados de 1920, alguns membros da família Nóbrega já possuíam veículos motorizados trafegando pelas ruas de terra batida ou pelas esburacadas estradas municipais, outros ilustres cidadãos ainda desfilavam em um charmoso cabriolé, embora o que predominasse fosse o tráfego de transportes de tração animal, transportes mais rústicos, como carros de bois, carroças de cavalos ou burros, e, principalmente, a garupa de equinos e muares: *Naquele tempo o povo vinha à rua era de jumento, burro mula ou cavalo, era*

---

<sup>23</sup> Dados estatísticos equivalentes, a cifra populacional que obtivemos sobre a demografia para o ano sugerido, exhibe apenas os dados populacionais do município, não especificando a população urbana nem rural.

*tudo amarrado no centro da cidade ali onde hoje em dia é o calçadão, tinha muita árvore pra amarrar né!* (JOAQUIM GOMES SOBRINHO, 2010). Era essa a paisagem cotidiana de Soledade, animais em sua principal artéria, fossem eles amarrados nas árvores, por se tratarem de meios de transporte, ou mesmo soltos, pois pertenciam a algum morador da cidade.

Já possuidores de automóveis, os dirigentes políticos se deslocavam, com frequência de Soledade para outras cidades maiores, e nelas observavam tantas benesses, das quais Soledade ainda era desprovida, daí passavam a imaginar aquelas tecnologias para sua terra natal, a exemplo da energia elétrica.

#### **4.2 Seduzindo a visão, irradiando energia: a eletricidade do motor e dos corpos**

Quando, em meados da década de 1910, Soledade passou a dispor da iluminação com o Carbureto na principal via pública da cidade, na Prefeitura e em algumas poucas residências da elite, algumas *urbes* da Paraíba já contavam com os serviços da energia elétrica, eram os casos de Itabaiana (1912) e da Paraíba do Norte (1912), seguidas de Sapé, Bananeiras e Guarabira (1916).

Na frente da prefeitura tinha duas chaminezinha que era pra acender na hora que tivesse o expediente, só acendia na hora que tivesse o expediente ai acendia a da prefeitura e acendia da rua pra si juntar o pessoal ali por fora... sobre a luz aqui ela começou com carboreto. Agora tem uma coisa era uma luz arretada (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010).

Enquanto afirma que antes da energia elétrica Soledade fora beneficiada com a iluminação a Carbureto, onde o uso desse bem estava relacionado à prática das atividades administrativas, ao expediente de trabalho na Prefeitura Municipal, nosso (reme)morador deixa claro que alguns indivíduos da cidade se apropriavam do entorno daquela luz para marcar encontros e tecerem conversas, deslocando-se das melancólicas residências para dar à rua um barulho de vida humana, um “tilintar” de cidade moderna.

Percebemos que não eram apenas as mariposas e os besouros os únicos a serem atraídos pela bela e sedutora claridade propiciada pelo carbureto, a luz convidava os boêmios soledadenses para seu entorno, compondo um cenário diário da noite na cidade. Sequer se tratava ainda da moderníssima energia elétrica, mesmo assim a iluminação não proporcionava só encantamento, provocava na pacata Soledade um “frenesi” de cidade quase em dias com a modernidade.

A energia elétrica só veio ser experimentada de forma mais extensiva na Paraíba na década de 1920, e, de acordo com Aranha (2007), *falar na instalação desse equipamento moderno na Paraíba é falar de uma experiência que só começou a tomar corpo a partir dos anos 1920* (ARANHA, 2007, p. 101).

Foi nessa década que os “nobres” soledadenses passaram a apresentar intenso fetiche pela eletricidade, assim evidente em algumas Atas da Assembléia Municipal a partir de 1923, nas quais a obtenção do Motor de Luz se tornava obrigatório por Lei:

Art. 1º aceitar proposta e fazer contracto com quem melhores vantagens offerecer para instalação de luz elétrica nesta Villa de Soledade; Art. 2º fazer as operações que forem precisas para esse serviço, podendo para dito fim lançar mão do saldo da receita ordinaria, levantar empréstimos, dando para garantia do mesmo os próprios municipaes (CÂMARA MUNICIPAL, 1923, p. 16 - 17).

O desejo de possuir a energia elétrica em seu espaço de vivência tornar-se-ia incondicional para as autoridades políticas de Soledade. A importância de poder contar com a energia elétrica na cidade dispensava qualquer justificativa ou contra-argumento, até mesmo as possíveis dívidas que poderiam ser contraídas para aquisição de inestimável bem foram ignoradas.

As autoridades políticas deixaram transparente o infinito encanto e desejo pela eletricidade, seria esse o primeiro passo dado pela elite soledadense para a aquisição da energia elétrica. Foram quatro anos até que esse devaneio fosse realizado. Mas, enfim, por que tanto interesse em torno da eletricidade? A quem ela viria favorecer?

Talvez existisse uma grande parcela da população do município que, até então, só ouvira falar sobre a tal energia, mas não suspeitava de como funcionava. Outra parte da

população, possivelmente, nunca nem ouvira falar em tal coisa. Uma e outra eram habituadas a luz da lamparina e da lua.

Em períodos de festas como a da padroeira, quando homens, mulheres e crianças vinham prestigiar os festejos a senhora Santana, era que se acionavam luminárias extras de carbureto. Era justamente nesses momentos que os indivíduos mais diversos se deparavam com a iluminação diferente da luz da lamparina, da vela ou do lampião.

Nota-se que mesmo existindo a progressiva iluminação a carbureto na artéria principal da cidade, poucos indivíduos tinham acesso a esse tipo de luz, ou sequer conheciam outra fonte que não fosse os artífices do fogo. Assim, seria a energia elétrica que se tornara a “menina dos olhos” das autoridades políticas de Soledade, passando a ser intensamente requisitada a partir do momento que se percebeu que ela havia se tornado acessível nas vilas e cidades de pequeno porte, fazendo com que a elite local desfrutasse tantos dos benefícios oferecidos por ela, como poderiam instaurar nos seus discursos políticos o herculano esforço e ilimitado interesse da oligarquia em trazer para a sua cidade tal benesse da modernidade.

O interesse em instalar o motor de luz representava mais uma forma de exaltar a modernização, os símbolos do moderno e apreciação estética, trazendo *glamour* e poder para a cidade, do que propriamente o benefício ou mesmo conforto que essa energia elétrica poderia propiciar.

Finalmente, no ano de 1927, Soledade poderia contar com os benefícios do motor de energia, “brisas” da modernidade chegavam a Soledade através de um grande Motor que seria acomodado em um prédio nos fundos do Paço Municipal, e, posteriormente, em um edifício próximo a sede da DNOCS<sup>24</sup>. Os fios mágicos da eletricidade eram, até então, o maior símbolo material que viria expressar prestígio e *status* para sua elite e para a cidade.

Aparentemente, foi a White Martins quem oferecera a melhor proposta para a instalação do Motor de Luz de Soledade. Para que essa conquista fosse alcançada, buscou-se o financiamento através de empréstimos a particulares que se tornavam credores da prefeitura de Soledade. D. Guilhermina de Gouveia Nóbrega, Coronel Claudino Alves Nóbrega, Doutor Severino Alves Gouveia Nóbrega, Claudino Pires da Nóbrega, Doutor José Camargo Cabral, Inácio Claudino da Costa Ramos, D. Francisca de Castro Nóbrega,

---

<sup>24</sup> Antiga IOCS e IFOCS, Departamento Nacional de Obras Contra Secas, assim denominada a partir de dezembro de 1945, foi até o final dos anos 1950 a única agência federal de obras de engenharia da região Nordeste.

D. Francisca da Nóbrega Araujo e José Gomes Sobrinho foram, segundo a Ata da Câmara Municipal de 27 de julho de 1927, os financiadores de cinco contos e novecentos mil réis. No entanto,

a luz electrica desta Villa custou vinte e trez contos, oitocentos e cincoenta e trez mil reis (23: 853), cuja despesa foi **contida?** [grifo nosso] com o producto do empréstimo, saldo orçamentários e ainda se achou o Município a dever quatorze contos e cinqüenta e trez mil reis a A. E. G. e a Whit Martins (CÂMARA MUNICIPAL, 1927, p. 70 - 71).

Embora compromettesse o orçamento da Prefeitura, adquirindo um déficit tão elevado em relação às arrecadações tributárias do município, nenhum esforço fora poupado para que se adquirisse a energia elétrica para Soledade. Diante do *glamour* e do *status* oferecidos por este artefato, o custo despendido para sua aquisição não interessava, o que tinha importância era a instalação da luz elétrica nas residências dos sujeitos que tanto a desejavam e que iria distanciá-los do atraso.

Devemos atentar para o discurso referente à eletricidade, pois nem sempre era julgada como algo positivo, o discurso variaria de acordo com os interesses e o do que ela representava para cada grupo, *num tinha luz não, era uns lampião no meio das ruas, lampiãozão grande com aquele foguinho clareava a rua, era interrado uns pau como poste* (MARLUCE FERREIRA DO NASCIMENTO, 2010).

Nessa lembrança, a iluminação não é percebida como luz, o aumentativo para lampião mostra a interpretação que a narradora tem das ferramentas, vendo-as como rústicas e com pouca eficácia e quando ela interpela a palavra fogo denotando luz, sendo a palavra emitida no diminutivo, nos transmite um efeito de fragilidade e pouca eficiência da iluminação elétrica. Dessa forma, parecia “não pagar à pena” tantos gastos e tanto esforço para contrair o dito motor e seus serviços.

Sr. Rosil, “Motorista” da energia de Soledade a partir dos anos 1950, nos relata que *Joé, Zé Branco, um tio meu, Zé do Motor*, foram “motoristas” antes dele, e que o trabalho dos encarregados com o Motor não era muito fácil,



pra funcionar era o seguinte, cinco hora da tarde você tava lá, fazia limpeza lubrificava, né?! tinha um tanquzinho de óleo diesel lá em cima, colocar água no tainque, que ele é refrigerado a água [...] funcionava butando o óleo diesel com maior dificuldade, quando quebrava a cidade ficava totalmente no escuro até quando concertasse, mas as coisas naquele tempo era méi difíci o motor é tão dificultoso (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010).

Percebe-se que a Prefeitura teria que dispor de funcionários especializados para o funcionamento e manutenção da máquina, no mínimo dois trabalhadores: um motorista e um ajudante. O depoimento de Sr. Rosil denuncia não só a labuta dos funcionários para fazer o Motor funcionar, mas também os problemas que ele, frequentemente, apresentava ora quebrando, ora com o consumo abusivo de combustível; às vezes, devido à ausência de técnicos para seu conserto, a cidade ficava, por diversos dias, completamente no escuro durante as noites.

As casas favorecidas com a eletricidade eram as da elite, a rua beneficiada seria a Padre Ibiapina (a futura Dr. Gouveia Nóbrega) e o Motor funcionava, normalmente, das 18 às 21hs e 30min, conforme nos relata D. Hélia:

eu não lembro se ia até dez ou onze horas, mas tinha uma ocasião que dava o sinal, quando dava aquele sinal era pra todo mundo se recolher pra não ficar no escuro na rua, só mesmo quando dava aquele sinal..., dava três vezes, agente já sabia: aí se apagava as luzes (HÉLIA ALBUQUERQUE NÓBREGA, 2010).

Como lembra D. Hélia, havia um horário estabelecido para o funcionamento do Motor de Luz. Isso nos faz perceber, de imediato, a dificuldade de cultivar hábitos noturnos na cidade, mesmo ela detendo, em seu núcleo, a energia elétrica. Por vezes, as práticas noturnas da cidade estavam restritas ao funcionamento do Motor, que, ao parar de funcionar, sinalizava que os cidadãos de bem deveriam recolher-se em suas residências para dormir.

No decorrer da década de 1940 e até a instalação da energia elétrica de Paulo Afonso, houve diversas solicitações da Câmara de vereadores para que o horário do funcionamento do Motor de Luz fosse estendido até mais tarde. Assim, sob a óptica de Sr. Rosil, podemos fazer o desfecho sobre o Motor de Luz:

Eu num era nascido mas papai dizia que o primeiro motor foi trazido no governo de José Camargo esse vei, vei, vei até mais ou menos 47(1949)[grifo meu] quando comprou um Grupo Gerador esse era mais moderno, aí a cidade foi crescendo e comprou um Grupo Gerador e aí foi aumentando, aumentando e isso

foi até 64 que parou todo movimento de Grupo Gerador, pra energia elétrica de Paulo Afonso (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010).

Quando o referido Grupo Gerador foi instalado na cidade, com um Motor mais potente e moderno que o primeiro, Soledade já contava com um prédio público para o funcionamento da escola pública, que antes era em casas particulares alugadas ao poder público; um belo e moderno prédio para o funcionamento do Correio e Telégrafo; serviços de alto-falante – difusora; pista de pouso; e algumas residências já contavam com o serviço do rádio, ferro elétrico e até mesmo fogão a gás. Hotéis, casas de festas e distração, como clubes e barzinhos, já existiam na cidade.

Dessa forma, passamos a entender a colocação do nosso narrador quando ele expõe o gradativo crescimento da cidade e a conseqüente necessidade de melhorar a cultura material, de haver a superação dos materiais atrasados por equipamentos mais modernos, que viriam dar novos rumos aos hábitos dos cidadãos, ao cotidiano da cidade.

No final da década de 1930, Soledade sofreu um reverso, um verdadeiro golpe, uma vez que fora ofuscada quando o Decreto-Lei Estadual nº 1 164 de novembro de 1938 transferia a sede municipal para o distrito de Juazeiro e permaneceria lá até o final do ano de 1943, só retornando para Soledade em janeiro de 1944, quando por um decreto Estadual houve novamente a mudança de sede e também de nome, Soledade passaria a partir de então a ser chamada de Ibiapinópolis, toponímia que perdurou até janeiro de 1949, conforme nos indica Nóbrega Filho (1974).

A transferência da sede municipal de Soledade para Juazeiro foi uma consequência da rivalidade política local, uma vez que a oligarquia representada pela família Nóbrega era oposição ao governo do Interventor do Estado da Paraíba, o Dr. Argemiro de Figueiredo, sogro de Claudino da Costa Ramos, principal opositor dos Nóbregas em Soledade.

Diante de tal circunstância, a elite letrada de Soledade passou a protestar contra as ações de perseguição política, e acionando em seus espíritos a harmonia, a comunicabilidade, a eficiência e a praticidade dos meios de comunicação como o rádio e de outras culturas materiais modernas, além do acesso a escola, um grupo de mulheres se conscientizaram, e, em atitudes expansivas, prostraram-se contra a perseguição as suas respectivas famílias. Tanto é que telegrafaram uma carta-protesto ao presidente Getúlio Dorneles Vargas, denunciando a arcaica política de perseguição do prefeito nomeado para Soledade e do Interventor Argemiro de Figueiredo.

Com a vitória eleitoral de Ruy Carneiro em 1940, o sonho de trazer a sede do município de volta para Soledade ficava mais próximo de ser realizado. Alguns soledadenses, por essa época, já haviam captado o ritmo das máquinas modernas que existiam na cidade: destreza, força, velocidade e a inteligência da moderna cultura material que os cercavam, de forma que, como propõe Sevckenko (1998), as filosofias da ação, os militantes, os atos de arrebatamento e bravura se tornaram os índices, nos quais as pessoas passaram a se inspirar e pelos quais passaram a se guiar.

Assim, podemos perceber que quando foi decretada a transferência da sede para Soledade, uma mistura de euforia, protesto, comemoração e acionismo por parte de alguns jovens e adultos que destemiam qualquer autoridade, se dirigiram até Juazeiro e destruíram, com truculência, o símbolo desse período de retrocesso para Soledade:

Quando Dr. Argemiro caiu da diretoria que depois veio as eleições, num é! pra governador, tinha um bucado de nó cego aqui em Soledade, nó cego que eu digo uns home meio destemido num sabe, pegaram um caminhão véi e foram lá em Juazeirinho. A sede nessas alturas já tinha vindo pra Soledade. Tinha um pedestal que tinha uma estátua de Dr. Argemiro de Figueiredo, eles levaram uma corda de laçar, laçaram e amarraram no carro e vieram arrastando nessa rodagem véia de buraco: vung, vung, vung, num sabe chegou aqui só mermo o laço (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010).

Esse episódio descrito por seu Rosil foi posterior a uma festa que tomou conta da cidade em 1º de janeiro de 1944. A imagem fotográfica exibida logo abaixo mostra os festejos comemorativos do retorno da sede municipal para Soledade, cuja Rua Principal foi tomada por uma gente ansiosa pela grandeza de sua cidade, seguindo um desfile cívico conduzido por Orquestras de músicas.



Fonte: Arquivo do Museu Municipal Expedito Figueira de Góis.

Dentre a “multidão” captada pelas lentes do fotógrafo, observamos a presença maciça de crianças, supondo um evento aparelhado pela Igreja Católica e pelas escolas públicas e particulares do município, mesmo se tratando do período de férias. Embora encontremos alguns semblantes femininos na fotografia, predomina, na imagem, a presença de homens, todos eles, aparentemente, bem trajados, seguindo a banda pela rua de terra batida.

No lado direito superior da fotografia, observa-se a presença intensa de crianças, sendo elas do gênero feminino, algumas das quais, em especial, transportam quadros, os quais, mais uma vez, supomos tratar de fotos de homens, “ilustres cidadãos” de inestimável valor e que contribuíram para a grandeza do povo soledadense. Podemos desconfiar que se tratam das imagens de Getúlio Vargas, João Pessoa, Ruy Carneiro, do prefeito do município, Clóvis Nóbrega, e o herói mor da cidade, o padre Ibiapina. Vale destacar aqui que Ruy Carneiro se fez presente na cidade durante a festa.

A fotografia nos evidencia o fato de os cidadãos de Soledade já estarem habituados a eventos festivos, portavam indumentárias específicas para as ocasiões de festas, se identificavam com a agitação, não poderiam deixar que passasse tal episódio sem que não se fizessem presentes, exibindo chapéus, sapatos, calças e camisas das mais alinhadas, que foram adquiridas nas principais lojas ou alfaiatarias de Campina Grande, João Pessoa ou Recife ou que foram trazidas do Rio de Janeiro ou São Paulo, por filhos de Soledade que lá moravam, mas que não perdiam uma festa de final de ano em sua terra natal.

Os festejos em comemoração ao retorno da sede municipal para Ibiapinópolis como Soledade passou a ser chamada desde 1944, coincidiu com o período do ano em que a

cidade se “vestia” para as grandes festas de Natal, padroeira, e de Ano Bom, ou como era mais popularmente conhecida de Ano Novo.

Durante a década de 1940, essas festas já eram tradicionais na cidade, os habitantes do município e de povoados vizinhos se faziam presentes nas tão afamadas festas de final de ano de Soledade. Era um instante em que toda elite citadina ou rural exibia suas riquezas, através das camisas de linho ou casemira, das gravatas, dos chapéus de feltro, dos sapatos de couro. As jovens ou as mulheres da elite desfilavam com seus belos vestidos brancos compridos, luvas, joias, meias-calças. O frescor contido nos corpos embebidos de águas de cheiro tomava conta da rua, e o pó de arroz se misturava com a poeira da rua sem pavimentação.

Enquanto festa pública e religiosa era permitida a presença de indivíduos com pequeno poder aquisitivo, indivíduos que moravam na zona rural e que pouco vinham a “rua”, que, junto aos demais, ficavam vislumbrados com a beleza e com a multidão de gente que se aglomerava na rua.

A população pobre também era sensível a importância daquele instante para a cidade, não fugiam à regra, portanto, vestiam-se a caráter para os festejos da padroeira Nossa Senhora Santana. As indumentárias desses indivíduos estariam de acordo com suas posses, com seu poder aquisitivo. Independentemente do tamanho da família, o patriarca comprava um corte de tecido suficiente para confeccionar as roupas de toda prole. Nesses festejos, ficavam sensíveis a devoção e religiosidade da população, assim como as diferenças e o prestígio social.

Os festejos se davam na Rua Principal da cidade, onde estava montado o pavilhão e o parque, para lá se dirigia todo o público. Todos consumiam os espaços das festas: torciam por seu cordão predileto Vermelho ou Azul; observavam as crianças brincando nos carrosséis e barquinhos, reencontravam amigos e conhecidos, escutavam as orquestras executarem os mais belos hinos, dançavam e bebiam, viam deslumbrados a queima dos fogos. Todos experimentavam, mesmo que por poucos instantes, algumas das belezas da modernidade, da “civilidade”.

Pobres, ricos, mulheres, homens e crianças num “turbilhão” ensandecedor, tomando conta da Rua Principal com os ruídos de vozes, cochichos, risos, gritos, lorotas, sons metálicos que, se somando às luzes coloridas, foguetões, poeira, árvores, criava um novo lugar com ritmo de agitação, no qual um frenesi elétrico nos corpos dos indivíduos que nada tinham de passivos interpelavam magnificamente, o papel de modernos: a ocasião fazia o ladrão.

Durante uns quinze dias, a cidade se encontrava incessante. O ritmo de lentidão e o silêncio eram rompidos com as visitas que invadiam a cidade durante o período festivo, e, seguindo a ideia de Nascimento (2009), Soledade perdia, provisoriamente, sua calma e tranquilidade, experimentando, mesmo que momentaneamente, o movimento e a agitação própria de uma cidade moderna.

Eram muito grande as festas, era coisa pra cinema [...] vinha todo mundo, chegava mais ou menos uns quinze dias antes só sai depois de 5 dias, dia 6 de janeiro que ia embora, terminava dia de ano encerrava, era feita apuração, ai no próximo domingo depois do dia de ano tinha a coroação da rainha, ai a orquestra tocava, ai era que se acabava tudo ,você num ouvia mais nada, rádio, nada tocar [...] a festa da padroeira fazia gosto (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010).

Os relatos de Sr. Rosil dão visibilidade à grandiosidade das festas de final de ano em Soledade, exhibe o instante de frenesi pelo qual a pacata cidade passava, os poucos dias em que sujeitos diversos tomavam conta da cidade em todos os horários para conversar, passear, contar lorotas e se fabular, ou ainda se caracterizarem de “papangús” para assustar a molecada. O silêncio da cidade interiorana era irrompido pelos ecos da modernidade presentes no barulho, na agitação e comportamentos dos muitos sujeitos que vinham prestigiar as festas; nas músicas tocadas pelas orquestras; no trânsito de automóveis que se tornava mais intenso.

Além da saudade contida no relato, Sr. Rosil revela outro evento inerente às comemorações de final de ano: a disputa de Rainha da festa entre os cordões Vermelho e Azul. Para ser Rainha, a moça tinha que ser bela, simpática, ter charme e cativar, características que deviam ser assimiladas pela nova mulher, pela mulher moderna. As jovens que concorriam eram geralmente as moças da “sociedade” soledadense. A coroação geralmente se dava no clube da cidade, de entrada restrita a elite.

Passado o “vendaval” a cidade retornava a sua antiga rotina, o silêncio voltava a reinar, deixando apenas as boas lembranças, e, como propôs Nascimento (2009), ao se referir à Rainha da Borborema, fazemos uso das mesmas conclusões quando nos direcionamos para os instantes posteriores aos festejos de fim de ano em Soledade:

Após o fim dos festejos de ano novo a cidade voltava ao silencio habitual, resguardando a euforia e o entusiasmo para reacendê-lo no carnaval, momento em que as ruas voltavam a se transformar em palcos para os foliões extravasarem suas alegrias (NASCIMENTO, 2009, p. 66).

É possível falar em comemorações carnavalescas em Soledade nos anos 1940 e 1950? Se existiam, como eram os festejos ao rei Momo em Soledade? De acordo com alguns relatos orais, podemos confirmar a existência de comemorações de Carnaval nesta cidade do Cariri paraibano. Através das falas de nossos narradores, podemos verificar que essas festas eram esporádicas, ou seja, embora ocorressem, geralmente não seguiam uma linearidade, ou mesmo uma tradição de todos os anos naquela época terem as comemorações carnavalescas.

Na realidade, não podemos dissociar os festejos momínicos a um clube ou aos dirigentes desse clube existente em Soledade. Primeiro ponto que devemos considerar dentro da nossa perspectiva sugerida sobre os símbolos do moderno na cidade de Soledade é que a predominância de um clube é um modelo copiado da cidade de Campina Grande, que traria de acordo com os desejos de seus precursores uma sintonia com o padrão moderno estabelecido nas grandes cidades, eram os clubes espaços de divertimento, lazer e porque não de requinte.

Inspirando-se nos Clubes pessoenses e principalmente nas Agremiações campinenses, a elite soledadense fundou um clube em seu “torrão natal”, na verdade não existe nenhum registro documental sobre a funcionalidade do clube ou o nome deste, o que sabemos por meio dos relatos é que ele era dirigido pelos familiares do coronel Claudino Nóbrega e pertencia à coligação do PSD de Soledade, e que seguia as mesmas normas de convívio e civilidade impostas nos clubes da Rainha da Borborema e da capital, além, claro, da seletividade, *tinha muita festa também no clube, tudo comandado pelo povo de seu Dino [...] era muito bem organizada, só entrava gente direita, era muito exigente era tudo muito em ordem* (HÉLIA DE ALBUQUERQUE NÓBREGA, 2010).

Distintamente da festa de padroeira, a entrada no clube era restrita as altas estirpes, não podia entrar em seus domínios qualquer um, a segregação social nesse espaço era explícita, uma vez que etiqueta e determinados comportamentos eram limitados a “boa sociedade”. De acordo com alguns entrevistados, surgiu, entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950, outro clube na cidade, o Estrela do Norte, esse novo clube que surgiu numa rua mais popular, na Rua de Baixo, ou melhor, na Rua João Pessoa, era menos seletivo, aliás, seria uma versão pouco mais popular do clube edificado na Rua Dr. Gouveia Nóbrega.

O que não era de se estranhar é que o “*Estrela do Norte*” teve vida curta. Já o Clube Social da Rua Dr. Gouveia Nóbrega resistiu à carência de movimento e de recursos. No auge desse último, os bons moços e as jovens, os homens e damas da alta sociedade

soledadense prestigiavam, dançavam, bebiam e se descontraíam na companhia e ao som de boas orquestras vindas principalmente de Campina Grande. Grupos musicais que se apresentavam ao vivo, tocando sambas, frevos, boleros e valsas, músicas de Cauby Peixoto, Ângela Maria, Orlando Silva, Nelson Gonçalves, entre outros. Ou então nas matinês ao som do “ticapo”<sup>25</sup> 78 RPM que funcionava através de um motor de energia particular, pertencente ao clube do PSD.

O clube representava para a elite soledadense um espaço de lazer, de sociabilidade, das práticas dos bons costumes, um espaço privado restrito aos “civilizados” que tinham o gosto pela música e que desejavam a modernização de seus espaços e de seus hábitos, o clube viria representar para Soledade um espaço moderno e civilizador.

Há relatos que nos anos 1940 houve, esporadicamente, blocos de carnaval desfilando na via principal de Soledade ao som de marchinhas carnavalescas, samba e frevo. E que, no final da década de 1950, os dois clubes que existiam na cidade estrelaram com blocos na Dr. Gouveia Nóbrega, exibindo ânimo no período carnavalesco.

Saíram da esfera privada para se misturarem aos cidadãos mais populares, ganharam a Rua. A elite se misturava ao povo e, embebedos pelos festejos momínicos, os foliões seguiam animados pela Rua Principal embalados pelas marchinhas e frevos tocados pela orquestra de cada clube, jogando serpentina, confetes e lança perfume nos indivíduos mais conservadores e idosos que se maravilhavam das calçadas ou das janelas das residências e que abriam as portas para que alguns foliões pudessem entrar e serem servidos com graciosos ponches gelados.

Festas, músicas e agitação são elementos inerentes a uma sociedade moderna, de homens e mulheres potentes como o motor de energia e como os automóveis, brilhantes e ilustres como a luz elétrica, belos e *glamourosos* como os prédios modelares que eram construídos, inteligentes como a mecânica dos aparelhos radiofônicos.

As filosofias da ação, do ativismo do mundo das tecnologias e da velocidade estavam tomando corpo na cidade de Soledade e assim não só em forma e ritmos de festas, como as de final de ano, carnaval e dos finais de semana no clube, mas também, por exemplo, da “febre esportiva” que passara a contagiar amplamente o Brasil desde o início do século XX e que chegou a esse rincão do cariri paraibano entre as décadas de 30 e 40 do século passado.

Algumas modalidades esportivas foram trazidas para a Paraíba devido o contato com o Rio de Janeiro. Consequentemente, foram introduzidas em Soledade devido ao

---

<sup>25</sup> Nome se referindo a um aparelho de som instalado no Clube do PSD.



contato de sua elite com Campina Grande e João Pessoa. Os soledadenses se identificaram com o ainda não tão popular futebol, que logo se tornou espetáculo obrigatório dos dias de domingo, praticado pelos diversos homens da cidade, e que esses indivíduos, independentemente das condições sociais, se despersonificavam, tornando-se apenas mais um *sportman* a competir naquele “campo de batalha”.

De acordo com Sr. Rosil, o instante do jogo era introduzido por todo um ritual de iniciação, um ritual festivo, como não podia deixar de ser:

os times eram azul e encarnado, no dia de domingo o campo ficava circulado de gente, todo domingo[...] agente ficava concentrado veja bem como as coisas eram naquela época, veja bem, quando era pra sair de lá agente ficava, pra gente sair de lá formava um cordão, formando as duas filas, e ia duas pessoas na frente com uma bandeira e a banda de música vinha atrás tocando até no campo, todo domingo, mais vinha gente que não era brincadeira todo, domingo era essa verdadeira beleza, muito animado num sabe (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010).

Os times criados em Soledade representavam os cordões Azul e o Vermelho da tradicional festa de Padroeira, a rivalidade dos festejos de Ano Bom foi transferida para a prática do futebol. O campo de futebol era localizado por trás da Rua da Cadeia, onde foi a Escola Estadual Trajano Nóbrega e hoje é o prédio da Prefeitura municipal da cidade, as “barras” ficavam no sentido leste, oeste.

Antes do confronto, nos domingos, os jogadores do time ficavam concentrados em lugares distintos. Quando se aproximava do horário que havia sido marcada a partida, os times se encontravam. Cada time tinha seu porta bandeira, os *sportmens* de cada equipe seguiriam seu estandarte, logo atrás vinha desfilando a orquestra da cidade, seguida por muitos torcedores. O domingo era o dia de romper com o silêncio, com o trabalho ou com os assuntos formais, o assunto do dia era a partida de futebol.

Tanto jogadores como os apreciadores do futebol estavam mergulhados nos valores de exuberância física e no espírito lúdico de precipitar os oponentes no ridículo por via da batalha esportiva e através da vitória, dos gols marcados e da atração da torcida que vibraria e perceberia a maior destreza, força, poder e superioridade do time e dos jogadores vencedores, uma áurea de modernidade, cujos homens teriam que estar fortes, ágeis e bem preparados para os duelos, portanto, tinham que ser portadores de uma saúde exemplar, terem uma carcaça física potente, pois *nessa nova sociedade de cultura desportiva o valor máximo é necessariamente a idéia de saúde, cuja condição básica é a limpeza e cuja prova patente é a beleza* (SEVCENKO, 1998, p. 571).

Evento restrito ao gênero masculino, os jogos de futebol atraía para o redor do campo sujeitos diversos que se interessavam em ver os duelos esportivos entre os fortes cidadãos soledadenses. Do lado de fora das “trincheiras”, ficava a orquestra animando, sonoramente, o jogo, enquanto que, sentados em pedras, barrancos ou tocos secos de árvores, sujeitos se contorciam, vibravam, reproduziam gestos, opinavam, reclamavam e gritavam como se estivessem jogando; incorporavam de fato os princípios do que é ser torcedor, faziam jus ao título de torcedor, indivíduo atuante e nunca passivo.

O futebol representava, nesse momento, um símbolo da modernidade que proporcionou a determinados sujeitos da cidade de Soledade práticas e valores sociais apenas existentes no mundo civilizado e moderno. Os *sportemens* soledadenses prodigalizavam saúde, exibiam nas partidas a modelação e o bom condicionamento do corpo, músculos fortes e torneados, assim com corpo e mente saudável e leve, vestindo indumentárias curtas e confortáveis os jogadores estavam prontos para decolar nos duelos.

### **4.3 Lugares modernos em Soledade?**

Embora não se relacione ao fato do condicionamento e grande potencial dos jogadores de futebol, devido ao fato deles estarem “voando” de tão saudáveis, nos mesmos anos 1940, foi construída uma pista de pouso para aviões de pequeno porte na cidade. Soledade estava longe de se tornar parte integrante do intercâmbio para o tráfego de voos, mas essa pista poderia vir ser utilizada para alguns pousos emergenciais, ou no mínimo ofereceria condições para um ilustre filho de Soledade – Manequinho Imperiano, que possuía um monomotor a pousar em sua terra natal e exibir aos seus conterrâneos aquela tão bela máquina, símbolo da modernidade.

Ainda nos anos 1940, havia sido inaugurado o primeiro prédio público para o funcionamento de uma escola, nesse imóvel passaria a funcionar a Escola Estadual Padre Ibiapina e a Escola municipal Gervásio Bonavides. Nesse ritmo, a cidade passaria a oferecer espaços que viessem acomodar os novos e velhos sujeitos sociais. Alguns cidadãos empreendedores viam a possibilidade de trazer a Soledade aparelhos e ambientes de grande visibilidade em cidades como Campina Grande ou a capital João Pessoa.

Tendo por ideia de que alguns sujeitos poderiam seguir o compasso distinto do bucolismo e da vida pacata e provinciana de uma pequena cidade do interior, e, foi

seguindo o raciocínio de que nem todos os sujeitos soledadenses podiam se deslocar frequentemente para essas cidades mais modernas, especialmente para Campina Grande, para usufruírem desse moderno ritmo de vida que teve início o ingresso de determinados espaços de lazer em Soledade.

Hotéis, bodegas e barzinhos germinavam da terra de acordo com o fluxo de passantes, o tráfego de automóveis na estrada de rodagem intensificava com o transporte do algodão que era procurado em toda região, na qual a cidade de Soledade era passagem obrigatória. Na medida que o fluxo de passantes ou de novos moradores aumentava, surgia, em “pequenas doses”, novos espaços de socialização que viessem atender os interesses desses novos moradores e dos passantes. Já entre as décadas de 1940 e 1950, Soledade tinha dois hotéis.

O contato direto ou indireto com os símbolos da modernidade modificavam o cotidiano dos indivíduos que viviam na cidade; por consequência, novos lugares foram edificadas por via da prática dos espaços sem que denotasse destruição do imóvel anterior, ou seja, espaços que dantes eram residências tornaram-se postos de gasolinas, clubes, hotéis, bares, cinema etc.

Se em Campina Grande, por exemplo, surgiram entre os anos de 1930 e 1940 diversos Cabarés, a exemplo do Cassino El Dourado, para oferecerem seus serviços aos comerciantes e coronéis do algodão, de Campina e região; sujeitos de cidades de menor porte como Soledade tentaram reproduzir esses espaços em seus limites citadinos, no entanto esses cabarés locais não viriam, na maioria das vezes, atender as ânsias da elite, mas do grupo de pessoas com menor poder aquisitivo e que talvez não tivessem uma moral a ser preservada.

A reclusão desse ambiente a pessoas de menor posse nos faz sugerir três questões que devem ser levantadas para entendermos a falta de interesse e até mesmo a ojeriza da classe letrada ao *Cabaret*, ou simplesmente ao ponto de Guida, que existiu na cidade nos anos de 1930 a 1940. O primeiro ponto a ser levantado seria: quais as condições financeiras do dono desse espaço de lazer? Segundo, quais serviços eram oferecidos pela casa? Terceiro e último, quais indivíduos passaram a frequentar esse ambiente?

quem freqüentava era os caneiros Joaquim Henrique, Eugenio, Rui de seu Zezinho, tinha Zé Rosa, vige Maria! Era brabo demais Manelinho de Oliveira. Tinha muito, meu tio Luiz Gonzaga, Zé do Motor tinha muita gente! (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010).

As lembranças de Sr. Rosil respondem, automaticamente, à terceira questão, os “caneiros”, indivíduos de origem humilde que apreciavam a ingestão de bebidas alcoólicas, em especial aquela que estava acessível a seu poder aquisitivo, a cachaça ou cana. Indivíduos que honravam seus compromissos, que trabalhavam incessantemente e diariamente, mas que não trocavam o horário do lazer por nada.

O ponto de Guida era, para os “caneiros”, o que o clube da Rua Dr. Gouveia Nóbrega era para a elite cidadina de Soledade: o espaço de lazer e de divertimento urbano que daria ao cotidiano desses indivíduos mais animação, fluidez e hábitos noturnos, tão inerentes as grandes cidades modernas.

Dançava toda noite e tinha uma coisa do sábado pro domingo era festão, isso nos anos 40 [...] o povo fazia comentário os pai de família num quiria que ninguém de casa soubesse nem minino nem uma moça, aquilo era um sigilo pro caba num soltar (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010).

Espaço de bebedeira, jogos, conversa, dança, brigas e mulheres era, moralmente, condenado, lugar de desordem que carecia de vigilância. Pertencia a uma mulher – Rita Anjo, que tirava o sustento desse espaço promíscuo, visto pela “boa sociedade” como antro, lugar pecaminoso e mundano que induz ao mau caminho, que desvia o indivíduo de Deus e dos bons costumes, portanto, deveria ser pouco ou nada referido, principalmente, na presença de moças e crianças.

O apelo ou apego aos “bons costumes” era uma questão de ordem e moral para os indivíduos e instituições que estavam a frente da municipalidade, assim esses sujeitos e instituições apelavam para a segurança que a tradição e a moral, há muito tempo estabelecida, lhes garantia, frente às mudanças propiciadas pela modernidade. Era uma caminhada meio que contraditória da elite, era, conforme Padilha (*apud* CHAGAS, 2010), *a tensão entre a novidade, que era ao mesmo tempo admirada e temida, e a tradição, que era ao mesmo tempo respeitada e desvalorizada* (CHAGAS, 2010, p. 48). Dessa forma, a partir dos anos 1950, o ponto Guida já não existia mais.

As atitudes moralistas de uma sociedade desejosa pelo moderno e ao mesmo tempo temente dos novos comportamentos trazidos por essa modernidade levaram a extinção da boate de Rita Anjo, que talvez tenha deixado um grande vácuo na década de 1950, pois, nesse período, deslocaram-se para as intermediações do município um enorme contingente de operários que vinham vender sua mão de obra na construção do ramal férreo que ligaria

Campina Grande a Patos, e esse espaço, para muitos deles, poderiam vir representar um lugar de descontração, de lazer.

Estava perto do centenário da instalação do primeiro trem no Brasil quando os serviços de construção do ramal que ligaria a Borborema ao Sertão paraibano foram iniciados, embora ainda na década de 1920 tenha havido algumas especulações a respeito dessa estrada férrea. Com relação à estradagem, Soledade, mais uma vez, fora favorecida, dessa vez pela linha férrea, seu perímetro urbano foi congratulado, seria então cortado pelos firmes trilhos do trem.

Embora tenha chegado a Soledade no instante em que tráfego rodoviário começara a ganhar força, a rede ferroviária proporcionou para Soledade um crescimento demográfico e desenvolvimento na economia, tanto no que se refere ao transporte de mercadorias e passageiros, quanto o próprio movimento do comércio informal de alimentos ou mesmo a arrecadação de impostos sob o escoamento de produtos que eram trazidos para serem comercializados no município, contribuindo, indubitavelmente, para a prosperidade da cidade. Portanto, no que se refere às vias férreas, a literatura que temos nos mostra que os cursos feitos pelo trem ou davam origem a novos povoados e cidades ou valorizava as cidades já existentes, dando a ela novos ritmos, trazendo novas experiências de lugares longínquos e diferentes.

Os trabalhos para a construção do ramal Campina Grande – Patos, com 164 km de extensão, na qual viria beneficiar Soledade, tiveram início ainda na década de 40 do século XX. Nesse período, foram recrutados centenas de trabalhadores que seguiriam rumo ao sertão limpando caminho, derrubando árvores, explodindo rochas e serrotes, ferindo com cortes a terra para poderem acomodar os atrasados “trilhos do progresso”.

Trabalhou gente demais vinha gente de todo nordeste, teve gente que casou com moça daqui [...] ficou muita gente, ficou gente demais aqui em Soledade, graças a deus o povo gostava muito vinha pra trabalhar e ficava por aqui [...] foi muito útil pra Soledade naquele tempo era uma dificuldade de serviço quem quisesse trabalhar, trabalhava, casa eles alugaram muitas, casas por ai a fora, casa fechada que num tinha ninguém morando eles alugavam e passava tempo morando um serviço desse feito manual né! (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010).

Percebe-se, na reminiscência do Sr. Rosil, as mudanças que foram ocasionadas na cidade de Soledade devido à construção da estrada do trem. Imóveis foram arrendados, gerando lucros para seus proprietários, residências foram construídas para os técnicos,

funcionários da empresa férrea, diversos soledadenses foram empregados nas obras, muitos “forasteiros” acabavam se prendendo à cidade principalmente através dos laços de matrimoniais, ou seja, desposando as moças de Soledade, outros por simplesmente se apegarem aos bons e pacatos ares da terra não pretendiam voltar mais para o lugar de onde vieram.

Com o andamento das obras da ferroviária, a população citadina de Soledade estava incorporando ao seu cotidiano costumes e práticas antes estranhas naquela cidade, o período de obras foi um instante de fervor e agitação. O comércio ficou mais intenso, a todo instante, novos trabalhadores chegavam ou passavam pela cidade.

Caminhões transportando materiais e ferramentas para o andamento da obra proporcionavam pequenos engarrafamentos na Rua Principal, pedestres tinham que aguardar, pacientemente, a passagem dos automóveis, as mães tinham que ter mais cuidado com suas crianças, uma vez que o movimento de caminhões estava muito intenso em Soledade. O trilho do trem deu um ritmo diferente ao cotidiano dos cidadãos soledadenses, uma mistura de ansiedade e frenesi parecia tomar conta dos habitantes da cidade. Em 1956, as obras estariam praticamente concluídas.

De acordo com Nóbrega Filho (1974), o ramal Campina Grande - Soledade foi inaugurado em 21 de janeiro de 1956. A estação ferroviária de Soledade contou com a edificação de dois prédios, que, devido à ansiedade para seu término, não contou com muitos requintes, na qual houve pouca preocupação com arquitetura, mesmo sendo ela construída no estilo *art decô*, mas que, ao menos, os passageiros e outros usuários poderiam contar com um espaço confortável para esperarem o trem.

Espera maior foi de um grande público que se formou nas adjacências da estação ferroviária para poderem ver, pela primeira vez, o trem em Soledade, muito outros iriam ver pela primeira vez na vida aquela máquina enorme, “aquele bicho”. Homens, mulheres e crianças tinham se vestido adequadamente, procurado a melhor, mais nova e pomposa roupa para desfilarem na estação ferroviária, “a boa sociedade”, cidadãos ilustres a nível Estadual e até Nacional se fariam presentes. De acordo com a ata da Câmara Municipal (1956), o evento seria acompanhado e registrado pelos jornais *Correio da Paraíba* e *O Norte*, além da *Rádio Borborema*, acontecimento de magna importância para a cidade que seria visualizada por muitos olhos em todo o Estado.

Atônito, o público aguardava a chegada do trem que já estava atrasado, por essa hora ele já não era mais o “estandarte da civilização” e quando ele começou a aparecer na ponte do Riacho do Padre:

Quando a maquina vinha toda infeitada, tinha uns homem na frente e os cossacos os homens que trabalhavam na rede vinham nas janelas com umas folhas de oliveira na mão, um galho de oliveira né, tudo em cima da máquina (JOAQUIM GOMES SOBRINHO, 2010).

Continuando, Sr. Rosil diz que *veio uma Maria Fumaça num sabe, apitando e tome apito, na chegada do trem foi gente demais, num sabe* (MANOEL CAETANO DE SOUTO NETO, 2010). Ainda sobre a festividade da inauguração do trem, na cidade D. Hélia comenta:

Eu fui assistir a chegada do trem, quando o trem chegou foi uma festa, todo mundo aplaudindo, né, ninguém esperava naquela época, num imaginava que o trem chegasse aqui, foi festão na chegada do trem (HÉLIA DE ALBUQUERQUE NÓBREGA, 2010).

Não poderíamos deixar de expor essas três falas, que mostram a representação de grandiosidade, admiração e de ansiedade ainda existentes em relação ao trem em Soledade. Percebe-se a magnitude ainda projetada para o trem já nos “anos dourados”: ovacionado em sua chegada com folhas de oliveira, aplausos, choro, comoção e um sentimento de não acreditar que aquilo estava acontecendo em Soledade, aspectos semelhantes às inaugurações do primeiro trem no Rio de Janeiro em idos 1854, em algumas cidades do brejo paraibano, na capital Parahyba do Norte, ainda no século XIX, e em Campina Grande em 1907. Mesmo assim, muita gente não conseguia acreditar que Soledade iria, a partir de então, ser prestigiada com o formosíssimo e barulhento trem.

Quando a máquina nº 240 da Rede Ferroviária do Nordeste apontou de frente ao prédio da estação, expelindo intensamente fumaça, e provocando ruídos do motor e dos apitos, barulhos nunca escutados na cidade, a euforia e a inquietação tomaram conta dos diversos viventes soledadenses que ali se encontravam. Entre a confusão de falas, de sons metálicos e hinos cantados, misturavam-se cidadãos mais ilustres do município e do estado com pessoas comuns, homens ordinários extasiados que não sabiam se iam olhar aquela coisa de perto ou se corriam para longe dali.

Ainda segundo Nóbrega Filho (1974), o trecho Campina Grande – Patos só foi oficialmente inaugurado em 1958; nesse ano os soledadenses já haviam se habituado ao barulho, à presença e ao prestígio que o trem trazia em seus vagões. O trem e a estação

ferroviária instituíram novos ritmos aos costumes dos cidadãos, mudando o cotidiano da maioria das pessoas da cidade.

Um excipiente comércio passou a oferecer novas perspectivas econômicas a algumas famílias de baixa renda. Aproveitando, em média, os dez minutos de parada do trem, as crianças e outros jovens vendedores ofereciam aos passageiros uma variedade de alimentos como cocada, tapiocas, balas, água, refrigerante. Outras crianças tentavam aproveitar os desperdícios das mercadorias que caíam dos vagões a exemplo de rações animais.

Nas viagens de trem os passageiros desfrutavam de tranquilidade, conforto e charme, e esses eram os principais méritos contidos nas longas excursões no “*vapor de terra*”. Qualquer viagem de trem se tornava, de fato, longa, pois além dos trilhos seguirem roteiros mais extensos do que as estradas rodoviárias, às vezes, o passageiro ainda tinha que fazer a baldeação, sem contar que se comparar a velocidade com a do automóvel, o trem deixava muito a desejar. Em meados dos anos 1950, já havia um tráfego mingüado, mas constante, de transportes rodoviários coletivos em Soledade. Assim, o trem se tornou, desde os primórdios da sua instalação, apenas mais uma opção de transporte para os soledadenses.

Além do movimento convencional, outras práticas espaciais ditadas pela juventude elitizada fez com que a estação passasse a representar um espaço de lazer e diversão, espaço atrativo que simbolizava mais do que qualquer outra cultura material, o ritmo de vida moderna, com seu incessante movimentar, sua inestimável beleza e funcionalidade, lugar para onde muitos rapazolas, mocinhas, cavalheiros e damas bem vestidos iam tirar fotos, falar de namoros, festas, modas e de cinema.

Partindo de Recife ou João Pessoa, o trem passava por cidades do brejo paraibano, Campina Grande, Pocinhos e, como que rasgando a pedregosa e árida terra, chegava até Soledade, trazendo em seus vagões prosperidade, renda, opção e *glamour* para a cidade. Se uma das primeiras projeções cinematográfica, exibida no mundo e no Brasil mostrava exatamente a chegada do trem na estação, em Soledade os primeiros filmes cinematográficos foram trazidos pelo trem e recebidos na estação. Assim, foi no ano de 1959 que o trem passou a transportar até Soledade um apetrecho a mais e que, em época de “anos dourados”, não poderia ser ausente em uma cidade que desejava a modernidade.

De Recife o trem trazia até Soledade “rolos cinematográficos” ou simplesmente os filmes. O precursor da Sétima Arte na antiga Ibiapinópolis foi o Sr. Natanael, que tomava emprestado o clube da Rua Dr. Gouveia Nóbrega para exibir as projeções alugadas na



“Veneza brasileira”, a prática do espaço transformava o convencional clube em lugar onde os filmes eram exibidos, ou seja, no cinema de Soledade.

Só não havia cinema se houvesse festa, os filmes eram exibidos aos sábados e domingos, geralmente das 20 às 22 horas, e, como não havia seletividade nem distinção social de lugares para seus frequentadores, todas as cadeiras eram ocupadas. Os cidadãos ricos e os de poder aquisitivo inferior se misturavam no “escurinho do cinema”.

Por si só, as telas do cinema já impactavam a todos que assistiam boquiabertos aos filmes hollywoodianos, com suas belas e sensuais atrizes e com fortes e audazes atores norte-americanos, e com os cenários nunca imaginados. *Marcelinho Pão e Vinho*, *O Manto Sagrado*, *Rintintin*, *Candelabra Italiana* e muitos *Faroestes* foram películas assistidas por alguns soledadenses nos três anos de funcionamento desse Cinema.

Essas projeções, além de divertir e deixar os soledadenses mais próximos da sempre desejada “civilidade”, instaurava sonhos, ilusões e desejos nos homens e mulheres que queriam estar de acordo com sua época. Nos filmes, atores e atrizes faziam crer que os ideais modernos de felicidade estavam diretamente ligados ao ato de inovar com frequência e intensidade, consumir, ler revistas, escutar novelas de rádio, ser ativo, bonito, atraente, conquistador, enfim estar sempre na moda. E também *o cinema se tornou a vitrine, por excelência da exibição e da glamorização dos novos materiais, objetos utilitários e equipamentos de conforto e decoração doméstica* (SOUZA, 2007, p. 167).

Dessa forma, podemos perceber que os filmes passaram a influenciar o cotidiano dos “espectadores” soledadenses, que, de acordo com Certeau (1997), não aceitariam as ideias de forma passiva e, embora não possamos nos referir a uma “cinematografização do cotidiano”, podemos afirmar sobre uma bricolagem dos amantes, ou não, da sétima arte, na qual as práticas da ficção passaram a ser teatralizadas no dia a dia de diversas pessoas na pequena Soledade.

O escuro do cinema acendia uma nova luz na mentalidade dos espectadores. Quando se apagavam as luzes, clareavam-se os novos sonhos e desejos dos cidadãos que aspiravam à modernidade. Jargões, comportamentos, modas e gírias a partir do cinema se tornaram mais constantes no corpo e na boca dos jovens de Soledade. A sessão cinematográfica era interrompida pelo menos uma vez na noite, para trocar de película (rolo). Para tanto, as luzes eram acesas e as ilusões eram interrompidas, mas quando as luzes eram acesas para mudar de rolo, de surpresa pegavam-se os jovens de rolo.

Os cinco sentidos dos soledadenses foram envolvidos pela cultura material e pelo imaginário moderno, os espaços da cidade foram moldados, cumpridos e burlados. Uma

cidade pequena e provinciana, mas inscrita com os rastros da modernidade, presentes não apenas nos fios elétricos, na luminosidade das luzes, na tela do cinema, nos trilhos de ferro, ou no barulho do trem, mas também nos olhos que brilhavam ao ver a claridade das luzes, dos fogos das festas ou dos belos e elegantes trajes que vestiam os fortes e saudáveis corpos de pessoas que se preocupavam com a saúde física, além, é claro, do paladar que passara a apreciar bebidas geladas, ou beijos de hortelã, a sentir na pele o aperto de uma praça irrompida de gente, ou mesmo o arrepio nos pelos, devido à comoção em ouvir os afinados sons metálicos dos hinos executados pelas orquestras ou dos LP's tocados nos clubes da cidade, ou ainda no exalar das águas de cheiro que saiam dos corpos das jovens.

Podemos, assim, afirmar que as artes de fazer em Soledade oscilavam entre o rural e o urbano e que os soledadenses, ao entrarem em contato com os símbolos materiais da modernidade, passaram a infligir, nos passos e nos espaços, ritmos mais acelerados – quase modernos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem só de pedras e de pessoas é constituída uma cidade, mas de sonhos, ilusões, desejos, medos, infortúnios e contradições, e, como destaca Calvino (1990), a cidade não fala de seu passado, mas ela o possui em cada espaço praticado, e em cada caminhante de outrora. Assim é que tentamos construir a partir do presente e de “pedaços” de histórias uma nova velha Soledade.

Nem só de eletricidade, água encanada, trem, automóveis, cinemas e clubes se fazem a modernidade. A modernidade está no frequente ritmo de mudanças não apenas materiais, mas de práticas, comportamentos e condutas conjunturais de uma sociedade. Trabalhamos na perspectiva de que Soledade não foi, em instante algum de sua existência, uma cidade moderna, mas que ela, em muitos instantes, aspirou viver em um ritmo semelhante ao das grandes cidades, e sua elite em viver o conforto e glamour das cidades “civilizadas”.

Percebemos constantemente, nas falas de nossos narradores, as lembranças de uma cidade muito pequena, “uma ilha de ‘concreto’ cercada por um mar de mato”, uma cidade com fisionomia e hábitos arraigados ao mundo rural, que se fazia tão próximo dos perímetros urbanos. Contraditoriamente, uma cidade que, desde antes da década de 1920, passara a receber símbolos materiais e não materiais do moderno, espécies de “*termômetros de progresso*” que se tornaram intensos e que, a partir de então, caracterizou uma verdadeira *Belle Époque* em Soledade, a qual, até o final dos anos 1950, nos Anos Dourados, tinha uma população urbana que não ultrapassava os 900 habitantes (NÓBREGA FILHO, 1974).

Nossa pesquisa tentou remontar uma possível origem da cidade de Soledade, percebendo sua matriz através da sedimentação de um cemitério como uma prática de salubridade dos espaços e dos indivíduos, passos esses conduzidos pela política higienista do Estado Moderno. Posteriormente, aferimos sobre os plausíveis fatores que fizeram de Soledade um espaço sedutor e, portanto, atrativo, para promover uma considerável povoação. Daí por diante, visualizamos uma cidade que aspirava estar de acordo com a época – moderna, uma elite desejosa pelos signos do moderno.

Subsidiarmo-nos das memórias “documentais”, fotográficas e, principalmente, das memórias orais para podermos construir uma cidade sentida e pulsante que apenas existe nas lembranças de seus antigos moradores. Por via da oralidade, não apenas captamos riquezas de detalhes, mas histórias, fatos e eventos não ditos, histórias silenciadas. As

reminiscências dos nossos narradores nos fez pensar num passado para Soledade, a qual fora mostrada e refletida neste trabalho como receptora de símbolos da modernidade, e que, embora não possamos considerá-la naquele período como uma cidade moderna, também não podemos julgá-la ter sido excluída das “*aventuras da modernidade*”. Haja vista, considerarmos aqui o moderno como algo que se fizesse presente nos desejos ou fetiches que moldavam o imaginário dos moradores da antiga Soledade, e que essa modernidade se apresentava visualizada nesses desejos ou nos símbolos que eram introduzidos na cidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: União Cia Editora, 1980.

ARANHA, Gervácio B. . **Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880 - 1925)**. In: AGRA DO Ó, et al. *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. João Pessoa: Idéia, 2003, p. 79 .132.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Padre Ibiapina: Peregrino da caridade**. São Paulo: Paulinas, 1996.

BARROS, José D' Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade: o pintor na vida moderna**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRESCIANI, Maria Stella. **As sete portas das cidades**. Espaço e debates n. 34. NERU, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de velhos**. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CÂMARA, Epaminondas. **A evolução do catolicismo na Paraíba**. Campina Grande: Edições Caravela, 2000.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de Fazer 1**. Petrópolis. Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano. 2 – Morar e cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **Urbanidade, Modernidade e Cotidiano na Parahyba do início do século XX**. In: Alômia Abrantes e Martinho Guedes dos Santos Neto, et al. *Outras Histórias: cultura e poder na Paraíba (1889 – 1930)*. João Pessoa: Editora Universitária, 2010.

COSTA, Emília Viotti. **Urbanização no Brasil no século XIX**. In: \_\_\_\_ *Da Monarquia à República no Brasil; momentos decisivos*. 8 ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007. p. 235 – 271.

CABRAL FILHO, Severino; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. et al. **Culturas e cidades**. Campina Grande: EDUFCEG, 2009

FONTES, Welton Souto. **Nos trilhos da máquina, as trilhas da cidade: cotidiano, modernidade e sociabilidades em Campina Grande (1907 – 1937)**. Campina Grande: UEPB, 2007.

FOUCAULT, Michel de. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: \_\_\_\_ *Mitos, emblemas, sinais*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.143-179.

GOMES, Iordan Queiroz. **Percursos caminhatórios: a construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1950 – 1960)**. Campina Grande: UEPB, 2009.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **A revolução Industrial**. In: \_\_\_\_ A Era dos Extremos: 1789 - 1848. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Individual e memória coletiva**. In: \_\_\_\_ A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Reinventando a cidade: modernização e segregação no Brasil contemporâneo – o caso de Florianópolis. Santa Catarina**. In: \_\_\_\_ Pós-História. n. 13/14, 2005.

MARIZ, Celso. **Ibiapina: um apóstolo do Nordeste**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

\_\_\_\_ **Através do Sertão**. João Pessoa: Gráfica Deputado Frederico Rosado, 1999.

MÁRQUES, Gabriel Garcia. **Cem anos de Solidão**. 65 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A. **Capitalismo tardio e sociedade moderna**. In: \_\_\_\_ História da vida Privada: Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia da Letras, 1998. p. 560 – 619.

NÓBREGA FILHO, Inocência Nóbrega. **Malhada das Areias Brancas ou história de uma cidade**. Fortaleza: Escola Tipográfica São Francisco, 1974.

\_\_\_\_ **Major Inocêncio Nóbrega: antes de tudo, um idealista.** João Pessoa: Sal e Terra, 2010.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** São Paulo: Projeto história. n.10, 1993. p. 07-28.

PECHMAN, Roberto Moses. **Olhares sobre a cidade.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_ **O corpo e a alma do mundo: A micro-história e a construção do passado.** Porto Alegre: UNISINOS, 2004. p. 179 - 189.

\_\_\_\_ **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** São Paulo: ANPUH, 2007. p. 7 – 23.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Narrativas fotográficas sobre a cidade.** São Paulo: In: \_\_\_\_ Revista Brasileira de História. n. 53. 2007.

RAGO, Margareth Luiza. **Do lar ao cabaré: a utopia da cidade disciplinar: Brasil (1890-1930).** 2. ed. Rio de Janeiro: 1985.

RIBEIRO, Roberto da Silva. **Pocinhos: o local e o geral.** Campina Grande: RG, 2003.

RIETVELLD, João Jorge. **O verde do Juazeiro: história da paróquia de São José de Juazeirinho.** João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2009.

REIS, José Carlos. **Anos 1930: Sérgio Buarque de Holanda: a superação das raízes Ibéricas.** In: \_\_\_\_ As identidades no Brasil: de Varnhagen a FHC. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 115 – 143.



SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio**. In: \_\_\_\_ História da vida privada no Brasil 3: da Belle Époque a Era do rádio. São Paulo: Companhia da Letras, 1998. p. 514- 617.

SILVA, Márcia Regina Barros da. **O processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna**. n. 53. São Paulo: In: \_\_\_\_ Revista Brasileira de História. v. 27. 2007. p. 243 – 266.

SOUZA, Antônio Clarindo; SOUSA, Fábio Gutemberg R. B; et al. **História da Paraíba – ensino Médio**. Campina Grande: EDUFCEG, 2007.

VIEIRA, Risomar da Silva. **Estado Grave: condições de vida e saúde na Parahyba Imperial**. Recife: UFPE, 2000.

Disponível em <http://www.culturabrasil.org/zip/buzundangas.pdf>. Acessado em 05 de novembro de 2010.

## **ACERVOS E FONTES PRIMÁRIAS**

LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE 1921 – 1929 E DE 1940 – 1959.

Enciclopédia dos municípios brasileiros. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.

Arquivos do Museu Municipal Expedito Figueira de Góis.

# ANEXOS

## **LISTA DE ENTREVISTADOS**

Hélia Albuquerque da Nóbrega, professora aposentada, concedeu entrevista ao autor em 24 de julho de 2010. Nasceu em 01 de março de 1929.

Israel de Araújo Pereira, agricultor aposentado, concedeu entrevista ao autor em 17 de maio de 2010. Nasceu em 19 de outubro de 1923.

Joaquim Gomes Sobrinho, professor aposentado, concedeu entrevista ao autor em 14 de julho de 2010. Nasceu em 18 de outubro de 1946.

Manoel Caetano de Souto Neto, servidor público municipal aposentado, concedeu entrevista ao autor em 29 de maio de 2010. Nasceu em 17 de dezembro de 1929.

Marluce Ferreira do Nascimento, agricultora aposentada, concedeu entrevista ao autor em 14 de julho de 2010. Não quis identificar a idade.

Natanael Sousa de Oliveira, servidor público municipal aposentado, residente na cidade de Olivedos, concedeu entrevista ao autor em 20 de agosto de 2010. Nasceu em 06 de fevereiro de 1924.

## **QUESTIONÁRIO:**

- 01. COMO ERA SOLEDADE NA ÉPOCA EM QUE O SR. (A) ERA CRIANÇA?**
- 02. COMO ERAM OS MEIOS DE TRANSPORTES EM SOLEDADE ATÉ OS ANOS 1950?**
- 03. COMO FUNCIONAVA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA NA CIDADE ANTES DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DA HIDRELÉTRICA DE PAULO AFONSO?**
- 04. QUAIS ERAM OS ESPAÇOS DE LAZER NA CIDADE ATÉ OS ANOS 1950?**
- 05. EXISTIA ALGUMA FESTA NA CIDADE? QUAIS ERAM ESSAS FESTAS?**
- 06. QUEM PARTICIPAVA DAS FESTAS QUE TINHAM NA CIDADE?**
- 07. COMO FOI A RECEPÇÃO POR PARTE DA POPULAÇÃO POBRE E DA ELITE AO TREM NOS ANOS 1950?**
- 08. COMO ERA O ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA CIDADE ATÉ OS ANOS 1950?**
- 09. QUEM ERA MAIS PRESTIGIADO COM AS NOVIDADES QUE CHEGAVAM ESPORÁDICAMENTE NA CIDADE?**
- 10. HOVE NA CIDADE NESSE PERÍODO ATÉ FINAL DOS ANOS 1950 ALGUM CLUBE, CINEMA, LOJAS, RESTAURANTES, HOTÉIS, CAMPO DE FUTEBOL OU COISA DESSE TIPO?**
- 11. QUEM ERAM AS PESSOAS QUE MORAVAM NA RUA? DE QUE ESSAS PESSOAS VIVIAM?**